



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, CULTURA E
AMAZÔNIA
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

NAILANA THIELY SALOMÃO PEREIRA

O FUTURO ANCESTRAL DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA: análise e reflexões sobre
as primeiras candidaturas indígenas para deputadas federais do Pará

BELÉM - PA
2025

NAILANA THIELY SALOMÃO PEREIRA

O FUTURO ANCESTRAL DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA: análise e reflexões sobre as primeiras candidaturas indígenas para deputadas federais do Pará

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA), como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação

Linha de Pesquisa: Processos Comunicacionais e Mídiatização na Amazônia.

Orientadora: Profa.^a Dra.^a Rosane Albino Steinbrenner

BELÉM - PA
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T431f Thiely Salomão Pereira, Nailana.
O FUTURO ANCESTRAL DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA:
análise e reflexões sobre as primeiras candidaturas indígenas para
deputadas federais do Pará / Nailana Thiely Salomão Pereira. — 2025.
xvii, 163 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Rosane Albino Steinbrenner
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em
Comunicação, Belém, 2025.

1. comunicação eleitoral. 2. cidadania especial. 3. indígenas
mulheres. 4. eleições. I. Título.

CDD 302.2

NAILANA THIELY SALOMÃO PEREIRA

O FUTURO ANCESTRAL DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA: análise e reflexões sobre as primeiras candidaturas indígenas para deputadas federais do Pará

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA), como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Profa.^a Dra.^a Rosane Albino Steinbrenner

Data de Aprovação: 14/03/2025

Conceito: Aprovado

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Rosane Albino Steinbrenner – Orientadora (PPGCOM/UFPA)

Prof.^a Dr.^a Claudiane de Oliveira Carvalho - Banca interna (PPGCOM/UFPA)

Prof. Dr. Gersem José dos Santos Luciano - Gersem Baniwa - Banca externa (DAN-UnB)

BELÉM-PARÁ
2025

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de diversas interações, que de forma direta ou indireta auxiliaram o processo de reflexão e escrita.

Agradeço profundamente:

À **Rosane Steinbrenner (Nanani)**, minha orientadora, que acolheu e encorajou minhas ideias e meu retorno ao ambiente acadêmico com o afeto de uma educadora profundamente comprometida.

À **Luciana Pelizzaro**, terapeuta, que cuida de minhas feridas e relembra minhas prioridades, com doçura, bom humor, encorajamento e empatia. Gratidão por segurar meu céu.

A meu pai, **Amilton Pereira**, pelo apoio quando meus recursos para esta investigação acabaram.

A **Marcel Hazeu** pelas trocas e inspirações acadêmicas atravessadas pelo cuidado e atenção de uma relação de amizade.

À **Adriele Silva e Nelma Freire**, pelo suporte emocional e por me mostrarem como seguir com serenidade e sabedoria neste processo.

À **Teresa Harari**, por estar sempre disponível para auxiliar com informações e apoio, mesmo diante da distância física e da agenda conturbada.

À **Bianca Holanda e Luiz Árias**, pela generosidade e pelo suporte técnico quando meu equipamento e ferramentas de produção dessa análise falharam.

À **Vic Argôlo**, pelo auxílio crítico, compassivo e carinhoso durante o mestrado, e também pelo suporte com a ABNT.

À **Gersem Baniwa e Claudiane Carvalho**, pela abertura e generosidade em contribuir com a banca e com a investigação.

À todas as pessoas que nos auxiliaram com depoimentos, entrevistas e dados.

A todos meus amigos e professores do PPGCOM, que me inspiram com questionamentos, bem como com generosidade e respeito.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação, pela bolsa concedida.

“Eu acho que teve uma descoberta do Brasil pelos brancos em 1500, e depois uma descoberta do Brasil pelos índios na década de 1970 e 1980. A que está valendo é a última. Os índios descobriram que, apesar deles serem simbolicamente os donos do Brasil, eles não têm lugar nenhum para viver neste país. Terão que fazer esse lugar existir no dia a dia. Não é uma conquista pronta e feita. Vão ter que fazer isso dia a dia, e fazer isso expressando sua visão de mundo, sua potência como seres humanos, sua pluralidade, sua vontade de ser e viver”

**Ailton Krenak em “Encontros: Ailton Krenak”,
organização Sérgio Cohn. RJ. Editora Azougue (2015).**

"Pra gente conseguir pôr um país em ordem, a nossa vida tem que estar em ordem, nosso corpo e espírito em equilíbrio. Senão, eu não vou compreender o outro da forma que ele precisa ser compreendido, eu não vou sentir o outro em mim. Vou ver o outro apenas como alguém muito distante, que precisa simplesmente das minhas migalhas e não da minha atenção, do meu apreço, do meu olhar, de tudo aquilo que me faz humano. O governo diz que quer nos integrar à sociedade, a gente vem escutando essa frase há muito tempo, não é só dessa gestão. Na verdade, acho que é o inverso. É a sociedade não indígena que tem que se integrar à sociedade indígena e aprender.”

Márcia Kambeba, em entrevista para o site Ecoa Uol (2020).

RESUMO

Nas últimas sete décadas, os povos indígenas começaram a eleger seus primeiros representantes para cargos eletivos e o crescimento desta participação em processos eleitorais no Brasil tem voltado o olhar de pesquisadores para reflexões sobre esta expansão enquanto fenômeno sociopolítico (Baniwa, 2003, 2006, 2010, 2022; De Paula, 2017, 2023; Harari, 2023; Jecupé, 1998; Lima, 2010, 2022; Oliveira, 1968; Oliveira, 1983; Pataxó, 2023; Terena, 2021; Tuxá, 2020; Verdum, 2004, 2023). A dimensão comunicacional, entretanto, atravessa esses estudos ainda de maneira incipiente. Poucas pesquisas exploraram a forma como os povos indígenas se envolvem com a comunicação político partidária, suas contribuições, o impacto das estratégias de campanha na mobilização eleitoral entre não-indígenas e indígenas e as barreiras culturais enfrentadas por esses grupos. Apesar da Constituição Federal de 1988 reconhecer as organizações sociais e culturais dos povos indígenas como base para cidadania diferenciada – noção que se explica, segundo Baniwa (2022), na medida em que povos indígenas têm direitos específicos, além daqueles extensivos ao restante de cidadãos brasileiros, a representatividade no Legislativo, Executivo e também no Judiciário, ainda é proporcionalmente incipiente para que indígenas participem politicamente de forma mais ativa nas decisões que dizem respeito a seus povos e ao país, como um todo. O direito à cidadania política diferenciada, e as lacunas de estudos sobre os desafios de comunicação político partidária de indígenas nas eleições brasileiras são o ponto de partida e justificativa deste estudo, que objetiva analisar a candidatura das duas primeiras indígenas a deputadas federais do estado do Pará, suas ontologias e reafirmações de si enquanto candidatas indígenas, buscando compreender as estratégias e os desafios de comunicação eleitoral, sobretudo frente às desigualdades estruturais do processo eleitoral no Brasil. Para isso, utilizamos o conceito de Contracolonização de Nego Bispo (2015), os Estudos Críticos da Branquitude por Deivison Faustino (2017), Priscila Elisabete Da Silva (2017), W. E.B. Du Bois (1920, 1935); Frantz Fanon (1952); Albert Memmi (1957), Steve Biko (1978) e Alberto Guerreiro Ramos (1957), Lourenço Cardoso (2017), Daniela Núñez Longhini (2022), Lia Schucman (2017), Bento, (2002) e a visão comunicacional de Paulo Freire (1976, 1981, 1986, 1987, 1994), através de uma investigação mista e em profundidade da campanha das candidatas, complementando as reflexões com teóricas(os) das resistências à colonialidade. Entre as diversas assimetrias (ontológicas, estruturais, financeiras, raciais), a necessidade de implantação de uma eleição especial e diferenciada para povos indígenas, com cadeiras reservadas no Parlamento, mostrou-se como proposta de urgente debate e implementação.

Palavras-chave: comunicação eleitoral; cidadania especial; indígenas mulheres; eleições.

ABSTRACT

In the last seven decades, indigenous peoples began to elect their first representatives for elected positions, and the growth of this participation in electoral processes in Brazil has drawn researchers' attention to reflections on this expansion as a sociopolitical phenomenon (Baniwa, 2003, 2006, 2010, 2022; De Paula, 2017, 2023; Harari, 2023; Jecupé, 1998; Lima, 2010, 2022; Oliveira, 1968; Oliveira, 1983; Pataxó, 2023; Terena, 2021; Tuxá, 2020; Verdum, 2004, 2023). The communicational dimension, however, still intersects these studies in an incipient manner. Few studies have explored how indigenous peoples engage with political party communication, their contributions, the impact of campaign strategies on electoral mobilization among both non-indigenous and indigenous people, and the cultural barriers faced by these groups. Despite the Federal Constitution of 1988 recognizing the social and cultural organizations of indigenous peoples as the basis for differentiated citizenship – a notion that is explained, according to Baniwa (2022), to the extent that indigenous peoples have specific rights, in addition to those extended to the rest of Brazilian citizens, representation in the Legislative, Executive, and Judiciary is still proportionally incipient for indigenous people to participate politically more actively in decisions that concern their peoples and the country, as a whole. The right to differentiated political citizenship, and the gaps in studies on the challenges of partisan political communication of indigenous people in Brazilian elections are the starting point and justification of this study, which aims to analyze the candidacy of the first two indigenous women for federal deputies in the state of Pará, their ontologies and reaffirmations of themselves as indigenous candidates, seeking to understand the strategies and challenges of electoral communication, especially in view of the structural inequalities of the electoral process in Brazil. For this, we use the concept of Countercolonization by Nego Bispo (2015), the Critical Studies of Whiteness by Deivison Faustino (2017), Priscila Elisabete Da Silva (2017), W. E.B. Du Bois (1920, 1935); Frantz Fanon (1952); Albert Memmi (1957), Steve Biko (1978) and Alberto Guerreiro Ramos (1957), Lourenço Cardoso (2017), Daniela Núñez Longhini (2022), Lia Schucman (2017), Bento, (2002) and the communicational vision of Paulo Freire (1976, 1981, 1986, 1987, 1994), through a mixed and in-depth investigation of the candidates' campaign, complementing the reflections with theorists of resistance to coloniality. Among the various asymmetries (ontological, structural, financial, racial), the need to implement a special and differentiated election for indigenous peoples, with reserved seats in Parliament, proved to be a proposal for urgent debate and implementation.

Keywords: Electoral communication; special citizenship; indigenous women; elections

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Eu (à esquerda) e minha irmã, Najara Karine (à direita), no Rio Candiru, em frente à residência de nossos avós maternos, em Afuá, arquipélago do Marajó. Fotografia...	18
Figura 02 - Evolução da população indígena, Pará x Amazônia Legal x Brasil (2010-2022).	36
Figura 03 - Os 10 municípios paraenses com maior concentração de pessoas indígenas(2010-2022).....	37
Figura 04 - Evolução da população indígena, por sexo, Pará (2010-2022).....	39
Figura 05 - Evolução da população indígena, por localização do domicílio, Pará (2010-2022) Fonte: Censo Demográfico, 2010 e 2022.CEEAC/FAPESPA, 2023.....	40
Figura 06 - Cinco terras indígenas com maior concentração de pessoas indígenas, Pará (2010-2022).....	41
Figura 07 - Reprodução do livro Os Índios e a Civilização, de Darcy Ribeiro.....	45
Figura 08 - Reprodução do livro Os Índios e a Civilização, de Darcy Ribeiro.....	46
Figura 09 - Audiência de conciliação sobre o Marco Temporal no STF. Fotografia.....	48
Figura 10 - Saída de indígenas da audiência de conciliação sobre o Marco Temporal no STF.	49
Figura 11 - Síntese da porcentagem de candidatas(os) eleitas(os) por gênero na Câmara dos Deputados em 2022.....	80
Figura 12 - Síntese da porcentagem de candidatas eleitas por raça na Câmara dos Deputados em 2022.....	80
Figura 13 - MaiaI apresenta oficinas sobre a Convenção 169 da OIT no Território Kayapó..	97
Figura 14 - MaiaI em Tucumã - Pará. Manifestação, 17 de março, contra o PL 191.....	98
Figura 15 - Cacique Raoni, tio avô de MaiaI, em vídeo prestando apoio a candidatura (em língua indígena).....	99
Figura 16 - MaiaI, Marina Silva, Joênia Wapichana e lideranças da REDE no ATL 2022....	100
Figura 17 - Chamada para 5º Encontro Rede Xingu +, aldeia Khikatxi do povo Kisedje, onde ocorreu o lançamento da pré-candidatura a deputada federal de MaiaI Kaiapó.....	101
Figura 18 - Campanha para financiamento coletivo da candidatura de MaiaI Kaiapó.....	102
Figura 19 - Evento de lançamento da pré-campanha de MaiaI, com apoio de Ailton Krenak, no bar Rebujo, em Belém. julho de 2022.....	103
Figura 20 - Vídeo de pré-candidatura, com falas de MaiaI, realizado em parceria com a Produtora Imaginária.....	104
Figura 21 - Vídeo oficial de campanha de MaiaI Kaiapó, produzido por Produtora Imaginária e parceiros.....	108
Figura 22 - Publicação repudiando ataques sofridos durante programa exibido na Rede TV, em 29 de abril de 2022.....	111
Figura 23 - Inauguração do Instituto Nossa Voz, no bairro do Guamá, em Belém.....	113
Figura 24 - Nice Tupinambá na Mesa de abertura do primeiro encontro dos saberes dos povos Tembê, Ka'a'po e Amanaye na Terra indígena Alto Rio Gurupi em Paragominas.....	114
Figura 25 - Convite para evento de Pré-candidatura à Deputada Federal pelo PSOL.....	115
Figura 26 - Propostas de campanha da candidata Nice Tupinambá.....	116
Figura 27 - Anúncio de vitória judicial contra o jornalista Olavo Dutra, que a acusou de “Fake Índia”.....	117
Figura 28 - Inauguração do Comitê de Campanha de Nice Tupinambá.....	118

Figura 29 - Anúncio do serviço de entrega (delivery) do material de campanha de Nice Tupinambá.....	119
Figura 30 - Ônibus para levar eleitores de Nice Tupinambá ao comício de Lula em Belém.	120
Figura 31 - Repost de publicação do perfil ParlaÍndio, que inclui o nome de Nice Tupinambá. 121	
Figura 32- Agenda no Jardim Sevilha, entre populares do bairro Parque Verde, Belém.....	122
Figura 33 - Número de publicações na coleta de dados das candidatas de Nice Tupinambá e de Maial Kaiapó relacionadas à política eleitoral em seus perfis no Instagram.....	127
Figura 34 - Número de publicações na coleta de dados das candidatas Nice Tupinambá e Maial Kaiapó relacionadas à política eleitoral em seus perfis no Instagram (1º de setembro a 1º de março de 2022).....	128
Figura 35 - Painel geral (setembro e outubro) de postagens Maial Kaiapo, a partir do Adobe Bridge.....	129
Figura 36 - Painel geral (setembro e outubro) de postagens Nice Tupinambá, a partir do Adobe Bridge.....	130
Figura 37 - Síntese da classificação de estratégia de postagens de Maial Kaiapó.....	131
Figura 38 - Síntese da classificação de estratégias de postagens de Nice Tupinambá.....	132
Figura 39 - Classificação de publicações no instagram por tipo de mídia utilizada - Maial Kaiapó.....	133
Figura 40 - Classificação de publicações no instagram por tipo de mídia utilizada - Nice Tupinambá.....	134
Figura 41 - Divulgação de contas eleitorais Maial Kaiapó.....	135
Figura 42- Divulgação de contas eleitorais Maial Kaiapó (parte 2).....	136
Figura 43 - Divulgação de contas eleitorais Nice Tupinambá.....	137
Figura 44 - Divulgação de contas eleitorais Nice Tupinambá (Parte 2).....	137
Figura 45 - Maial Kaiapó anuncia melhoras de saúde e retorno à agenda de campanha.....	140
Figura 46 - Maial Kaiapó anuncia agenda em Oriximiná, região Calha Norte do Pará.....	141
Figura 47 - Maial Kaiapó registra encontro com lideranças em Oriximiná.....	142
Figura 48 - Maial Kaiapó alerta para violências contra povo Gavião em vídeo que narra incêndio na Aldeia.....	143
Figura 49 - Maial Kaiapó reproduz matéria sobre aumento do período de Seca na Amazônia.. 144	
Figura 50 - Joênia Wapichana em vídeo de apoio à candidatura de Maial Kaiapó.....	146
Figura 51 - Caetano Veloso em vídeo de apoio à candidatura de Maial Kaiapó.....	147
Figura 52 - Marina Silva em vídeo de apoio à candidatura de Maial Kaiapó.....	148
Figura 53 - Beto Marubo em vídeo de apoio à candidatura de Maial Kaiapó.....	149
Figura 54 - Resumo das principais propostas de campanha de Maial Kaiapó.....	150
Figura 55 - Frame do vídeo oficial de candidatura de Maial Kaiapó.....	151
Figura 56 - Foto com Lula em apoio à candidatura de Maial Kaiapó.....	152
Figura 57 - Carreata para apoio à candidatura de Nice Tupinambá.....	153
Figura 58 - Convite para agenda em Belém utilizando avatar de Nice Tupinambá.....	154
Figura 59 - Material gráfico de Nice Tupinambá, vídeo em agenda com estudantes indígenas da UFPA.....	155
Figura 60 - Repostagem de Nice Tupinambá da matéria publicada no G1 sobre o crescimento da extração ilegal de madeira em terras indígenas.....	156
Figura 61 - Apoio de Edmilson Rodrigues à candidatura de Nice Tupinambá.....	157

Figura 62 - Frame do vídeo oficial de campanha de Nice Tupinambá.....	158
Figura 63- Fotos com Lula em apoio à candidatura de Nice Tupinambá.....	159
Figura 64 - Vídeo do Encontro no Parque dos Igarapés, em Belém, com manifestação de apoio à MaiaI em Mebêngôkre.....	161

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese dos instrumentos de coleta

79

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABA – Associação Brasileira de Antropologia
ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
Apib – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
Apiw – Associação dos Povos Wai Wai
ATL – Acampamento Terra Livre
BM – Banco Mundial
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cedi – Centro Ecumênico de Divulgação e Informação
CDES – Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social
CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos
Cimi – Conselho Indigenista Missionário
CMADS – Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CME – Comissão de Minas e Energia
CNPI – Conselho Nacional de Política Indígena
Coiab – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira Conabio –
Conselho Nacional de Biodiversidade
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FPMDDPI – Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas
FMI - Fundo Monetário Internacional
FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESAM - Instituto de Estudos Superiores da Amazônia
Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos
ISA – Instituto Socioambiental
M/C – Grupo Modernidade/Colonialidade
NUFI - Núcleo de Formação Indígena
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
RICD – Regimento Interno da Câmara dos Deputados Sasi-SUS – Subsistema de Saúde Indígena

SDR – Sistema de Deliberação Remota

SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

STF – Supremo Tribunal Federal

TFA - Tradição e Futuro na Amazônia

TI- Terra Indígena

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UEPA - Universidade do Estado do Pará

UFPA - Universidade Federal do Pará

WWF – World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

Fragmentos auto etnográficos.....	18
1- INTRODUÇÃO.....	24
2- CONTEXTO.....	32
2.1 Temas da etnologia indígena contemporânea.....	32
2.1.1 Complexidade e pluralidade dos povos indígenas no Brasil.....	33
2.1.2 Indígenas em números recentes, alguns comparativos e recorte por região.....	34
2.1.3 Percentual Populacional Indígena da Região Norte.....	35
2.1.4 Gênero e “Feminismos Descolonizados”.....	38
2.1.5 População Indígena em Áreas Urbanas.....	39
2.1.6 Expressões racistas e estereótipos.....	43
Estereótipos.....	46
2.1.7 Línguas Indígenas no Pará e a exigência de alfabetização em português para candidaturas serem consideradas aptas.....	52
2.2 Colonização e impedimento ao voto, marcos históricos, mobilização nacional indígena e avanços sobre poder tutelar.....	53
2.2.1 Levantamento historiográfico de candidaturas de pessoas indígenas no Pará e desafios metodológicos.....	56
2.2.2 Convenção 169 (1989), Cidadania Diferenciada para Povos Originários e Cotas Eleitorais.....	60
Cotas eleitorais.....	62
2.2.3 A importância de representatividade indígena em espaços institucionais.....	63
3 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	66
3.1 Pós-colonialismo e considerações ao termo.....	66
3.2 Colonialidade de gênero, problematização do termo Interseccionalidade e contra colonialidade.....	72
3.3 Estudos críticos da Branquitude.....	77
3.3.1 Branquitude e resultados eleitorais em 2022.....	79
3.4 Comunicação Política no Brasil a Partir de uma Perspectiva Crítica-Analítica.....	82
3.5 Comunicação Eleitoral.....	88
4- PROCESSOS DE ABORDAGEM - PERCURSO METODOLÓGICO E PRIMEIROS RESULTADOS.....	91
5- RESULTADOS DAS COLETAS, DIÁLOGOS E OBSERVAÇÕES.....	95
5.1 Maial Kaiapó - Trajetória de vida e entrada na vida política da candidata.....	95
5.2 Nice Tupinambá - Trajetória de vida e entrada na vida política da candidata.....	109
5.3 Levantamento das Primeiras Candidaturas de Deputadas Federais Indígenas do Estado do Pará - Trajetória das Candidatas.....	124
5.4 Perfil das candidatas no Instagram.....	126
5.4.1 Classificação por tipo de mídia utilizada.....	132
5.4.2 Divulgação de candidaturas e contas eleitorais.....	135

5.5 Maial Kaiapó - Apresentação e análise das publicações.....	140
5.6 Nice Tupinambá - Apresentação e análise das publicações.....	152
6- CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS.....	160
7- REFERÊNCIAS.....	166

Fragmentos auto etnográficos

A trajetória pessoal aliada ao lugar social que ocupamos e demais contextos de acesso às oportunidades têm importância fundamental no entendimento de nossas subjetividades e caminhos de investigações. Decido iniciar este trabalho com a reflexão sobre este percurso, identificando alguns fragmentos enquanto “pesquisadora”, acreditando que, desta forma, leitoras e leitores terão condições de compreender que o conhecimento aqui sistematizado é também atravessado por minhas subjetividades, privilégios e limitações.

Figura 01 - Eu (à esquerda) e minha irmã, Najara Karine (à direita), no Rio Candiru, em frente à residência de nossos avós maternos, em Afuá, arquipélago do Marajó. Fotografia.



Fonte: Nailana Thiely/Arquivo pessoal.

Para a sociedade brasileira, sou pessoa branca “mestiça”, nortista. Filha e neta de ribeirinhos. Além disso, meu lugar de fala é de mulher cisgênero, mãe e já não percebida como uma estudante jovem.

Nasci em Belém do Pará, filha de mãe marajoara e pai belenense. Minha mãe tem origem especificamente em Afuá, cidade do arquipélago do Marajó. Meu conhecimento sobre a origem de meus avós acompanhou a elaboração desta investigação. Entre os maternos, sabia da ascendência árabe de meu avô, mas quase nada sobre minha avó, mulher negra marajoara. A ela, sempre foi reservado o lugar do mistério e das informações imprecisas sobre sua ancestralidade. Do lado paterno, as lacunas de informações e os apagamentos atravessados por hierarquização racial e de classe também estiveram presentes. As origens de minha avó

paterna, mulher branca, eram um pouco mais regulares. No entanto, soube pouquíssimo a respeito da trajetória de meu avô, indígena que teve o sobrenome registrado como Pereira, e que, segundo meu pai, veio ainda jovem tentar melhores condições de vida na cidade de Belém, entre as décadas de 1920 e 1930, enquanto paralelamente reivindicava território indígena em Marapanim.

Meu pai foi o primeiro de sua família a acessar e finalizar o ensino superior. Eu e meus irmãos crescemos em uma moradia muito pequena na periferia de Belém, mas para além da falta de melhores condições habitacionais, crescemos cercados de privilégios como a garantia de acesso a livros, aulas de idiomas, bons cuidados de saúde, escolas particulares e viagens. A partir desses privilégios, ingressei no curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Esta análise, é fruto de um retorno ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, da UFPA, após o auge da pandemia de Covid-19 ter impossibilitado o avanço desta trajetória acadêmica, quando me tornei responsável pelos cuidados de saúde de meu pai e minha filha e, com dificuldades em garantir minha subsistência, adoecida, tive que trancar a matrícula para priorizar o trabalho com fonte de renda no período pandêmico.

Antes disso, ao concluir a graduação em Comunicação Social na UFPA, tive experiências profissionais em várias áreas da comunicação, que foram agregando camadas de compreensão a este trabalho. De todas estas experiências, as mais significativas foram coberturas de temas relacionados a meio ambiente e direitos humanos. Atuei como colaboradora de agências de jornalismo investigativo (com publicações em mídias como Sumaúma, Agência Pública e Mídia Ninja), trabalhei junto a ONGs de abordagem ambiental como Imazon e Instituto Peabiru, e estive por quase 10 anos na comunicação da Universidade do Estado do Pará (Uepa), universidade com forte atuação intermunicipal e com compromisso de uma agenda “intercultural” institucional. Foi na Uepa que pude acompanhar ações voltadas ao ensino superior indígena e repensar com profundidade os atravessamentos, assimetrias e especificidades desta realidade no estado.

Como jornalista também pude acompanhar a repórter Catarina Barbosa, na cobertura da agenda de Maia Kaiapó em Belém durante sua campanha, em 2022, para a reportagem que desenvolvemos na estreia do Portal Sumaúma, encabeçado por Eliane Brum. Nice Tupinambá era também candidata pela coligação Rede/Psol, mas tivemos nosso primeiro contato quando ela aceitou o convite para falar sobre sua história em uma atividade da disciplina

Comunicação e Cidadania, do mestrado.

Além da atuação como jornalista, o interesse pela produção fotográfica, audiovisual e gráfica me levaram a concluir a especialização em design gráfico no Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM), aliando às minhas experiências, uma produção em artes visuais, onde participei de exposições nacionais e internacionais.

Mais recentemente, em 2021, tive a oportunidade de ter fotografias expostas no estande da sociedade civil Brazil Action Climate Hub, na COP 26, em Glasgow. O ensaio, que mostra os primeiros indígenas Kaiapó concluintes do curso de licenciatura intercultural indígena da Uepa, levou às pessoas de outros países, reflexões sobre o ensino superior indígena, seus desafios e possibilidades, em contexto mundial.

Estas experiências profissionais e acadêmicas marcam a minha trajetória e trazem compreensões práticas e orgânicas dos fragmentos de Amazônias brasileiras em algumas perspectivas. A escolha pelo PPGCOM da UFPA se dá pela compreensão de seu capital simbólico como instituição reconhecida da região amazônica.

Ao longo deste processo, conversei com amigos, professores e lideranças indígenas que pudessem contribuir com perspectivas futuras no campo acadêmico, a partir de seu ativismo político. Com franqueza, este trabalho é também uma imersão e jornada regada por inúmeros questionamentos e incertezas, uma tentativa de complementar as referências e diálogos para além do ambiente acadêmico, de forma coletiva, com os pés suaves no chão e o peito apontado para uma esperança de futuros outros.

Analisar as questões de comunicação na participação político partidária indígena do estado dentro dos métodos, referências e abordagens comumente utilizadas me pareceu incoerente. O medo de reproduzir violências simbólicas e silenciamentos (“culposos ou dolosos”) esteve sempre presente. Como remediação, assim como o caminho escolhido por outras(os) pesquisadoras(es) em produções contemporâneas, optei por ouvir com sensibilidade o máximo de pessoas envolvidas, buscando aliar senso crítico e gentileza às limitações de tempo e burocráticas deste processo.

Dedico capacidade crítica, sensível e criativa na tentativa de construir registros outros no campo da comunicação política, a partir da ampliação do debate em espaços onde estas pautas ainda são timidamente dialogadas, com respeito à complexidade e pluralidade aqui abordadas, e com o objetivo maior de também contribuir com as lutas e demandas de povos que foram historicamente subalternizados. Mais que puramente uma pesquisa, palavra

historicamente tão dolorosa para povos indígenas, o esforço empreendido nestas observações é de um esperançar ativo no presente, buscando oferecer meu esforço à formas mais significativas, dignas e compassivas de viver em sociedade.

Alguns direcionamentos sobre termos adotados

O estudo aqui apresentado é escrito em língua portuguesa - portanto, língua nativa do país que colonizou o Brasil - e possui diversas limitações estruturais para a abordagem das questões levantadas, na percepção deste idioma como ferramenta de comunicação e espaço que pode questionar ou reforçar opressões históricas. Pontuar algumas decisões na escrita, portanto, segue também o entendimento de que as escolhas e a linguagem não são neutras, a exemplo do que diz Grada Kilomba (2020), Sueli Carneiro (2005, 2023), Lélia Gonzalez (1984), Djamilia Ribeiro (2019, 2020), ou ainda Wittgenstein (1968) e Derrida (1995). A linguagem nunca é meramente um amontoado de palavras. Ao contrário, ela pode evidenciar uma hierarquia violenta que determina quem pode e quem não pode falar. Negar estas construções de linguagem seria negar a própria estrutura de uma sociedade que ainda vive colonialismos estruturais, mas propomos algumas considerações que julgamos necessárias:

Índigena, Povos indígenas, Povos Originários - No Brasil, o termo "índio" para designar os povos originários começou a ser questionado a partir dos anos 1970, com o surgimento de forma mais sistemática de um ativismo indígena. O educador, escritor e ambientalista de origem tapuia Kaká Werá, em *A terra dos mil povos* (1998, 2020), explica que "índio" carrega a dor de mais de cinco séculos de colonização. A preferência seria Povos Originários, seguido de indígenas, ou Povos Indígenas. "Índigena tem sido usado há bastante tempo, mas considera-se mais correto dizer povos originários devido ao fato de que formam no seu conjunto a origem deste país continental", relatou em entrevista ao Ecoa Uol mais recentemente (2023). Buscamos respeitar estas autorreferências.

Etnias indígenas - seguindo as orientações da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), grafamos no singular e com letra maiúscula (ex: povo Tupinambá, os Kaiapó).

Movimento indígena - o termo escrito em minúscula e no singular foi adotado na mesma perspectiva indicada pelo antropólogo Gersem Luciano Baniwa (2007).

Terra indígena - Inspirada na Dissertação (mestrado) de Júlia Trujulli Miras (2015), intitulada "De Terra(S) Indígena(S) À Terra Indígena O Caso Da Demarcação Krĩkati", e no trabalho de Teresa Harari (2022) buscamos diferenciar as grafias de terras indígenas e Terra Indígena. Utilizamos terras indígenas em sua multiplicidade da terra enquanto solo/fator produtivo e utilizamos Terra Indígena (com maiúsculas) ao nos referirmos aos territórios homologados/ demarcados. Assim, ressalta-se as diferentes ontologias por trás destas palavras aparentemente homônimas.

Prioridade de gênero - Assim como Harari (2022), Djamila Ribeiro (2019) e Grada Kilomba (2019) reconhecemos que o masculino universal contribui com o apagamento das mulheres. Para isso, utilizo construções que soam pouco familiares e flexiono os dois gêneros, priorizando o feminino. Embora parcialmente satisfatório, a escolha ainda não permite estender a vários gêneros LGBTQIAPN+ , expondo a problemática das relações de poder e a violência na língua.

Outro/outra, sujeito/sujeita - Grada Kilomba (2020) problematiza a tradução da obra de Spivak (Pode o subalterno falar?), sublinhando que no original *subaltern* não tem gênero definido, buscamos atentar para os termos outro/outra, sujeito/sujeita, bem como para o uso em itálico de palavras e expressões estrangeiras.

Texto em primeira pessoa do plural - Acreditamos e reiteramos a construção coletiva desta investigação. Priorizamos a flexão à primeira pessoa do plural e no feminino, por sermos duas autoras.

Bibliografia facilitada - Sempre que possível, buscamos incluir o link para acesso e download das obras aqui citadas, acreditando que isto facilitará não apenas a localização como o acesso destas obras. Igualmente buscamos situar, sempre que possível, a trajetória e lugar social das autoras/autores citados. Buscamos utilizar ainda, o primeiro nome destas autoras e autores na identificação de suas produções.

1- INTRODUÇÃO

Em agosto e setembro de 2022, acompanhei como fotógrafa para Sumaúma¹ a agenda da candidata Maia Kaiapó em Belém. Esta experiência, juntamente com os quase dez anos atuando na Universidade do Estado do Pará (Uepa), cobrindo como jornalista as ações da Universidade e, em especial, as do Núcleo de Formação Indígena (Nufi), contribuiu como ponto de partida para a compreensão do tema abordado nesta dissertação.

Analisar a candidatura das duas primeiras indígenas a deputadas federais do estado do Pará, suas ontologias e reafirmações de si enquanto candidatas indígenas, buscando compreender as estratégias e os desafios de comunicação eleitoral destas candidaturas, sobretudo frente às desigualdades estruturais do processo eleitoral no Brasil, tornou-se um desafio necessário e o **objetivo geral deste trabalho**.

Buscamos apresentar contribuições para a reflexão acerca das assimetrias do processo eleitoral brasileiro, com foco em seu viés comunicacional no contexto do estado do Pará. Para tanto, propomos responder à seguinte questão: **Quais as singularidades e hibridizações nas ontologias e na comunicação eleitoral das primeiras candidatas indígenas paraenses ao pleito federal no contexto do sistema eleitoral brasileiro?**

Esta investigação segue trilhas complementares e um dos eixos de estudo atenta para a análise da comunicação proposta em seus perfis de Instagram no período eleitoral, compreendido entre 1º de setembro a 1º de outubro de 2022, além das entrevistas com as candidatas e/ou suas assessoras de campanha, como recorte inicial. Também parte de minha observação enquanto jornalista que acompanhou o processo eleitoral em 2022 e complementa o panorama de instrumentos de coleta com a seleção de reportagens sobre a trajetória das candidatas e os dados públicos com informações de campanha por meios oficiais (TSE).

O desenho da investigação é balizado pela junção de análise quantitativa e qualitativa com triangulação múltipla (Santos, et al, 2020; Oliveira, 2015; Tuzzo, Braga, 2016), portanto, buscando estabelecer uma investigação mista e em profundidade da campanha das candidatas, verificar estratégias de comunicação, com classificação adaptada segundo Jones Machado e Raquel Ronsoni (2023) e atender aos seguintes **objetivos específicos**:

- Levantar o trajeto de vida e a entrada na política partidária das duas candidatas, compreender os sentidos que as candidatas atribuem à participação política, suas ontologias, como se apresentam, quais as singularidades, desafios e hibridizações no sistema eleitoral

¹ <https://sumauma.com/maial-o-legado-de-resistencia-kayapo-quer-chegar-ao-congresso/>

brasileiro;

- Identificar as propostas de campanha das duas candidatas em 2022 e relacioná-las às principais causas e demandas (dos povos) indígenas por elas representadas.
- Identificar e compreender a participação crescente de indígenas e suas candidaturas à esfera federal e localizar a problemática no Estado do Pará;
- Compreender as dinâmicas partidárias e as condições que foram dadas às candidatas para campanha. Listar e relacionar outros desafios técnicos, financeiros e políticos para a participação e a eleição de indígenas na esfera federal e das duas candidatas de forma específica.

Entendemos que a participação indígena em cargos eletivos no Brasil ocorre muito antes da Constituição Federal de 1988 - marco histórico no avanço da cidadania indígena - e já completa mais de sete décadas no Brasil (Luís Roberto De Paula, 2017; Tuxá, 2020).

Mesmo diante de um cenário de assimetrias para a plena participação político partidária dos povos indígenas e ocupação de cargos de decisão pelos mesmos, registros recentes apontam que desde 1962 eles protagonizam disputas eleitorais e buscam representatividade nas esferas municipais, estaduais e federais (Leandro Durazzo, 2019). Apesar desta longa trajetória histórica, a participação político-partidária indígena apresenta inúmeras lacunas de estudo e desafios metodológicos de análise. No campo acadêmico, o tema ainda é incipiente e sistematizado de maneira intermitente por entidades de apoio aos povos indígenas, atravessado por diversos embates de análise nas fontes de mapeamento, como subnotificação, informações contraditórias ou ausentes (De Paula, 2017, 2020; Verdum, 2020).

Mais recentemente, sobretudo impulsionado pelo movimento indígena de Aldear a Política da Articulação de Povos Indígenas do Brasil (Apib), o crescimento significativo desta participação em processos eleitorais voltou o olhar de pesquisadores para reflexões sobre esta expansão enquanto fenômeno sociopolítico (Luciano, 2003, 2006; Baniwa 2010, 2022; De Paula, 2017, 2023; Jecupé, 1998; Lima, 2022; Oliveira, 1983; Terena, 2021; Tuxá, 2020; Verdum, 2004, 2023).

Há, em maior quantidade, pesquisas no campo do direito (Fux, 2016; Amado "Eloy Terena", 2019; Santano, 2019; Souza, Urquiza, 2022; Rufino, 2022; Xavier, 2024) e Antropologia da Política (Oliveira, 1998; De Paula, 200, 2017 ; Iubel, 2015; Rego, André; Ribeiro, 2023; Vieira, José; Zoppi, 2012; Rufino, 2023), além de um importante trabalho na

área da administração, que ofereceu nortes a este trabalho, ao analisar o mandato de Joenia Wapichana (Harari, 2022), primeira indígena mulher a se eleger deputada federal.

Ocorre que a dimensão comunicacional atravessa esses estudos ainda de maneira escassa. Poucas pesquisas exploraram a forma como os povos indígenas se envolvem com a política partidária, com a comunicação eleitoral, o impacto das estratégias de campanha na mobilização eleitoral entre não-indígenas e indígenas, as barreiras culturais enfrentadas por esses grupos no campo e as contribuições ontológicas desses grupos para novas formas de comunicação eleitoral.

Em um levantamento inicial, buscamos em bancos de dados e repositórios acadêmicos (Portais CAPES, Scielo, Google Acadêmico, Academia Edu e auxílio da Inteligência artificial Research Rabbit) a interseção entre as palavras comunicação, indígena(s) e eleições. Encontramos um resumo com análise narrativa do discurso do pronunciamento de posse da ministra dos povos indígenas, Sônia Guajajara (Santos e Torres, 2023); análise de três discursos de Célia Xakriabá (Xakriabá e Rodrigues, 2022); um parágrafo com considerações sobre a comunicação durante a campanha de Maial Kaiapó, em artigo de Teresa Harari, de 2023; e algumas considerações sobre a comunicação eleitoral dos Tenetehara no Maranhão, em tese apresentada por Florbela Ribeiro, intitulada “Resistências Tenetehara: modos de fazer política de um povo tupi do Maranhão”, também de 2023. Identificamos, ainda, o trabalho “A Presença da Mulher Indígena no Instagram: Um Estudo Sobre As Postagens de Célia Xakriabá e Sônia Guajajara na Campanha Eleitoral de 2022”, dissertação de Márcio Telles de Souza Malta, que foi recentemente submetida ao Mestrado em Comunicação e Sociedade, da Universidade Federal do Tocantins, em 2024.

Na expansão das fronteiras do campo da comunicação política a partir de culturas que lutam por manifestar suas próprias lógicas de mundo, há trabalhos que já apresentam observações e sublinham, por exemplo, a manutenção e priorização da língua indígena nos discursos e encontros com plateias mistas (indígenas e não-indígenas), como estratégia política "além de uma questão de comunicação com o povo e conteúdo da mensagem" (Ribeiro, 2023). A observação parte do comportamento dos Tenetehara do Maranhão, mas é aplicável a outras estratégias de base observáveis no movimento. Priorizar o entendimento dos parentes na língua indígena, que reagem à compreensão deste discurso, e apenas em um segundo momento ter a mesma comunicação em português, é uma decisão alinhada ao conteúdo político de inversão de lentes contido no discurso e estratégia de indígenas em

participações na cidade, no comício, na aldeia, em universidades e outro espaços de trocas, como forma de reiterar sua resistência e expor as diferenças - aqui linguísticas - em uma inversão de perspectiva. Pudemos observar esta escolha de comunicação também na candidata Maial Kaiapó. O modo de agir publicamente de uma liderança e as formas de resistir à ação dos brancos também é repassado entre gerações e discutido coletivamente, sobretudo quando há necessidade de interações ou apoio de não-indígenas (Ribeiro, 2023).

Ainda no levantamento de pesquisas anteriores, na busca pela associação das palavras candidatura(s) indígena(s) e campanha indígena, localizamos artigo de Marcus Abílio Pereira e Maria Alice Ferreira (2018). Os autores destacam a abordagem da questão indígena no twitter durante as eleições de 2018, buscando compreender as redes associativas e relações entre atores (indivíduos, grupos e instituições), que a princípio defenderam a causa indígena (mesmo não sendo indígenas) no pleito eleitoral de 2018.

Pautadas nestas e em outras literaturas disponíveis, entendemos ainda que generalizar um comportamento político partidário de indígenas ou mesmo de um povo específico seria discriminatório e essencialista, tendo em consideração sua diversidade e (pluri) identidades. É natural, portanto, alegar que não há exatamente um consenso entre povos indígenas sobre os impactos inter e intra étnicos da participação de povos originários na política partidária nacional e as imposições desta na cultura indígena. As pesquisas disponíveis incluem desde considerações sobre esta participação em pleitos ser responsável por uma divisão entre os “parentes” Kaxinawá (Zoppi, 2019), que mesmo sendo a maioria do eleitorado, só obtiveram êxito como vereadores e vice-prefeitos, resultado de chapas híbridas formadas por prefeitos brancos e vices indígenas, o que configura uma especificidade da política local. Há, ainda, considerações sobre uma possível “contaminação” da cultura indígena com a “cultura dos brancos” em contraposição àquela praticada por eles, que seria “a política da união”; há registros sobre os modelos de organização, tomadas de decisão e escolha de representantes ter significado e dinâmica extremamente distintos a depender do povo analisado (Zoppi 2012, 2019); ou, ainda, sobre a incorporação de modelos políticos análogos aos de uma prefeitura serem praticados nas aldeias, como “uma brincadeira” (Harari apud Zoppi, 2022).

Diante de diversas perspectivas erroneamente duais entre o que seria “genuinamente indígena” ou “genuinamente da cultura não-indígena/branca/colonial”, optamos por entender o funcionamento da maquinaria eleitoral no país como uma relação de poder advinda das estruturas de colonização - entre formas sutis e explícitas; formais e informais -, mas com

uma possibilidade de caminho intermediário, diverso, plural e que amplie a qualidade do debate político no Brasil.

Nego Bispo, relator de saberes quilombolas, foi crítico do que chama de mercantilização do saber e defende o conceito de confluência cosmológica e compartilhamento de conhecimentos. Confluência, segundo ele, trata da lei que rege a relação de convivência entre elementos da natureza e que ensina que "nem tudo o que se ajunta se mistura" (Bispo, 2015). Aliando-se a essa lei, a transfluência seria uma lei com proximidade ao significado de transporte, que rege as relações de transformação dos elementos da natureza e ensina que "nem tudo o que se mistura se ajunta". A poética de Nego Bispo pode ser aplicável às relações intra e interétnicas de nosso contexto, a partir de uma compreensão mais ampla destas interações e de alguns insistentes estereótipos raciais nas dinâmicas interativas entre indígenas e não-indígenas.

Homi Bhabha (1994) reforça nossa fundamentação ao advogar que é a partir das relações de poder, da construção de identidades históricas e socioculturais que nasce a necessidade de atribuir fixidez às identidades, ou polaridades entre culturas aparentemente dissociadas, o que plasma percepções e gera estereótipos. O que Bhabha suscita é que todas as formas de culturas, seja dos dominados ou dominantes, estão, invariavelmente, em contínuo processo de hibridação.

Adentrando no recorte de gênero, Jozileia Kaingang (2023), em tese sobre as articulações nacionais das mulheres indígenas, traz pontos relevantes sobre protagonismo indígena feminino, com considerações sobre a participação eleitoral de indígenas mulheres em pleitos eleitorais (Schild, Joziléia, 2023). A autora ressalta o "empoderamento" como resultado esperado do projeto Voz das Mulheres Indígenas, refletido nas eleições de 2018, com as candidaturas de Sônia Guajajara como "copresidenta" (um "neologismo" indígena para o cargo de vice-presidente) na chapa de Boulos; e Joênia Wapichana, eleita deputada federal no mesmo ano.

Joênia, no último dia da edição de 20 anos do Acampamento Terra Livre (ATL 2024), citou que, no passado, indígenas mulheres não eram chamadas para discutir política fora das comunidades ou em nível regional e nacional porque eram vistas estritamente pela ótica do papel doméstico. Em reportagem do Portal do Ministério dos Povos Indígenas (Portal GOV. BR, 2024) ela cita que no passado havia um estímulo para que indígenas não se envolvessem com política.

Os paradigmas, avanços e resistências contra a barreira do poder tutelar do estado sobre povos indígenas e a participação político-partidária de representantes indígenas para defesa de seus direitos e outras perspectivas políticas podem ser entendidos a partir de diversos horizontes de análise. Em nossa investigação, ainda que trazendo problematizações do termo, optamos pela perspectiva interseccional com enfoque no gênero das candidaturas das duas primeiras indígenas paraenses a concorrer ao cargo de deputadas federais, com a contextualização das possíveis raízes das assimetrias (restrições de recursos, desigualdades de gênero e raça, até violências “simbólicas”) experimentadas no processo de campanha. No primeiro eixo crítico-analítico propomos uma revisão da questão sob a ótica historiográfica da colonialidade e os subsequentes movimentos de resistência às consequências do período colonial (Fanon, 1954, 2008; Quijano, 2005, 2009; Walsh, 2008 ; Mignolo, 1998, 2003, 2017; Bhabha, 1991, 1994; Xakriabá, 2022, 2023; Terena; Baniwa). Também aprofundamos a discussão sobre a cidadania especial indígena (Gersem Baniwa, 2006, 2020, 2022; Tuxá, 2020, 2022; Terena, 2019, 2022), “interculturalidade” e a problemática deste conceito (Luiz Enrique Lopez, 2009; Jorge Gasché Suess, 2008; Baniwa, 2017; Jozileia Kaingang, 2023) com enfoque especial à colonialidade de gênero (Lugones, 2008) acrescida de estudos críticos da branquitude (Bento; Cardoso; Carone; Schucman; Sovik).

Nosso segundo leque de referências teóricas parte da perspectiva da comunicação eleitoral e política (Correia; Ferreira; Espírito Santo, 2010; Panke e Pimentel, 2018); e da comunicação para a cidadania (Freire 1987, 1994, Peruzzo, 2007), observando a agenda de campanha, estratégias de viabilidade e visibilidade eleitoral frente aos recursos disponibilizados a partir de seus contextos específicos.

Em um segundo momento, como aprofundamento de análise, buscaremos fazer análises entre dados de campanha de cenários assimétricos: total de votos, recursos recebidos e características gerais de perfis no instagram das duas candidatas indígenas e de outras duas candidatas com maior número de votos na eleição de 2022 que se autodeclaram brancas. Identificamos a deputada federal mais votada no estado, a médica Alessandra Haber (MDB), com quase 258.907 votos e Elcione (MDB), com 175.498 votos. Buscamos compreender sistemas de favorecimento dessas candidaturas levantando seus contextos sob a ótica dos estudos críticos da branquitude (Bento; Cardoso; Carone; Schucman; Sovik).

Como contexto relevante para a análise, elencamos o panorama de violências sistemáticas contra Povos Indígenas no Brasil, intensificado em 2022 (CIMI, 2023), em ciclos

de violações e ataques a direitos no último ano do mandato de Jair Bolsonaro, mas ainda presente nos dias atuais. Durante o mandato de Jair Bolsonaro, nenhuma terra indígena foi demarcada pelo governo federal. A estática postura em relação à principal pauta do movimento indígena foi acompanhada de grande retrocesso com a flexibilização por meio de Projetos de Lei (PLs) e de medidas administrativas voltadas a liberar a exploração de terras indígenas.

Por outro lado, examinar a representatividade indígena no legislativo federal é reiterar a reflexão sobre a saúde planetária e as injustiças climáticas globais, a partir da compreensão de que a ocupação destes cargos de poder auxilia a demarcação de territórios indígenas. Inúmeros estudos apontam a associação entre desflorestamento e eventos climáticos extremos ao aumento de doenças infecciosas (Ellwanger, et al, 2020; Mora et al, 2022). No entanto, não há uma conscientização adequada por parte da maioria dos parlamentares, e da sociedade brasileira em geral, sobre a associação entre estes temas e a preservação da biodiversidade que territórios indígenas representam mundialmente.

Nossa proposta não esgota as possibilidades de análise de um processo pleno de complexidades e tensões. O processo político de indígenas mulheres enquanto lideranças produz contradições, conflitos sociais e pessoais e redefinição de relações de poder nos universos sociais em que transitam (Kumarua, 2022). Sabe-se também que ser indígena mulher não necessariamente subentende um compromisso com os interesses representados pelo movimento de base, mas nossas sujeitas de estudo podem ser compreendidas como protagonistas, em diferentes contextos, sobretudo em uma ótica ampliada de suas atuações políticas.

Incluindo esta introdução, buscamos dividir este trabalho em seis capítulos. No capítulo dois, apresentamos alguns dos temas da etnologia indígena, primeiro de uma forma mais ampla e depois situando na realidade do estado do Pará; também partimos da revisão da literatura que envolve as confluências entre comunicação e participação indígena na política partidária. O terceiro capítulo apresenta nossa fundamentação teórica, com algumas problematizações sobre termos utilizados por eruditos não indígenas para se referirem às resistências à colonialidades. Também propomos a discussão sobre a decolonialidade de gênero, os estudos críticos da branquitude e seguimos para a análise da comunicação por uma perspectiva afim de nossas escolhas teóricas, em uma lente crítica-analítica. O capítulo quatro aponta para os objetivos de nosso trabalho, complementando ferramentas metodológicas

tradicionais com reflexões sobre práticas não hegemônicas, mostrando nossas interrogações e escolhas para análise das informações que reunimos em nosso estudo. A análise multifacetada das trajetórias de vida e candidaturas de Maial Kaiapó e Nice Tupinambá recebe dedicação e olhar especial no capítulo cinco de nossa investigação. Ao capítulo seis acrescentaremos nossas considerações possíveis ao campo e alguns caminhos apontados por este trabalho, que podem nortear caminhos futuros.

2- CONTEXTO

2.1 Temas da etnologia indígena contemporânea

As análises apresentadas neste capítulo têm como objetivo elencar algumas das principais questões levantadas pelos movimentos indígenas no Brasil e contextualizar historicamente suas pautas, com atenção especial à perspectiva de gênero. Além de documentos e comunicações da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), levantamos na literatura e produções diversas disponíveis - priorizando produções indígenas ou contra-hegemônicas - tópicos para o desenvolvimento de algumas informações presentes neste capítulo. A estes, unimos reflexões de Brulina Baniwa e Jozileia Kaingang, ambas da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), apresentadas na formação “Reflorestar Mentes”, da qual participei como aluna. A formação foi conduzida em Belém em 2024, e partiu de uma iniciativa da Secretaria de Estado dos Povos Indígenas (Sepi) e da Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA) com objetivo de reiterar a importância da representatividade nos espaços institucionais, qualificar servidores públicos sobre a diversidade cultural dos povos indígenas e fomentar a construção da política “reflorestar mentes”. A ANMIGA é resultado das articulações construídas desde 1994, tendo destaque o projeto Voz das Mulheres Indígenas (parceria com a ONU Mulheres) e o diálogo direto com ações desenvolvidas por indígenas mulheres articuladas com o movimento indígena de base do país.

Conscientes do lugar social que ocupamos e de nossas possíveis limitações, nos empenhamos em contribuir para o avanço destes debates entre não-indígenas, apoiando, também como estudante, a luta para quebra de estereótipos e contra o racismo estrutural (Almeida, 2019), mas sobretudo atentando fortemente para não reproduzir narrativas sob a tônica de um ideal salvacionista, de tutela, catalográfico ou folclorista, como presentes em algumas construções coloniais de pensamento. Este nosso empenho e esforço nesse lugar da Academia, espaço de embates e necessárias desconstruções ou insurgências epistêmicas.

2.1.1 Complexidade e pluralidade dos povos indígenas no Brasil

Abram seus olhos grandes para o rosto do Brasil.
 Temos pele multicolor.
 Temos o solo pluriétnico.
 Somos mais de 300 povos.
 Falamos mais de 274 línguas.
 Nossos olhos foram rasgados
 com a dor da colonização.
 Nossos olhos foram inundados
 com o sangue que vocês derramaram sobre a terra.
 (APIB-Revista ATL 2024)

Os indígenas do Brasil durante a invasão colonial obviamente se diferem dos indígenas da contemporaneidade, não apenas pelo tempo ou número populacional, mas sobretudo culturalmente, espiritualmente e em visão do mundo sobre o passado, o presente e o futuro (Baniwa, 2006). Atualmente mais presentes em diversos espaços de resistência, um número cada vez maior de pensadoras(es) indígenas começa a refletir a atualidade sob a perspectiva da autodeterminação, descolonização e justiça social (Smith, 1999), contribuindo para a abertura desses espaços para perspectivas mais diversas e igualitárias.

Uma armadilha de análise, convém reiterar, é arriscar uma definição rígida do que representam as reconfigurações do existir indígena contemporâneo em qualquer área, repetindo generalizações que criticamos em outras produções.

Entre as alternativas possíveis, buscamos conceber as realidades indígenas a partir de entrecruzamentos diversos, retratando essas coletividades nos mais diversos agenciamentos possíveis. Os movimentos políticos indígenas são igualmente heterogêneos, diversos e plurais, mas buscamos pautar suas aproximações e confluências de base.

Atualmente, contabilizando 305 povos (etnias) indígenas e 250 línguas distintas (IBGE, 2022), o Brasil também testemunha uma transição de sentidos sobre o fazer-se indígena na atualidade. A significação passou de uma generalidade social para uma expressão sociocultural importante do país (Baniwa, 2006), reflexo de resistência e luta social.

Já é possível encontrar acepções atreladas à qualidade, à riqueza e à espiritualidade de vida desses povos (Baniwa, 2006); um contexto menos repressivo para retomada de seus projetos sociais étnicos e identitários; e a compreensão de suas realidades como lógicas de mundo distintas. No sistema eleitoral, porém, comumente aos candidatos indígenas é reservado um papel de representação em que se exige homogeneidade no movimento e comumente as divergências de base são utilizadas por seus adversários para diminuir sua

força política.

No que tange às assimetrias por condições relacionadas à norma, a obrigatoriedade de comprovação de quitação do serviço militar, a prestação alternativa como requisito para o alistamento eleitoral; a comprovação de domicílio eleitoral no caso de comunidades nômades; a obrigatoriedade da propaganda eleitoral ser realizada em português, e o próprio domínio da língua portuguesa como requisito de elegibilidade são temas a serem igualmente problematizados para a plena participação.

Em termos numéricos, compreende-se que o atual sistema eleitoral impossibilita a eleição de seus representantes apenas por votantes indígenas, ainda que todos indígenas de um estado votassem em uma(um) mesma(o) candidata(o).

E as assimetrias estruturais das campanhas são alarmantes. Apenas em 2024, partidos e federações partidárias com candidaturas indígenas registradas adquiriram o direito à distribuição proporcional de recursos financeiros do Fundo Partidário (Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos), e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), bem como de tempo gratuito de rádio e televisão. A decisão do plenário (em 27 de fevereiro de 2024)² acompanhou o voto do relator, ministro Nunes Marques, a partir de três questionamentos apresentados pela deputada federal Célia Xakriabá, que acompanhou a sessão do Tribunal juntamente com a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, e do Secretário Executivo do Ministério, Eloy Terena.

Esta política configura um avanço nas políticas afirmativas, mas atentamos para a possibilidade, a exemplo de outros países da América Latina, como Colômbia, Venezuela, Chile e México, que a reserva de assentos no parlamento a essa minoria étnica já é uma realidade (Pereira; Barros de Carvalho Junior, 2020).

2.1.2 Indígenas em números recentes, alguns comparativos e recorte por região ³

O Brasil possui, de acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, um total de 1,7 milhão de indígenas, sendo mais da metade

²Ver:

<https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2024/02/candidaturas-indigenas-terao-cota-de-re-cursos-eleitorais-e-de-tempo-de-radio-e-tv-decide-tse>

³Ver:

<https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Nota-Tecnica---A-Conjuntura-Demografica-Indigena-Paraense-Versao-Publicacao.pdf>

deles habitantes da Amazônia Legal, denominação criada no governo de Juscelino, 1953, como região administrativa para políticas de desenvolvimento que inclui os sete estados da Região Norte - Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, mais Mato Grosso e grande parte (cerca de 80%) do Maranhão (em sua porção a oeste do meridiano 44°). No Censo de 2010, o IBGE contou 896.917 mil indígenas no Brasil, ou seja, houve ampliação de 88,82% desde o Censo Demográfico anterior.

Entre os fatores que explicam este resultado, merece atenção a metodologia de abordagem e de coleta censitária: houve maior participação dos indígenas desde o início da operação e monitoramento, que passou a ser compartilhado com a Funai. Além disso, houve aumento no número de Terras Indígenas, passando de 505 para 573 entre 2010 e 2022, e o acréscimo da pergunta “você se considera indígena?” em abordagens fora de territórios indígenas do país, recurso que ampliou a categoria em análise. No Censo de 2022⁴, a maior parte (53%) das pessoas que se autodeclararam indígenas residiam em áreas urbanas (914.746 pessoas), enquanto 46,03% (ou 780.090 indígenas) moravam em áreas rurais. Já em 2010, os indígenas que viviam em áreas rurais representavam 63,78% do total.

Como já dissemos, a maior parte dos indígenas brasileiros (51,25% ou 867,9 mil indígenas) vive na Amazônia Legal. Do total, sublinhamos que a região Norte, região de nossas protagonistas de análise, concentra 44,48% da população indígena (totalizando 753.357 pessoas). Outros 31,22% estão no Nordeste (o equivalente a 528.800 pessoas).

A título de comparação, o estado de São Paulo concentra 22,17% do eleitorado brasileiro. Já todos os 7 estados da Região Norte somam 8,02% dos eleitores em 2022. Dos 65 candidatos do Norte, 15 (23,07%) são de centro, 44 (67,69%) são de direita e 6 (9,23%) são de esquerda.

A Câmara dos Deputados é composta de 513 cadeiras, divididas em números desiguais para cada estado, dependendo da população que vive em cada um.

2.1.3 Percentual Populacional Indígena da Região Norte

Como já mencionado, a região Norte registrou 753.357 indígenas vivendo na região. O número corresponde a 44,48% da população indígena do país. Em comparação a 2010, as maiores variações absolutas no número de indígenas ocorreram também na

⁴Ver: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42277-censo-2022-mais-da-metade-da-populacao-indigena-vive-nas-cidades>

região Norte, que teve acréscimo de 410,5 mil.

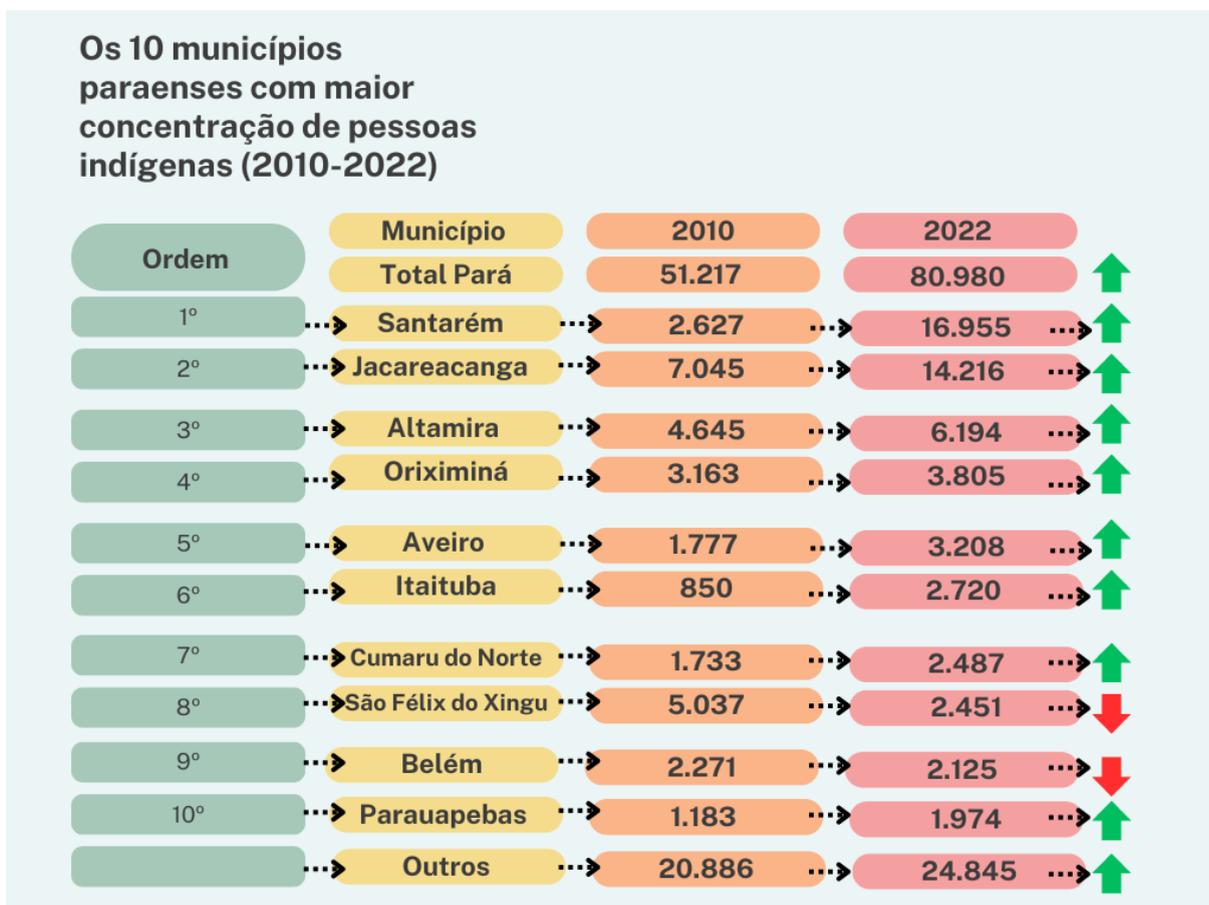
Figura 02 - Evolução da população indígena, Pará x Amazônia Legal x Brasil (2010-2022)



Fonte: Censo Demográfico, 2010 e 2022.CEEAC/FAPESPA, 2023. Elaboração: A própria autora

Entre os municípios com maior concentração de indígenas no Estado do Pará, dominam o ranking Santarém, Jacareacanga e Altamira. Belém está em 9º lugar, com 2.125 indígenas, indicando uma queda comparativa com o ano de 2010.

Figura 03 - Os 10 municípios paraenses com maior concentração de pessoas indígenas(2010-2022)



Fonte: Censo Demográfico, 2010 e 2022.CEEAC/FAPESPA, 2023. Elaboração: A própria autora

Em relação à necessidade de políticas públicas adequadas para jovens e idosos indígenas, merece atenção o dado de que a Região Norte tem o menor índice de envelhecimento da população indígena: 19 pessoas com 60 anos ou mais, para cada 100 indígenas de até 14 anos de idade. A menor idade mediana encontra-se na região Norte, indicando 21 anos de idade.

O Censo de 2022 mostra que a maioria da população indígena brasileira atual é jovem, metade da população indígena no país tem menos de 25 anos. O elevado percentual de uma geração já criada na perspectiva das políticas de autoidentificação e participação política, pode apontar caminhos para uma presença maior de representantes políticos e eleitores igualmente aptos.

2.1.4 Gênero e “Feminismos Descolonizados”

Mulheres são também maioria entre a população indígena no país, segundo levantamento do IBGE. Entre indígenas, essa fração é de 97,07, indicando que para cada 97 homens indígenas foram identificadas 100 indígenas mulheres.

Para Jozileia Kaingang (Schild, 2023), as indígenas mulheres ainda têm enfrentado resistência na sua participação em diversos setores com os quais se relacionam, dentro e fora do contexto da aldeia. Força motora no movimento indígena local, regional e nacional, não existe um consenso no movimento de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de “feminismos indígenas”. Ana Manoela Soares, pesquisadora Karipuna, atenta, a partir de vozes indígenas, que o pertencimento étnico sobrepõe o gênero, o que também definiu a escolha ao priorizarmos “indígenas mulheres”, no lugar de “mulheres indígenas” como linguagem predominante nesta análise.

“Uma vez presenciei uma parenta relatar: ‘nós nascemos indígenas, já ser mulher é algo que é construído posteriormente’” (Dos Santos Soares, 2021). Para ela, a colonização é a origem das desigualdades, e teria trazido o patriarcalismo, o paternalismo e os machismos para dentro dos territórios indígenas em sua concepção mais ampla. Nas relações com não-indígenas, o fato de ser indígena mulher acentua a vulnerabilidade destes corpos.

Braulina Baniwa (2022), em dissertação intitulada “Indígenas Mulheres: Corpo território em movimento” também opta por adotar o marcador étnico como determinante maior em suas trajetórias e narrativas, em detrimento aos marcadores de gênero. Ela também ressalta que a luta de indígenas mulheres parte de contextos distintos, e por vezes até antagônicos, e não pode ser confundida com o feminismo de não indígenas, apesar de algumas semelhanças possíveis.

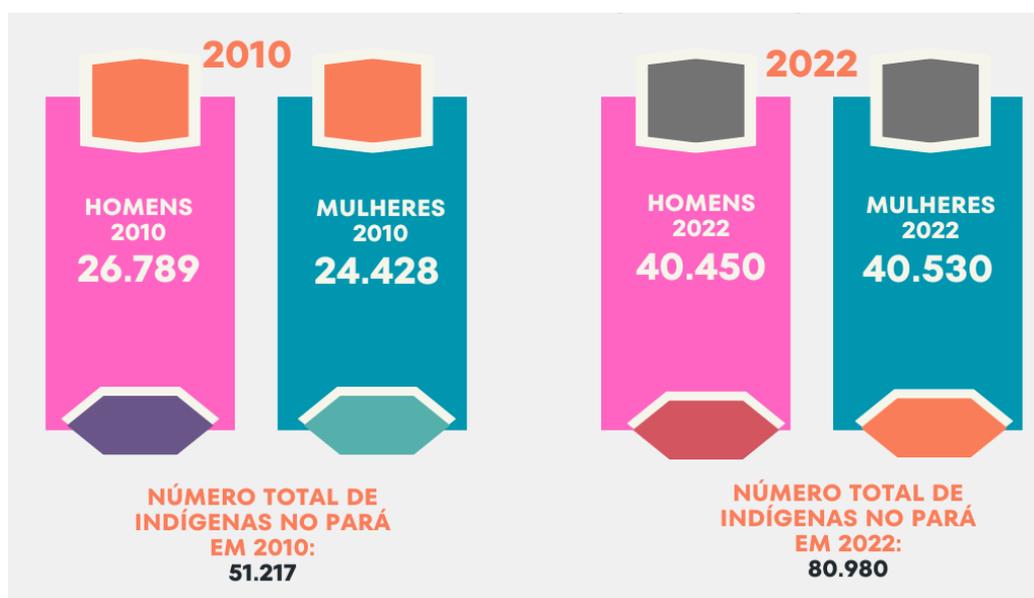
A utilização do termo “Feminismos Descolonizados” é utilizada por Jozileia Kaingang (Schild, 2023), que também reconhece algumas confluências, mas pontua que em reuniões de indígenas mulheres onde o debate surge, há carências de um maior embasamento teórico para a defesa ampla do conceito. Para ela, são as mulheres indígenas que estão buscando e protagonizando a reconexão com valores ancestrais, apagados e adormecidos com as práticas coloniais.

Daiara Tukano, comunicadora, artista visual e ativista, em uma série de lives do Abril Indígena de 2021 da Rádio Yandê, defende, em contrapartida, que povos indígenas não

decolonizam ou descolonizam, quem realiza isto são os não indígenas, ou seja, quem decoloniza ou descoloniza é o povo que colonizou (Dos Santos Soares, 2021). De acordo com Daiara, indígenas contra colonizam, pensamento confluyente com o termo empregado por Nego Bispo (2015, 2023) e que também optamos por utilizar.

Os padrões demográficos da população indígena paraense por sexo, nesses últimos 13 anos, apontam uma acentuada expansão de quase 66% no número de mulheres. O resultado das mostras dos Censos 2010 e 2022 implicam uma reversão nos padrões demográficos da população indígena no estado, onde em 2010 os homens eram maioria, e agora estão em número levemente menor que o de mulheres.

Figura 04 - Evolução da população indígena, por sexo, Pará (2010-2022)



Fonte: Censo Demográfico, 2010 e 2022.CEEAC/FAPESPA, 2023. Elaboração: A própria autora

2.1.5 População Indígena em Áreas Urbanas

Ao tratar questionamentos sobre indígenas em contextos urbanos sublinhamos outro dado censitário: Do total de 630.041 domicílios com pelo menos um morador indígena, 492.785 estavam localizados fora (78,21%) e apenas 137.256 estavam localizados dentro de Terras Indígenas (21,79%).

O Censo do IBGE em 2022 considerou para os dados a seguir, pessoas indígenas residentes em terras oficialmente delimitadas. No Pará, constata-se um aumento vertiginoso

dos indígenas residentes na terra Munduruku, que cresceu cerca de 105,8% entre 2010-2022, e consolida-se como a maior terra indígena do estado (Fapespa, 2024). Até a elaboração desta fase da análise, o IBGE não divulgou o detalhamento demográfico dessas terras por município, apenas por territórios indígenas/etnia, conforme figura a seguir.

Figura 05 - Evolução da população indígena, por localização do domicílio, Pará (2010-2022)

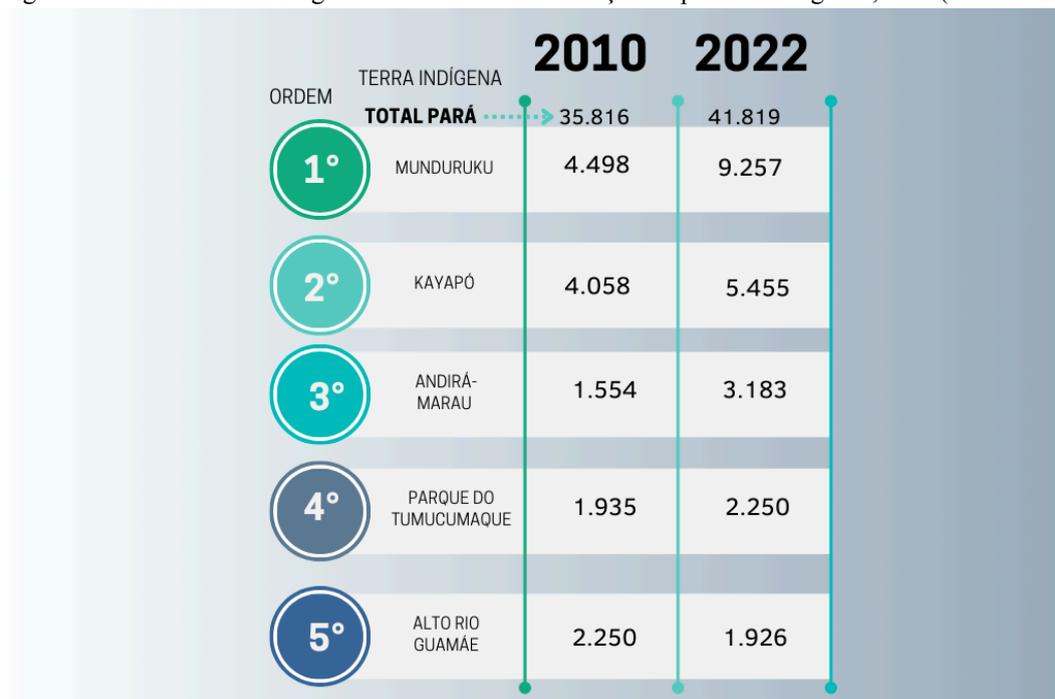
Localização do Domicílio	2010	2022
Total Pará	51.217	80.980
Em terras indígenas delimitadas	35.816	41.819
Fora de terras indígenas	15.401	39.161

Fonte: Censo Demográfico, 2010 e 2022.CEEAC/FAPESPA, 2023.

Elaboração: A própria autora

No Pará, ainda, observamos um aumento vertiginoso dos indígenas residentes na terra Munduruku, com crescimento de cerca de 105,8% entre 2010-2022. Indígenas no território Andirá-Marau, também registraram crescimento populacional de 104,8% no mesmo período.

Figura 06 - Cinco terras indígenas com maior concentração de pessoas indígenas, Pará (2010-2022)



Fonte: Censo Demográfico, 2010 e 2022. CEEAC/FAPESPA, 2023.

Elaboração da própria autora

2.1.6 Autodefinição indígena e estereótipos

No que diz respeito à autodefinição como indígena, Gersem Baniwa pontua, no livro “O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje” (2006), alguns critérios mais aceitos entre povos indígenas, apesar de não necessariamente únicos e/ou excludentes:

Continuidade histórica com sociedades pré-coloniais; Estreita vinculação com o território; Sistemas sociais, econômicos e políticos bem definidos; Língua, cultura e crenças definidas; Identificar-se como diferente da sociedade nacional; Vinculação ou articulação com a rede global dos povos indígenas (Baniwa, 2006, p 27).

Mais recentemente, durante mesa de debates que marcou o lançamento do livro “A Reconquista do Território”, em 2023, o educador atentou para ampliação de sentidos e do horizonte sobre o que é o conceito de território reivindicado por indígenas contemporâneos. Para ele, é necessário reiterar continuamente a importância da demarcação legal de territórios tradicionais e ainda ampliar o olhar sobre os territórios indígenas urbanos, pois ao ganhar novas relevâncias, serão necessárias novas teorias, parâmetros conceituais e argumentos para contemplar a questão. De algum modo, seria uma nova abordagem para o sentimento de

desterritorialização que assola os indígenas da atualidade, e um ponto-chave para reimaginar políticas públicas direcionadas a essa parcela da população, mas que acabam contemplando - quando contemplam - apenas indígenas em territórios tradicionais.

Merece destaque a compreensão do termo território como um imperativo de existência, espiritualidade, universo e natureza, para muito além do campo do direito que delimita território (ou terra) a uma visão de direito à terra, em sua concepção puramente geográfica (Baniwa, 2023).

As perspectivas no modo de vida de indígenas urbanos são diferentes das de indígenas em territórios tradicionais, o que não significa que devam ser tratados de forma excludente. As diferentes perspectivas não estabelecem fronteiras rígidas ou homogeneizantes entre as duas realidades, por serem parte de uma mesma referência sociocultural complementar (Baniwa, 2006).

Ocorre que a concepção sobre um possível fenômeno de “aculturação” de indígenas em contexto urbano aparece, em seu tempo histórico, fazendo referência ao meio pelo qual uma cultura absorve externamente os elementos culturais de um outro grupo, encaixando-os e acomodando-os em seus próprios padrões (Broom e Siegel, 1954).

A expressão é problematizada por indígenas e indigenistas em virtude das falhas e equívocos que comporta, uma vez que está fundada na concepção de cultura como um conjunto de traços que podem ser perdidos ou obtidos, e cultura como unidade fechada, limitada a um grupo, com sistemas fechados.

O pensamento estatal predominante, que ainda encontra registros recentes (2020) no judiciário, por exemplo, ao dividir os indígenas em isolados, em vias de integração e integrados (art. 4, do Estatuto do Índio, ainda em vigor), também foi influenciado pela concepção de integração a partir da aculturação (Guajajara et al, 2023). As categorizações de indígenas desta forma indiscriminada, a partir de classificações e conceitos que os diferenciam a partir do “contato” com não indígenas, cria subcategorias capazes de os desqualificar e abre margens à violação de seus direitos fundamentais, mesmo frente aos universais direitos humanos. O início de um novo marco normativo relacional entre o Estado e os povos indígenas, em 1988, propõe um paradigma integracionista por outro viés multicultural e participativo. Por ele, supostamente as antigas concepções de que os povos indígenas estariam fadados à integração à sociedade nacional são deslocadas da racionalidade jurídica para dar lugar a uma política de respeito e tolerância à diferença cultural (Lunelli,

2019).

Todavia, tanto o poder legislativo quanto o poder judiciário ainda atuam como agentes incapazes não apenas de superar ultrapassadas concepções do integracionismo - o que reverbera na preservação do racismo na sociedade em geral - como as reforça, como veremos adiante.

Sabe-se que a inadequação e/ou criminalização, em termos sutis ou explícitos, são usadas como ferramentas de controle social institucionalizado para legitimar a imposição do poder punitivo estatal sobre determinados indivíduos estrategicamente escolhidos com a intenção de silenciar lutas coletivas e privar de políticas públicas adequadas.

Outro ponto de análise é reduzir o pertencimento étnico à relação com o território de origem a partir deste crescimento de indígenas em contexto urbano, uma vez que contextualmente estes são obrigados a migrarem em busca de melhores condições - sobretudo educacionais e profissionais, respeitadas as devidas diferenças culturais - para si e para seu povo.

2.1.6 Expressões racistas e estereótipos

Se uma das armas dos colonialistas é nos colocar nomes, coloquemos nomes neles também. E coloquemos nomes que os enfraqueçam. [...].

Se o colonialista me chamar de negro, chamarei ele de branco. Se ele me chamar de preto, chamarei ele de amarelado (Bispo 2018, 25-6).

O termo "índio" é considerado preconceituoso e foi substituído por "indígena" ou "originário" para valorizar a diversidade cultural dos povos e promover o respeito às suas diferenças. Na designação "índio" entende-se que colonizadores nomearam de forma pejorativa todos os povos que viviam na América, pois acreditavam ter chegado à Índia, fazendo alusão a um ser exclusivamente selvagem, isolado, "sem alma", sub humano.

Ainda que amplamente divulgado na produção do Movimento Indígena Brasileiro, optamos por incluir esclarecimentos sobre a terminologia considerada adequada e mais respeitosa nas autodesignações indígenas, presentes já nas notas iniciais desta escrita, para que qualquer pessoa, familiarizada ou não com o debate do movimento, possa ser contemplada nas indagações aqui apresentadas.

Povos indígenas, no contexto de racismo colonial, precisaram esconder e negar suas identidades étnicas por séculos e agora reivindicam tanto o reconhecimento de suas etnicidades quanto de suas territorialidades e subjetividades.

Também denominados de “ressurgidos” ou “resistentes” (Baniwa, 2006), são frentes políticas de combate às consequências do etnocídio, genocídio, ecocídio e epistemicídio do período colonial (Krenak, 2019).

A denominação original de “caboclo” na Amazônia, segundo Gersem Baniwa (2006), também está fortemente relacionada à negação das identidades étnicas de indígenas. Teria sido a terminologia usada pelos que, camuflando sua identidade, não queriam se identificar como indígenas e assumiam uma “identidade de transição”, “de índio” (ser inferior ou cultura inferior) para branco (ser civilizado e superior), ou o mais próximo deste, através da expressão caboclo.

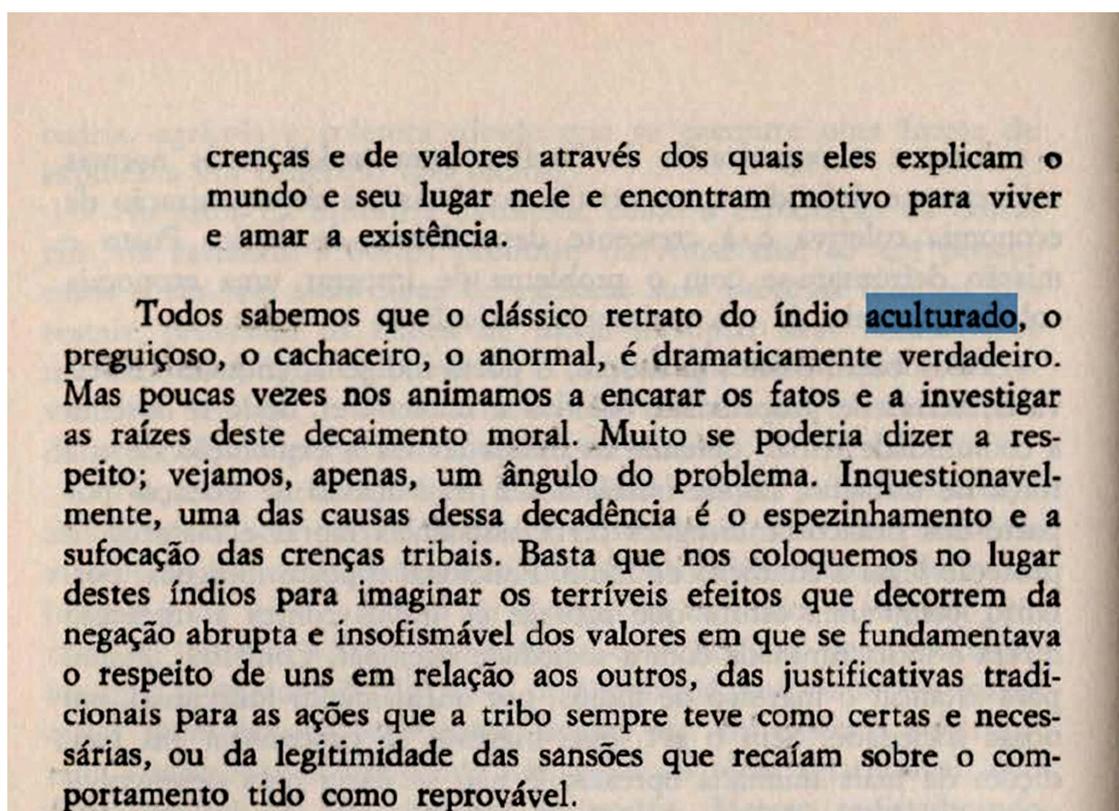
Fábio Fonseca de Castro, em artigo de 2011 intitulado “A identidade denegada. Discutindo as representações e a autorrepresentação dos caboclos da Amazônia”, realiza uma importante análise de como termos ligados aos “caboclos amazônicos” têm diferentes interpretações pela etnografia, história, literatura e pelo senso comum da região. Apesar de ainda não incluir o pensamento de intelectuais indígenas no referencial teórico, o artigo traça um significativo panorama das violências simbólicas inseridas no termo tão presente no imaginário a respeito da região. No levantamento realizado pelo autor, as definições e utilizações da palavra caboclos seriam majoritariamente uma anti-identidade ou uma identidade paradoxal, denegativa.

“Índio”, “Índio integrado”, “índio aculturado”, “índio isolado”, “índio genérico” - Todas estas categorias possuem vieses discriminatórios no campo da política e do direito até os dias de hoje. O emprego inadequado da categoria de “integrado”, “integração” ou “aculturação” segue sendo frequente em normativas vigentes, desde o Estatuto do Índio, até a constatação do aumento do uso desses termos em instâncias jurídicas em 2022 para criminalizar e encarcerar um número cada vez maior de indígenas (Guajajara et al, 2023).

O uso exponencial desses termos e a (des)compreensão por parte de quem utiliza não somente limita a aplicação do art. 6º aos “não aculturados ou integrados”, como reforçam que “os índios e as comunidades indígenas ainda não integrados à comunhão nacional ficam sujeito ao regime tutelar estabelecido” no art. 7º,30 do Estatuto do Índio (RHC 210.066/PR), reafirmando um regime tutelar já extinto com a Constituição de 1988 (Guajajara et al, 2023).

Reconhecemos a importância e a relevância de Darcy Ribeiro para a antropologia mundial, mas identificamos alguns pontos controversos em suas análises, também no que diz respeito às denominações de populações indígenas a partir do contato. Na obra *Os Índios e a Civilização*⁵, Editora Círculo do Livro, São Paulo, 1985, ainda encontramos diversas ocorrências que categorizam indígenas como “aculturados” (10 ocorrências) e “genéricos” (7 ocorrências).

Figura 07 - Reprodução do livro *Os Índios e a Civilização*, de Darcy Ribeiro.



Fonte: Darcy Ribeiro em *Os Índios e a Civilização*, página 192.
Editora Círculo do Livro, São Paulo, 1985.

⁵ Disponível para download em:

<https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/livros/os-indios-e-civilizacao-integracao-das-populacoes-indigenas-no-brasil-moderno-2a-ed>

Figura 08 - Reprodução do livro Os Índios e a Civilização, de Darcy Ribeiro.

cujo trabalho pode ser explorado a título de amansamento ou catequização. Ocorre também o inverso, como é o caso dos descendentes de Terêna e Guaikurú de Lalima, Mato Grosso, que enfatizam sua condição de índios como o principal título à posse de suas terras, permanentemente ameaçadas.

Como se vê, são evidentes as contingências sócio-econômicas que impelem esses índios **genéricos**, ora a negar sua identidade tribal, ora a negar sua qualidade nacional. Estas situações polares foram muitas vezes interpretadas como indicações de que os índios, na medida em que se tornam indiferenciados em relação à população local — por força da aculturação —, se fundem na sociedade nacional. Segundo esta última interpretação, seria possível compor uma escala que iria do índio tribal ao índio genérico, para prosseguir depois na forma de índio civilizado até recair na condição de caboclo, ou sertanejo de recente origem indígena, sendo esta já tão pouco relevante para eles como a ancestralidade lusa, africana, italiana ou outra para os demais brasileiros.

Conforme demonstramos exaustivamente, mesmo os grupos mais aculturados não parecem predispostos para essa dissolução e fusão; ao contrário, pendem para uma conciliação da identidade

Fonte: Darcy Ribeiro em Os Índios e a Civilização, página 380.
 Editora Círculo do Livro, São Paulo, 1985.

Estereótipos

Em diversos segmentos da sociedade, repousa o entendimento de que indígenas fora de um contexto permanente de “isolamento”, ou de territórios indígenas, não seriam indígenas. Esta lógica é herança das interpretações do que viria a ser o “outro” indígena, a partir de premissas coloniais como aculturação e integração, sem observações críticas do respeito às diferenças e seus diversos contextos.

A visão sobre o Indígena com uma identidade homogênea, que vive exclusivamente em territórios florestais, que necessariamente está com vestimentas tradicionais, preguiçoso, selvagem e avesso ao progresso, ou ingênuo e contrastante com tecnologias atuais, pouco capaz ou incapaz de compreender o mundo branco com suas regras e valores é herança da visão criada por religiosos, filósofos, cientistas, cronistas, romancistas e intelectuais desde o período colonial. Infelizmente, ela ainda é reproduzida nos dias de hoje e tem fundamentado diversas relações tutelares e paternalistas entre essa parcela da população na sociedade

nacional.

Esta concepção sobre indígenas também está presente nas narrativas de alguns grupos econômicos ou derivados deles, que taxam povos tradicionais como empecilhos ao desenvolvimento econômico do país, por não serem submetidos à mesma lógica de exploração capitalista, uma vez que majoritariamente são de culturas igualitárias e não cumulativistas (Baniwa, 2006).

Como já observado, a criminalização de povos tradicionais e originários, com tentativas de invalidar seus direitos e institucionalizar práticas abusivas tem sido uma constante, a partir de projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, nas instâncias jurídicas e também em seus percursos de candidaturas. Dussel (1977) argumenta que, de forma contínua, o centro domina e aliena a periferia, justificado pela Filosofia da Modernidade e legitimado pelo direito, que se constitui como a liberdade para cometer injustiças e ser resguardado pelo próprio sistema.

Um exemplo recente pode ser relatado a partir das votações da “Lei do Marco Temporal”, e a tentativa de uma “conciliação forçada” sobre a Lei 14.701 no STF. A situação remete para relações de poder onde a percepção do mundo na qual o Outro é incorporado como “coisa”, “instrumento”, “oprimido”, opõe uma razão ético-originária (Dussel, 2005).

A compreensão da violência contra os Povos Indígenas no Brasil contemporâneo, a partir de uma análise sistêmica e de longa duração, considera que ela incide fundamentalmente sobre a territorialidade de povos, seja nas disputas por terra, seja no impedimento de manifestarem-se livremente a partir de seus pressupostos culturais.

Em 2024, mesmo sem a presença indígena após a retirada de representantes da Apib como forma de manifesto, a audiência no STF prosseguiu com a presença de representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), integrantes dos governos federal, estaduais e municipal, e demais partes da comissão especial. A composição da mesa evidencia o desconforto dos indígenas, que são minoria. “Pela letra da Constituição da República de 1988, as terras indígenas foram gravadas como inalienáveis, indisponíveis e os direitos sobre elas imprescritíveis. Qualquer negociação sobre direitos fundamentais é inadmissível”, afirmam os indígenas na carta lida antes de sua retirada da sessão de “conciliação” (CIMI, 2024).

Figura 09 - Audiência de conciliação sobre o Marco Temporal no STF. Fotografia.



Fonte: Carta Capital/ STF. Crédito: Gustavo Moreno/STF.

Quando o coordenador da mesa citada acima, por diversas vezes, afirma que “ninguém é insubstituível” e que os trabalhos da mesa de conciliação seguirão com ou sem a presença dos indígenas, reproduz as violências coloniais de incompreensão da ligação entre o princípio da dignidade da pessoa humana e o direito dos povos indígenas às suas terras tradicionalmente ocupadas. Apesar da retirada dos representantes indígenas da mesa de conciliação avaliada como “negociação forçada”, podemos observar uma leitura dos corpos indígenas ali presentes tida como uma transgressão às normas impostas pela colonialidade, ao adentrar espaços normativos brancos. Com a passividade de outros representantes não-indígenas na “negociação” sobre a violência do PL e sobre as dinâmicas de poder, reforça-se o pertencimento étnico-racial de branque (conjunto de características físicas que identifica uma pessoa como branca), a posição de superioridade racial ocupada por este grupo, a forma como pessoas brancas costumam se comportar e perpetuam o racismo mantendo privilégios sociais, econômicos, políticos e subjetivos, ou seja, reforçam pactos narcísicos da branquitude, na ocultação de violências e genocídio sistemático de povos indígenas desde o período colonial. Este tema e a Teoria da Branquitude serão aprofundados mais à frente, quando da apresentação e análise dos dados da investigação.

Figura 10 - Saída de indígenas da audiência de conciliação sobre o Marco Temporal no STF.



Fonte: Infoamazonia/ Apib. Crédito: Tukumã Pataxó/Apib.

2.1.8 Estereótipos no cenário eleitoral e Imbrólios Identitários

Retornando à esfera da política partidária, o uso de indumentária indígena por candidatas e candidatos para reforço de pertença étnica também é tema que merece destaque entre as considerações aqui levantadas. É sabido que nem todas as etnias indígenas compartilham a cultura do cacicado ou atribuem mesmo significado à utilização ou ausência do cocar e às simbologias de pinturas e adornos indígenas, mas nos casos que acompanhamos e analisamos, identificamos pressão por uma “caracterização” das candidatas e candidatos com adornos indígenas, mais para um “reconhecimento” por parte de não indígenas, do que uma busca por compreensão do amplo campo de significações destes adornos em suas singularidades.

No entendimento da Federação Psol-Rede Sustentabilidade, o cocar representa muito mais que um acessório. A depender do entendimento de cada comunidade indígena, os significados são sagrados (Cultura Uol, 2024). Uma dúvida constante quanta à interpretação da Resolução nº 23.609/2019, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que trata do registro de

candidaturas, gera conflito em torno do tema pois, ao determinar as características da fotografia de candidatas/os (Art.27, II, alínea "c")⁶, ao mesmo tempo que permite “a utilização de indumentária e pintura corporal étnicas ou religiosas”, também proíbe “a utilização de elementos cênicos e de outros adornos, especialmente os que tenham conotação de propaganda eleitoral ou que induzam ou dificultem o reconhecimento do candidato pelo eleitorado”.

Como a Resolução define todos os detalhes necessários para a candidatura, o receio de que candidatos indígenas tenham pedidos indeferidos, caso fotos sejam apresentadas com os adornos étnicos, por exemplo, é frequente. Durante a escrita desta análise, atravessada por eleições municipais, o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM), decidiu que candidatos ou candidatas indígenas poderão utilizar cocar na foto da urna eletrônica, nas eleições municipais de 2024 no Amazonas, desde que não escondam o rosto ou dificultem o reconhecimento pelo eleitorado. O caso aponta para as lacunas jurídicas sobre o tema e a possibilidade de alcançar uma compreensão adequada pode ter um interesse muito maior do que meramente acadêmico e significar também uma chave para reformas legislativas.

Imbróglis Identitários

Nos últimos anos, observamos o aumento significativo da participação indígena nos pleitos eleitorais em diversas esferas de atuação política (municipal, estadual e federal). De fato, parte significativa dos autodeclarados e reconhecidos pelo IBGE tem movido esforços e não apenas se envolvido e investido em candidaturas, mas conseguido importantes avanços na conquista de cargos e vitória nas eleições.

A partir de 2014, com o acréscimo da autodeclaração de raça no cadastro de candidaturas no TSE, este recorte de análise supostamente seria facilitado. Ocorre que apesar dos avanços, equívocos e declarações mal intencionadas acabam por complicar ainda mais a análise objetiva, qualificada e aprofundada destes dados, dificultando, inclusive, análises mais precisas para políticas públicas afirmativas. Com a falta de instrumentos fiscalizatórios e punitivos para os casos de má fé, as identidades a partir da autodeclaração no órgão tornam-se um ponto extra de entendimento das camadas de legitimidade identitária que se entrecruzam e na arena político-partidária interétnica nacional (De Paula, 2022).

⁶Ver:

<https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-609-de-18-de-dezembro-de-2019>

No caso específico de candidaturas autodeclaradas indígenas, Luís Roberto de Paula (2022) apresenta importantes reflexões para construção e proposição de alguns elementos/critérios centrais que sirvam de parâmetro para tornar mais inteligível as camadas de legitimidade identitária no país, para muito além da autodeclaração junto ao TSE, e sustenta a necessidade de identificar mecanismos sociológicos e analíticos para distinguir subconjuntos identitários mais precisos.

Estes filtros de análise podem auxiliar tanto trabalhos técnicos, quanto científicos e a produção de matérias e reportagens mais precisas sobre a participação eleitoral em termos raciais. Um dos filtros de análise é a **legitimação étnica das(os) candidatas(os)** a partir de seu reconhecimento por uma comunidade indígena reconhecida e legitimada segundo parâmetros antropológicos e jurídicos, com o uso de dados da contabilidade social, seja de organizações governamentais — IBGE, Funai, Sesai — ou não governamentais — ISA, CIMI, por exemplo.

Outro filtro de análise, seria a **legitimação política** da candidatura a partir do apoio da APIB e suas campanhas como Aldear a Política e Bancada do Cocar. A APIB é uma articulação de diversas associações e federações indígenas regionais e interestaduais (COIAB, ARPINSUL, APOINME) e de base étnica específica (Conselho Terena, Aty Guasu, CGY) com reconhecimento nacional e internacional. A adição destes dois filtros de análise ao apenas “autodeclarados junto ao TSE” traz diferentes e relevantes universos de compreensão da participação político-partidária indígena nas eleições (De Paula, 2022).

Entretanto, diversos foram os posicionamentos em comunicações pessoais que atribuíram à exclusividade de legitimação política da APIB um nivelador que também apresenta duas lacunas e camadas de compreensão, algumas delas com críticas duras de uma segunda forma de tutela de indígenas sobre os próprios indígenas.

Um quarto filtro apontado pelo autor (De Paula, 2022) e ancorado pela APIB seria a **legitimidade territorial da candidatura**, que significaria vínculos com terras indígenas demarcadas e homologadas. O caso de indígenas em contexto urbano - que já foi apontado como maioria no último censo de 2022 - traria, nesse caso, mais um imbróglio para esta questão.

Outro aspecto de atenção e que aumenta o imbróglio identitário, são indígenas com ampla legitimidade étnica e territorial que não se declaram indígenas junto ao TSE, optando pela autodeclaração como pardos. Ou a mudança de outros candidatos que se autodeclararam

brancos ou pardos em eleições anteriores, terem seus registros atualizados para indígenas em novas eleições.

Fato é que classificar a participação eleitoral indígena a partir apenas da fonte burocrática do TSE agrega a possibilidade de subnotificação ou mesmo sobrenotificação de candidaturas e mandatos conquistados, como foi constatada em trabalhos anteriores (De Paula, 2017; 2020).

2.1.7 Línguas Indígenas no Pará e a exigência de alfabetização em português para candidaturas serem consideradas aptas

No cenário nacional, entre os 305 povos há cerca de 250 línguas distintas. Segundo dados da Secretaria dos Povos Indígenas, Sepi, do Pará, o estado possui mais de 57 povos indígenas e 34 línguas indígenas distintas. Até este momento, de registro pelo IBGE, não havia dados mais recentes sobre o tema. O Grupo de Estudo Mediações, Discursos e Sociedades Amazônicas (Gedai Amazônia⁷), da UFPA, divide as 34 línguas em três troncos linguísticos: Jê; Tupi-Guarani e Karib.

Este dado se mostra de extrema relevância em nossa análise sobre os desafios de comunicação e assimetrias eleitorais, posto que a alfabetização em língua portuguesa é critério exigido a todas as pessoas que desejam concorrer a cargos eleitorais no país, sendo o “analfabetismo” e a aptidão passiva ou ativa no sistema eleitoral, temas bastante controversos nos estudos de casos da jurisprudência.

Se analisarmos o analfabetismo à luz de princípios constitucionais e do direito das minorias de participar da vida política, o analfabetismo de natureza educacional não poderia significar analfabetismo para vida política, pois indicaria nova exclusão das minorias e contradições a uma democracia que exalta, em ditames constitucionais, direitos à isonomia, à cidadania e à dignidade da pessoa humana.

A liberdade de pessoas indígenas de apresentarem-se como candidatas/os aptas/os a receber votos e a possibilidade de alcançar cargos públicos, a depender do contexto, é atravessada por causas de inelegibilidade, como *sem domicílio*, *sem filiação*, *inalistáveis*, e, destacadamente, os *analfabetos* (artigo 14, parágrafo 3º da Constituição Federal), já que os indígenas nem sempre dominam, de forma escrita e falada, a língua portuguesa (SURVIVAL,

⁷ <https://gedaiamazonia.com.br>

2022), e quando dominam, há quem os considere “aculturados” etnicamente.

2.2 Colonização e impedimento ao voto, marcos históricos, mobilização nacional indígena e avanços sobre poder tutelar

Os séculos de colonização, com a chegada de não-indígenas aos territórios “brasileiros”, obrigaram povos originários a construir complexas estratégias de sobrevivência e a reprimir culturas e identidade de seus povos para continuarem existindo, seja pela assimilação forçada da cultura dos colonizadores, seja pela migração de suas terras de origem. O pensamento colonial de que indígenas pertenciam a uma categoria inferior de existência, levou ao entendimento - por parte dos detentores do poder - de que indígenas seriam seres incapazes e deveriam estar sob a tutela dos “civilizados” nas novas dinâmicas socioculturais, durante e após o período escravocrata.

O texto da primeira Constituição de 1823, primeiro projeto constitucional do Brasil (PLANALTO FEDERAL), em seu Artigo 6º, anuncia que “ingênuos ou libertos” também são cidadãos brasileiros, porém, impedidos de votar, por critérios de renda (“Os que não tiverem renda líquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou Empregos”), sexo (mulheres nem são citadas), localidade e cor da pele (“os libertos”). Logo, proibiu que negros e indígenas assumissem seus direitos políticos, atribuindo uma subcidadania, e uma envergadura de cidadãos de segunda categoria.

Pode-se facilmente afirmar que até hoje uma política satisfatória de compensação histórica da escravidão e colonização não foi implementada. O sistema de cotas não garantiria um reparo de todo o processo colonial e escravista da construção do estado-nação brasileiro. Até hoje, igualmente, não houve uma reforma agrária que contemplasse as especificidades da população negra e indígena no Brasil.

Na mesma lógica do pensamento sobre colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), em que a constituição de um poder mundial capitalista, moderno/ colonial e eurocentrado a partir da criação da ideia de raça foi biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores, no contexto brasileiro, defendemos que não se pode falar de uma sociedade realmente democrática, se persiste o acesso diferenciado a direitos básicos, que repercutem nas condições de construção, acesso e disseminação de pensamento crítico e ao direito de escolher representantes.

Eloy Terena (2019) traça um paralelo histórico sobre a visão de brancos sobre indígenas - citados como “silvícolas” - e seus territórios nas formulações constitucionais desde 1934. Ele ressalta os repetidos registros de tentativa de “branqueamento” de indígenas e a conduta estatal de atribuir à cultura e identidade indígena como “transitória”, em uma lógica explícita de verticalização institucionalizada, onde indígenas pertenceriam a uma categoria inferior.

Entre autores indígenas que descrevem os primeiros contatos e a formação do Estado Brasileiro, Gersem Baniwa, Davi Kopenawa, Kaká Werá Jecupé, Carmem Pankararu, Ailton Krenak e Daniel Munduruku rememoram a abertura das fronteiras territoriais para a exploração de justificativa capitalista, de base predominantemente econômica, com povos indígenas postos na categoria de incapazes.

Esta lógica acompanhou a criação das primeiras políticas indigenistas do Estado. A criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) ocorreu em 1910, no embalo das idéias positivistas do mundo europeu (Baniwa, 2006), fortemente marcada pela idéia vigente da “relativa incapacidade dos índios”, razão pela qual eles deveriam ficar sob a “tutela” do Estado.

A atuação do órgão, na realidade, era estrategicamente forjada para abertura dos territórios indígenas, e para redução do espaço de atuação indígena nestes territórios a faixas de produção rural, as faixas “produtivas”. A “metodologia” do SPI fundamentava a entrada de grupos econômicos nos territórios e reprimia lideranças indígenas que questionavam seu modelo de gestão. O SPI havia confinado indígenas em pequenas reservas de terras - liberando as demais para o agronegócio - pois pressupunham que em breve “deixariam de ser indígenas” e não necessitavam de terras (Amado Terena, 2019).

Data deste período também a atuação do Estado brasileiro, por meio de dirigentes políticos e intelectuais, a tentativa de definição de “critérios de indianidade”, institucionalizada através de um procedimento administrativo do governo. Pelo contato e apagamento original de sua etnicidade, indígenas recebiam a classificação de **arredios ou isolados; índios não-aculturados; índios em vias de aculturação; índios aculturados e índios brasileiros integrados** (Baniwa, 2006).

O SPI foi extinto em 1967, após anos de violências. Os trabalhos de apuração de denúncias contra o órgão foram presididos por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (Amado Terena, 2019), conhecido como Relatório Figueiredo, que destacava a venda de

crianças indígenas para trabalho análogo à escravidão, torturas contra crianças e adultos indígenas, além de diversas denúncias de corrupção e abuso de poder.

Com a imagem do órgão desgastada perante a opinião pública, a Fundação Nacional do Índio (Funai) é instituída por meio da Lei n. 5.371, de 5 de dezembro de 1967 (Amado, 2019), e passa a ser o órgão responsável pelo monopólio tutelar, provendo os indígenas de todas as ações de Estado necessárias (Souza Lima, 2015).

Com pequenos avanços em relação aos direitos humanos primordiais de povos indígenas, a FUNAI permaneceu com a postura estatal cercada de contradições (Silva, 2018; Baniwa, 2012, 2019), mesclando posturas progressistas e racistas em relação a estes povos.

Um segundo período pode ser denominado de **Indigenismo não-governamental**, a partir de 1970, caracterizado pela atuação da Igreja Católica renovada e organizações civis ligadas a setores progressistas do ensino superior (Baniwa, 2006). O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), nasce após a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e adquire um importante papel político de articulação, apoio, divulgação e denúncia de questões relativas à violação dos direitos indígenas (Munduruku, 2012), abrindo horizontes de atuação para outras organizações civis, que passaram a assumir várias das políticas que caberiam ao Estado e em muitas situações, assumiam também o protagonismo da questão indígena, marcando um período de união e articulação entre povos indígenas e aliados não indígenas, que culminaram nas definições constituintes de 1988 (Baniwa, 2006).

A partir da Constituição de 88, ainda que com contradições no indigenismo oficial brasileiro, que descentraliza as decisões da FUNAI a outras instâncias governamentais, há uma abertura maior à participação indígena nos debates nacionais e na implementação de políticas de seu interesse.

No âmbito da participação político-partidária de indígenas, os expressivos avanços nas conquistas, pode ser atestado nos números de dirigentes políticos indígenas até 2006: 3 prefeitos e 76 vereadores indígenas em todo o Brasil (Baniwa, 2006).

Nos últimos anos, desde a mobilização do movimento indígena organizado, o sistema eleitoral registra números recordes de candidaturas indígenas. Poucos, entretanto, em um comparativo proporcional, conseguem se eleger. As campanhas são atravessadas por inúmeras dificuldades, como o preconceito, a falta de verbas e um modo de fazer política que favorece outras candidaturas, como o uso da máquina pública (Susui, 2024).

2.2.1 Levantamento historiográfico de candidaturas de pessoas indígenas no Pará e desafios metodológicos

Com algumas lacunas de registro, há quem considere que o primeiro indígena eleito no Brasil registrado pelo movimento foi Seu Coco (Manoel dos Santos), representante do povo Karipuna, que cumpriu mandato como vereador no Oiapoque, no Amapá, em 1969 (Zaghetto, 2019; Baniwa 2022).

Porém a informação foi atualizada recentemente. Na esfera municipal/estatal, ainda no ano de **1962**, **Carmelita Cruz**, agente de saúde e professora do povo Tuxá, foi **eleita vereadora** na primeira eleição que ocorreu no município de Rodelas, interior da Bahia (Durazzo, 2019).

Outro nome importante neste pioneirismo, além do de Carmelita, nos leva a Ângelo Kretã. Liderança da etnia Kaingang, ele assumiu o cargo de vereador na cidade de Mangueirinha, Paraná, em 1976. Angelo teria aceitado o convite de um dos candidatos majoritários do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) à prefeitura de Mangueirinha. A candidatura e a cidadania plena de Kretã foram questionadas por políticos da ARENA, que argumentaram que ele era um indígena Kaingang, ainda sob tutela do Estado. Há diversos registros que o cacique pensou em renunciar ao posto, após assédio de jornalistas, políticos e da própria Fundação Nacional do Índio, hoje Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), que não aceitava sua candidatura e poderia cancelar sua documentação. Apesar de viver o paradoxo tutelar do Estado, o cacique conseguiu na justiça o direito de concorrer e foi eleito em 15 de novembro de 1976, o primeiro vereador indígena (do sexo masculino) do Brasil (Castro). Atentamos que, na legislação pré-Constituição de 1988 apenas um indígena “aculturado” poderia ter a documentação necessária para participar de uma eleição (Oliveira E Lima, 2022).

Segundo a Apib, o primeiro **prefeito** indígena eleito foi João Neves, do povo Galibi-Marworno, em 1996, comandando o executivo do Oiapoque, no Amapá.

No âmbito federal - e aqui temos um consenso de fontes -, o primeiro indígena eleito **deputado** foi Mário Juruna Xavante, em 1982, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) do Rio de Janeiro, com o suporte direto de Darcy Ribeiro e Leonel Brizola, seis anos antes do reconhecimento de direitos indígenas proporcionado pela Constituição Federal de 1988. Aproveitando essa brecha legal, em momento político de relativa abertura, o indígena Xavante foi eleito em 1982 e empossado em 1983. Porém, quando começou a defender os

interesses dos indígenas, foi perseguido e teve, inclusive, a emissão de um passaporte negado quando iria apresentar denúncias em fóruns internacionais sob a justificativa jurídica da tutela. O indígena protagonizou diversas piadas racistas e ficou conhecido, a partir de um olhar anedótico, por sempre estar acompanhado de um gravador de voz, pois alegava que políticos brancos não mantinham a palavra.

O registro de cor/raça de candidatas(os) foi incluído no cadastramento pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apenas em 2014, meio século depois da primeira eleição de uma pessoa indígena. Em 2016, foram eleitos seis prefeitos indígenas, 10 vice-prefeitos e 169 vereadores.

Em 2017, a APIB lança a nota pública Carta Aos Povos Indígenas Do Brasil: Por Um Parlamento Cada Vez Mais Indígena, um manifesto pela reforma política (não apenas reforma eleitoral), onde fundamentam a necessidade de indígenas enxergarem o parlamento como um lugar estratégico para o empoderamento dos povos e para que suas lutas e pautas pudessem ser evidenciadas e transformadas em instrumentos de resistência.

Três décadas após a Constituição de 1988, Joênia Batista de Carvalho Wapichana consegue ocupar uma cadeira na Câmara Federal, eleita pelo Partido Rede de Sustentabilidade, em 2018, tornando-se a primeira indígena mulher a ocupar cadeira no legislativo federal. Joênia não conseguiu se reeleger em 2022, mas em 2023, com o início do governo Lula, assumiu outro feito histórico: foi a primeira presidente indígena da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), fortalecendo a luta dos povos. O efeito subjetivo desta participação, porém, é um multiplicador de esperança entre povos indígenas (Harari, 2022).

Também em 2022, Sonia Guajajara e Célia Xakriabá elegeram-se deputadas federais. A primeira passou a ocupar, outro marco histórico, o cargo de ministra dos Povos Indígenas, ministério sancionado pelo presidente Lula.

Uma avaliação meramente quantitativa indicaria o crescente interesse de indígenas pela política partidária nas últimas eleições, mas há autores que aprofundam a discussão para além da participação em números, e sim com foco em características como a legitimidade da representação e o risco à manipulação de identidades ou indivíduo que, mesmo com ascendência indígena, representam interesses contrários à sua coletividade, outro dado que podemos associar às discussões sobre colonialidades.

A abordagem de Luis Roberto de Paula (2022) sistematizou o perfil de candidatas(os) indígenas em 2018 e 2022 e propôs outros critérios de classificação: 1- Quantidade de

candidaturas indígenas autodeclaradas; 2- Quantidade de candidaturas indígenas com vínculo étnico; 3- Quantidade de candidaturas indígenas apoiadas pela APIB.

No levantamento, atentou-se para autodeclarações contraditórias, como a do senador general Hamilton Mourão, que foi vice de Jair Bolsonaro, e que se autodeclarou indígena junto ao TSE nos dois pleitos (2018 e 2022), mas que apresentou declarações ambíguas em veículos nacionais de comunicação, ao afirmar que é “branco”⁸ e que os indígenas são “preguiçosos”.

As candidaturas e mandatos indígenas em processos eleitorais no Brasil possuem um perfil multidimensional e analisá-las passa por deslindar esse imbróglio identitário. Para de Paula (2022), das candidaturas autodeclaradas indígenas e eleitas e 2022, apenas Célia Xakriabá e Sônia Guajajara teriam “ampla legitimidade étnica e política junto ao Estado brasileiro, ao movimento indígena e ao campo indigenista nacionais” (De Paula, 2022, p.23).

A presente investigação aponta para outros critérios possíveis e para resultados mais expressivos, mas suscita também, novas perguntas. Entre as reflexões possíveis desta investigação, situa-se historicamente a ausência de uma representação indígena paraense no legislativo federal e o imbróglio identitário das autodeclarações registradas até o momento.

Segundo o autor, além destes desafios, os registros sobre as primeiras candidaturas indígenas no país são imprecisos, a opção de autodeclaração de raça está disponível para registro de candidaturas na Justiça Eleitoral apenas a partir de 2014. Antes da Resolução TSE nº 23.609/2019, a declaração de cor ou raça no registro de candidatas e candidatos era opcional. A partir dessa norma, foi estabelecido um modelo de requerimento que inclui a possibilidade de informar a cor ou raça de forma mais sistemática e padronizada (Portal TSE 2024). Atualmente, o art. 42,VI, da Resolução TSE nº. 23.659/2021 e o Sistema ELO (cadastro de eleitores) permite a identificação da pessoa como indígena, bem como de declaração de sua etnia e língua indígena praticada, de forma exclusiva ou concomitante com o português como informação autodeclaratória.

Em relação a indígenas eleitas(os) anteriormente, trabalhamos com o dado atualizado no site da Articulação dos Povos Indígenas (APIB), que aponta a candidatura de Carmelita Cruz, agente de saúde e professora do povo Tuxá, como vereadora eleita no primeiro pleito de Rodelas, interior da Bahia, em 1962 (Durazzo, 2019).

8

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/08/5028105-mourao-registra-candidatura-como-branco-apos-se-declarar-indigena-em-2018.html>

Buscamos informações sobre as primeiras candidaturas indígenas - ainda que não eleitas - no estado do Pará junto ao Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE), responsável pela gestão da memória no TRE-PA, mas até o momento, o órgão só possui dados específicos com recorte de raça a partir de 2014 (quando a autodeclaração passou a ser obrigatória).

Em abril deste ano (2023), por ocasião do Dia Nacional dos Povos Indígenas, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) lançou oficialmente o guia “Originários: Sua língua, seu voto, sua representatividade”, elaborado em português e traduzido para cinco línguas indígenas: Mebêngokrê, Nheengatu, Wai-Wai, Munduruku e Tenetehara. O guia possui versão impressa e digital no site do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PA)⁹. O objetivo é proporcionar, com texto e vídeos curtos, uma compreensão mais ampla e facilitada do processo eleitoral ao público indígena. No entanto, na seção de dados estatísticos das candidaturas de pessoas indígenas do estado do Pará também encontramos inconsistências, como **a informação de que já teria havido no estado um candidato indígena ao senado no ano de 2018**, dado que não localizamos via sistema eletrônico do SIG TSE.

Principais pautas das candidaturas indígenas

A autonomia para decisões e a demarcação de terras indígenas, a participação no governo e a revogação de atos normativos que atacam direitos indígenas são as principais reivindicações do movimento indígena no Brasil (APIB, 2022; OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2022). No modelo político atual, as decisões fundamentais destas pautas passam pelo Congresso Nacional, onde, apesar do aumento expressivo de representantes indígenas eleitos nas últimas eleições, a presença indígena ainda é proporcionalmente pequena durante as votações de projetos de lei, e sujeita a inúmeras violências.

Dados do Pedido de Parecer Consultivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB, 2023), Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e do Conselho Terena, enviado em dezembro de 2023 para a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) sobre povos indígenas e crise climática, também apontam que a única via para a garantia de direitos humanos no contexto emergencial passa pelo fortalecimento dos direitos territoriais indígenas e pela participação ativa destes povos em esferas de liberação de políticas que impactam o clima. Povos indígenas em terras indígenas representam atualmente 5% da população mundial, mas preservam mais de 80% da

⁹ <https://www.tre-pa.jus.br/institucional/cre/guia-originarios-sua-lingua-seu-voto-sua-representatividade>

biodiversidade do planeta.

No Brasil, em relação à dimensão territorial, segundo o levantamento do MapBiomias (2023), rede colaborativa, formada por ONGs, universidades e startups de tecnologia, as terras indígenas ocupam 13% do território nacional, contendo 112 milhões de hectares (ha), ou 19% de toda a vegetação nativa. Em termos de desmatamento, apenas 1% da perda de vegetação nativa nas últimas três décadas (entre os anos de 1985 e 2023) se deu nestas áreas, período analisado pelo projeto citado acima.

A porcentagem de preservação ambiental alcançada não é proporcional aos números relacionados à segurança dos povos indígenas. Dados do relatório de 2023 do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) sobre o brusco aumento nos índices de violência contra os povos indígenas durante os quatro anos da gestão de Jair Bolsonaro, apontam que, em 2022, seu último ano de mandato, foram observados os piores índices, com um total de 416 casos de violência pessoal (homicídios, lesões corporais, ameaças de morte, etc), violência que é refletida simbolicamente no Congresso, seja na forma de violências políticas de gênero, seja na forma de racismo e retrocesso na votação de pautas ligadas à saúde, segurança e à demarcação de territórios indígenas.

2.2.2 Convenção 169 (1989), Cidadania Diferenciada para Povos Originários e Cotas Eleitorais

Um dos conceitos mais importantes a serem pensados especificamente em contexto de respeito aos povos indígenas é o de cidadania. O modelo político republicano e democrático vivenciado no Brasil nas últimas três décadas aponta a cidadania como o principal direito humano. Entende-se por cidadania o direito de pertencimento à comunidade nacional, fazendo parte orgânica e ativamente da vida coletiva, com direitos e deveres, e a participação em todas as tomadas de decisões que dizem respeito à comunidade. Para a garantia de participação efetiva, é necessária a inclusão nas tomadas de decisão. É a cidadania que expressa um conjunto de direitos que possibilita participar ativamente da vida e do governo do seu povo (Dallari, 1998).

Para o filósofo e educador indígena Gersem Baniwa (2022), considerando a prática política vigente, a compreensão desta cidadania apresenta duas dimensões distintas: participação social e participação política. A primeira garantiria o direito do cidadão de ouvir e ser ouvido. A segunda, de caráter mais amplo, garantiria o direito de participação e de

acompanhamento de políticas e ações, além das tomadas de decisões que, em geral, se exercem por meio da representação de pessoas nos poderes constituídos, eleitas pelo voto popular.

Nessa lógica, o fomento dos direitos indígenas no Brasil precisaria ser pensado e tratado também no campo da participação política, das correlações de forças e dos espaços de tomadas de decisões, pois são parte integrante dos interesses da sociedade brasileira (Baniwa, 2022).

A Constituição Federal de 1988 reconhece as organizações sociais e culturais dos povos indígenas como base não apenas de cidadania, mas de **cidadania diferenciada**, com direitos específicos para povos indígenas, além daqueles extensivos ao restante dos cidadãos brasileiros.

Nessa perspectiva, porém, percebe-se que a luta por participação política de povos indígenas avança com muitas dificuldades na complexa, burocrática e desigual trama política brasileira. Na década de 80, o movimento indígena iniciou um processo importante de garantia e exercício de cidadania participativa, buscando superar o longo processo de tutela e racismo do Estado, que por séculos excluiu, invisibilizou, amordaçou e subalternizou política e culturalmente os povos originários. Nas últimas cinco décadas, os povos indígenas incluíram a representação política como pauta estratégica do movimento.

Também - erroneamente - referenciada como Carta Magna do Brasil, a Constituição de 88, no entanto, manteve relações entre povos indígenas e Estado com bases arcaicas de compreensão (Amado, 2019; Krenak 2009; Xakriabá, 2019; Wapichana, 2006; Pankararu, 2006)

O reconhecimento dos direitos territoriais, a partir de outras lógicas de mundo e modos de vida próprio, obteve importante reconhecimento pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1989, que institui, entre outros pontos importantes, o direito à consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas e tradicionais, por meio de procedimentos adequados, sempre diante de qualquer medida legislativa ou administrativa que os afete diretamente.

No Brasil, entretanto, estas deliberações só passaram a ser promulgadas e incorporadas oficialmente ao ordenamento jurídico em 19 de abril de 2004, e até hoje, tiveram poucos avanços e consequências práticas.

Ailton Krenak¹⁰, a despeito da existência de uma historiografia do movimento indígena, não fala na fundação de "um" movimento indígena, porque na concepção essencial do termo, indígenas articulados em movimentos coletivos não seriam nenhuma novidade.

Em 1535, quando Cunhambebe juntou vários povos pra enfrentar os portugueses no litoral e formou a Confederação dos Tamoios, isso já era movimento indígena. Ao longo da história desse território, povos indígenas se articularam em várias formas de resistência. E bem na mesma época em que o Cedi tava mapeando povos indígenas pelo país afora, tava começando uma mobilização nacional dos próprios povos. Era uma reação, em grande parte, a um decreto de “emancipação” dos índios. Uma dessas excrescências que vivem assombrando a legislação brasileira, e que tem, no Marco Temporal, sua encarnação mais recente. (Idjahure Terena sobre Ailton Krenak. Programa de Índio. Rádio Novelo 2024)

Idjahure Terena (2024) ressalta que a União das Nações Indígenas (UNI) foi um marco na história de resistência de povos indígenas. A UNI foi a primeira articulação pan-indígena, pluriétnica, a nível nacional, além de uma refutação muito clara a uma parte da tese de Darcy Ribeiro na década de 50, de que as identidades indígenas estariam desaparecendo. “E os parentes decidiram uma hora que eles queriam ser a União das Nações Indígenas. E não demorou muito tempo. Do final da década de 70 a meados dos anos 80, a gente já era parentes organizados”, complementa Ailton Krenak no podcast “Programa de Índio”, da Rádio Novelo. Já nesta época, indígenas reivindicavam a existência de um parlamento indígena, com lugares reservados e, diferentemente das cotas atuais, processos eleitorais especiais.

Cotas eleitorais

Durante o desenvolvimento desta investigação, é também passível de reconhecimento que algumas conquistas positivas ao movimento indígena igualmente ocorrem no Brasil, intensificando a urgência e relevância das ponderações aqui debatidas. Um exemplo desta afirmação é a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, de 27 de fevereiro de 2024, pela implementação de cotas eleitorais para indígenas, em que partidos e federações partidárias com candidaturas indígenas registradas terão direito à distribuição proporcional de recursos financeiros do Fundo Partidário (Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos), e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), bem como, de tempo gratuito de rádio e televisão (Ministério dos Povos Indígenas, 2023).

¹⁰ Programa de índio - Rádio Novelo: <https://radionovelo.com.br/originais/apresenta/programa-de-indio/>

Não há até o momento por parte do governo, uma consideração séria e objetiva relacionada à reduzida densidade demográfica e a consequente reduzida densidade eleitoral dos povos indígenas em seus contextos municipais e estaduais em relação às eleições.

Luciano (2006) reitera algumas propostas fornecidas por indígenas para uma representação mais igualitária. A criação de um **“Parlamento Indígena”** seria concebida como um espaço de articulação e representação interna dos povos indígenas do Brasil, como espaço democrático, abrangente e apartidário dentro do Congresso Nacional.

Em 2002, o Congresso Nacional sediou um primeiro seminário cuja proposta era criar vagas na Câmara dos Deputados e no Senado, para as quais os povos indígenas elegeriam seus representantes por ocasião das eleições nacionais (Luciano, 2006), mas não foi discutido e definido o número de vagas e os critérios de eleição, e acabou por não sair do campo das ideias.

Outra proposta mais recente, nos moldes da América Latina, foi a de criar um “partido político indígena” que pudesse fortalecê-los em suas reivindicações nas legendas. Uma das dificuldades para a execução da ideia é o número de assinaturas e as demais exigências burocráticas que envolvem a criação de um partido (Baniwa, 2022).

Fato é que as tentativas de uma participação eleitoral menos assimétrica, até o momento, foram inviabilizadas, seja pelo modelo político vigente, seja pelas relações diretas e indiretas de poder que apenas se atualizam, seja pela “interdependência tutelar” (Baniwa, 2022), onde relações intraétnicas são baseadas em relações sociopolíticas assimétricas em conformidade e acordo, com alguns indígenas findando por absorver a ideia de que outro representante não indígena se tornaria uma escolha mais adequada para representá-los.

2.2.3 A importância de representatividade indígena em espaços institucionais

Conforme percurso historiográfico traçado até aqui, percebemos duas vias complementares e muitas vezes antagônicas na construção do Estado Brasileiro: a discussão sobre as atribuições do Estado na proteção dos direitos indígenas e o efetivo reconhecimento de que aos povos indígenas cabe decidirem sobre suas próprias realidades e demandas (Araújo, 2006).

Ponto importante é que uma das características mais comuns entre povos originários das terras baixas das Américas seria a ausência ou incipiência de estruturas políticas de poder centralizadas, hierarquizadas e estratificadas. (Baniwa apud Fausto,

2022). Povos indígenas se organizam em complexos e sofisticados sistemas de poder político, com chefes exercendo outra forma de organização, sem o poder coercitivo - ou da força - da política de não indígenas. Nas sociedades indígenas, somente o coletivo social possui o poder do “uso da força e da punição” sem delegar poder de fato a um único representante ou pessoa.

Carlos Frederico Marés de Souza Filho (1998) entende que concepções dogmáticas do Direito negam a possibilidade de convivência, num mesmo território, de sistemas jurídicos diversos, acreditando que o Direito Estatal seja único e onipresente.

Pela composição do Legislativo, onde as principais decisões referentes a projetos de lei e políticas públicas são tomadas, as omissões na regulamentação de direitos de povos indígenas demonstra hoje uma tendência a limitá-los, e minimizam sua aplicação em vias de igualdade no Congresso Nacional.

O Executivo, por sua vez, reitera uma postura pouco incisiva na revisão efetiva de paradigmas das questões indígenas, flexibilizando a interpretação sobre direitos originários ao território e identidade cultural, quando confrontado com pressupostos desenvolvimentistas.

O amadurecimento e fortalecimento dos “indígenas em movimento” (Munduruku, ano), ou movimentos indígenas, possibilitaram a ocupação de alguns cargos eletivos, ainda que cercados de diversas assimetrias. De atores sociais “exóticos”, passaram a advogar seus espaços como atores sociais naturais (Araújo, 2006).

Entre as dificuldades, o modelo burocrático de organização social, política e econômica ocidental para garantirem seus direitos de cidadania, como direito ao território, acesso a recursos financeiros e tecnológicos, além de políticas públicas assertivas ainda reverberam nas relações de poder contemporâneas.

A discussão sobre indígenas com cadeiras reservadas no Congresso não é nova. O Programa de Índio (<http://ikore.com.br/programa-de-indio/>) entrou no ar em junho de 85, na USP, iniciativa de Ailton Krenak e indígenas do movimento, entre 1985 e 1990, e se utilizou do rádio como instrumento de comunicação com o público indígena e não indígena. Já havia uma mobilização e campanha para eleger deputados constituintes. A União das Nações Indígenas (UNI), em 1985, propôs que fosse nomeada uma bancada indígena separada, que nem precisasse concorrer na campanha geral, como já mencionado:

Nós reivindicamos um número de cadeiras nessa Assembleia Nacional Constituinte que permita à população indígena estar presente sem concorrer às eleições gerais.

Porque seria injusto exigir que um povo de cultura diferenciada, de estágio político e econômico totalmente diverso do conjunto da sociedade brasileira, viesse a concorrer com parlamentares escolados que vão ter aí à sua disposição bilhões de cruzeiros pra fazer suas campanhas e você vai concorrer com um índio. (Ailton Krenak. Programa de Índio. Rádio Novelo.2024)

Álvaro Tukano, Mario Juruna, Biraci Yawanawá, Reinaldo Tikuna, Idjarruri Karajá, Marcos Terena, Augusto Xavante, Gilberto Makuxi, todos concorreram, mas nenhum candidato indígena obteve votos suficientes na época.

Para Baniwa (2022), estabelecer novas estratégias de luta para lidar com a lógica política do mundo dos brancos sem negar ou desvalorizar os princípios tradicionais das cosmopolíticas indígenas não apenas é possível, como, na prática, já ocorre de forma parcial. As denominadas lideranças indígenas ou representantes indígenas já atuam ativamente pelos direitos indígenas sem que esse “posto social” seja parte originalmente das lógicas e estruturas tradicionais das comunidades indígenas. Para ele, um projeto etnopolítico articulado, abrangente, sistemático e holístico, envolvendo todos os segmentos das comunidades indígenas é apontado como um caminho intermediário entre as sociedades indígenas e não indígenas.

Ocorre que as eleições a partir dos moldes atualmente praticados são instrumentos ineficientes de expressão da soberania popular, responsividade e representatividade dos governantes e, mesmo com o aumento das candidaturas indígenas nos últimos anos, ainda há diversos obstáculos para que estes representantes sejam eleitos.

A começar pelas exigências documentais, os critérios para que uma pessoa indígena possa ser candidata ou candidato são iguais a de qualquer pessoa, por exemplo, a exigência de ser alfabetizada(o) em português (saber ler e escrever), a de ser filiada(o) a um partido político há pelo menos 6 meses antes da votação e a necessidade de aprovação de seu nome como candidata(o) na Convenção Partidária, com indicação deste partido político (que é quem reúne todos os documentos e solicita o registro de candidaturas junto à Justiça Eleitoral).

A propaganda eleitoral impressa ou nas redes sociais deve ser feita em língua portuguesa, e sempre deve informar a legenda partidária, o uso da língua tradicional é permitido apenas dentro das comunidades indígenas (Guia Originários, TRE-PA, 2024), uma regra essencialmente contraditória ao fundamentado pela OIT, apenas para apontarmos algumas contradições ainda vigentes.

3 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para os povos originários, de uma maneira geral, a ação é mais importante que muitos conceitos ou papéis. No que diz respeito à produção erudita não indígena, é conhecida como **colonialidade** toda a atualização das opressões sofridas por povos subalternizados na contemporaneidade, mesmo após o processo historicamente conhecido como independência em relação aos países que os colonizaram.

A colonialidade se diferenciaria da colonização pelo tempo histórico e pelo *modus operandi* da sociedade colonizadora frente aos povos colonizados. Os colonizadores não mais ocupariam explicitamente territórios, e sim, atualizariam o *modus operandi* e *modus narrandi* da colonização através de suas subjetividades de poder e hierarquização cultural.

Neste capítulo, buscamos entrelaçar as teorias conhecidas por reivindicarem outras lentes de análise sobre os processos de colonização e as atuais colonialidades, sempre que possível, buscando considerações de produções indígenas sobre os termos empregados. Nas Ciências Sociais, as formulações analíticas conhecidas como anticoloniais, pós-coloniais, descoloniais, decoloniais e os estudos subalternos ganharam força a partir do século XX, com considerações sobre os efeitos nefastos da Modernidade, da racialização e da divisão/hierarquização de seres humanos, primeiro com a criação de uma ideia de raça (colocando europeus brancos no topo de uma suposta escala de valor), depois a partir de outras subdivisões (gênero, classe, orientação sexual, entre outros) e da divisão entre seres humanos e natureza.

Longe de buscar esgotar todas as teorizações a respeito de perspectivas outras - de povos subalternizados, ou narrativas contra-hegemônicas - sobre os processos de colonização e suas consequências sutis e grosseiras, respondemos aos desafios de nossa análise com algumas revisões historiográficas da literatura sobre estas resistências, sobretudo pautadas por Ballestrin (2013) e produções indígenas. A estas, acrescentamos a contra colonialidade de Nego Bispo, relator de saberes quilombola, e finalizamos com os estudos críticos da branquitude e os caminhos teóricos sobre comunicação política e eleitoral.

3.1 Pós-colonialismo e considerações ao termo

Linda Tuhiwai Smith, indígena da Nova Zelândia, no livro *Descolonizando*

metodologias: pesquisa e povos indígenas (de 1999, com tradução para o português em 2021), afirma que algumas categorias por meio das quais povos indígenas têm compreendido o mundo, vêm sendo desafiadas por novas realidades, novas alianças de poder, novas identidades sociais. Ela afirma que um dos termos que têm marcado surpreendentemente a mudança de discurso é a expressão “pós-colonial”, pois na perspectiva indígena, o uso do “pós” subentenderia algo acabado, como se esta relação não mais existisse nas relações contemporâneas (p.117). Smith afirma que embora tenha se modificado a linguagem do imperialismo e colonialismo, os locais de luta se mantêm.

O pensamento erudito não indígena, por sua vez, compreende o “pós-colonialismo” por duas bases de entendimento: A primeira ligada ao tempo histórico posterior aos processos de descolonização do chamado “terceiro mundo”, a partir da metade do século XX, fazendo referência aos processos de independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo. A outra utilização do termo, “pós-colonial”, refere-se a um conjunto de contribuições teóricas que na década de 80 ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra (Quijano, 2009; Ballestrin, 2013).

Enquanto colonialismo se refere ao período específico da colonização, a colonialidade se refere à estrutura de dominação ou padrão de poder territorial, racial, epistêmico, cultural e de gênero que permanece enraizada como consequência desse período, ainda que historicamente processos de emancipação e “independência” formalizados já tenham ocorrido.

Pensadores pós-coloniais, cujas contribuições analíticas estão pautadas no descentramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos, na desconstrução de visões essencialistas e nas desconstruções das narrativas hegemônicas podem ser encontrados antes mesmo da institucionalização do pós-colonialismo como corrente ou escola de pensamento (Ballestrin, 2013).

Ballestrin aponta igualmente que o primeiro autor a apresentar uma produção investigativa às relações entre colonizadas(os) e colonizadoras(es) foi Frantz Fanon. Fanon teoriza os aspectos psicológicos e culturais da subordinação colonial, e caracteriza o colonialismo pela impossibilidade estrutural de pessoas colonizadas viverem não apenas o que é digno objetivamente, mas a obstrução de viverem plenamente suas subjetividades, como passado, essência e valores, características que as tornam plenamente humanas

(Fanon, 1968; Faustino, 2015, Gilroy 2017).

O martinicano Frantz Omar Fanon, também conhecido como Ibrahim Frantz Fanon, foi um psiquiatra, intelectual e revolucionário negro que atuou diretamente - para além da produção intelectual - como soldado na linha de frente pela libertação da Argélia. Em *Pele Negras, Máscaras Brancas* (1954), Fanon tece considerações sobre o fenômeno da linguagem no contexto colonial, ao atribuir à fala, o significado de existir absolutamente para o outro, de ser capaz de empregar determinada sintaxe, mas acima de tudo, “assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (p.33). Para Fanon, a transferência colonial não seria possível sem o racismo, sem o complexo ideológico de dominação, com efeitos sobre a psique, a cultura e as formas de existir do colonizado. Outros escritos do autor, originais à época, abordam considerações sobre o singular, o universal e o particular; as condições para a dialética do reconhecimento; e os efeitos psicossociais do racismo.

Aimé Césaire e Albert Memmi compartilham o protagonismo nas décadas de 50 e 60 e o entendimento fanoniano a respeito da práxis aliada à luta política. Os autores, que também discorreram sobre o medo, o complexo de inferioridade, o estremecimento, a genuflexão, o desespero e a subserviência de pessoas colonizadas ficaram conhecidos como representantes do pensamento anticolonial.

Na década de 1970, o Grupo de Estudos Subalternos – com a liderança de Ranajit Guha - como aponta Ballestrin (2013), propunha reconstruir a historiografia indiana a partir da desconstrução da visão elitista produzida pelos colonizadores ingleses acerca de sua história. Além destas considerações iniciais, também propunham analisar criticamente a historiografia eurocêntrica nacionalista indiana (Grosfoguel, 2008) e a historiografia marxista ortodoxa (Castro-Gómez e Mendieta, 1998).

Em 1978, Edward Said lança a obra “*Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*”. Nela, o autor discorre sobre o conceito ficcional de "Oriente", não como um nome geográfico entre outros, mas uma invenção cultural e política do “Ocidente”, que reúne várias civilizações sob o mesmo signo do exotismo e da inferioridade.

Ainda tendo como guia a perspectiva historiográfica do pensamento decolonial realizada por Luciana Ballestrin (2013), seguimos avançando para a década de 1980, quando o Grupo de Estudos Subalternos alcançam visibilidade fora da Índia, através de representantes como Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakrabarty

Spivak. Esta última, indiana nascida em Calcutá, que concluiu seus estudos nos Estados Unidos e ficou conhecida como tradutora de Derrida, igualmente analisou obras da literatura britânica do século XIX escrita por mulheres, apontando para os limites do feminismo Ocidental e a natureza racializada dos marcos conceituais que operam em textos considerados canônicos. Para ela, qualquer noção de forma "pura" ou "original" de consciência e identidade pós-colonial implicaria a ausência de uma autocrítica a respeito do neo-colonialismo na construção da identidade de seus sujeitos.

Gayatri Spivak, entretanto, alcançou maior visibilidade pela obra "Can the Subaltern Speak?" (lançado em 1985, mas conhecido em 1988), em que problematiza as enunciações de pessoas subalternizadas enquanto seres capacitados a produzir os próprios discursos, exteriorizar vontades, desejos e pensamentos. O questionamento em torno da(o) subalterna(o), a(o) pertencente às camadas (sobretudo economicamente) mais baixas da sociedade, poder, de fato, falar, se dá pela perspectiva da dominação dos códigos do centro hegemônico, fazendo com que estas pessoas sempre necessitem de intermediárias (os). Também problematiza a questão de gênero, apresentando a situação da mulher subalterna como ainda mais frágil, exemplificada pelo sacrifício das viúvas na Índia, no ritual denominado Sati, que torna a mulher propriedade do marido, e pelo qual, diante da morte deste, deve se queimar/suicidar na pira do marido falecido, até a morte, como um gesto honroso, de acordo com a tradição hindu. Ao mesmo tempo, Spivak atenta que pessoas subalternizadas não podem ocupar um lugar monolítico, pois são heterogêneas, uma crítica ao pensamento de Gramsci e à autonomia do sujeito subalterno com uma premissa essencialista (Almeida, 2010).

Outros representantes importantes da produção concernente às resistências à colonialidade na década de 60 advém dos Estudos Culturais na Inglaterra e nos Estados Unidos, cujos expoentes mais conhecidos no Brasil são Homi Bhabha (indiano), Stuart Hall (jamaicano) e o inglês Paul Gilroy (Ballestrin, 2013).

Em 1992, um grupo de intelectuais funda nos Estados Unidos o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos (GLAES). É neste período também que este pensamento passa a ser discutido no contexto específico de pessoas da América Latina.

É também na década de 90 que a historiografia marca a origem do grupo Modernidade e Colonialidade, (Grupo M/C) nos Estados Unidos, criado a partir da ruptura com o Grupo Latino Americano de Estudos Subalternos (GLAES), por

discordâncias teóricas/políticas. A dissolução do GLAES, originando o M/C e a nova dissolução em torno da radicalização do debate sobre o locus social dos intelectuais que produzem saberes sobre determinado lugar e pessoas, levou a produção da América Latina ao chamado “Giro Decolonial”, a partir de uma nova estruturação em torno do projeto M/C (Castro-Goméz; Grosfoguel, 2007), com o Sul Global sendo pensado a partir do Sul Global.

Vem desta corrente a supressão do S no uso do termo “decolonial” ao invés de “descolonial”. Indicação de Walter D. Mignolo para diferenciar os propósitos do Grupo Modernidade/Colonialidade, pretendia localizar a luta pela descolonização do pós-Guerra Fria, bem como diferenciar a produção do grupo, da gerada pelos estudos pós-coloniais asiáticos. Mignolo propõe uma desobediência epistêmica e denuncia a contaminação do “imperialismo” dos estudos culturais, pós-coloniais e subalternos que ainda possuíam referenciais com autores eurocêntricos (Mignolo, 1998).

Mignolo sugere que a matriz colonial do poder “é uma estrutura complexa de níveis entrelaçados” (Ballestrin, 2013), subdividindo-a como o controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento.

Um nome que se destaca na construção do pensamento decolonial é o de Aníbal Quijano, intelectual peruano do grupo M/C, nascido em 1928 em Yanama, Província de Yungay, Departamento de Áncash. Seus escritos apresentam contribuições fundamentais para a investigação que apresentamos, por sistematizar a colonialidade a partir de outras subdivisões específicas, ampliando a discussão ao afirmar que não há modernidade sem colonialidade, mas também não há colonialidade sem falar de raça. É do autor a alcunha do termo colonialidade do poder, desenvolvendo, aprofundando e compartilhando o conceito na produção coletiva.

Para Rita Segato (2015), a colonialidade do poder na produção intelectual de Quijano se divide em eixos de compreensão da colonialidade e modernidade do poder: O reordenamento da história; o colonial/moderno a partir do sistema mundo; a heterogeneidade histórica/estrutural da existência social; o eurocentrismo, identidade e reoriginalização; a colonialidade do saber; a colonialidade e subjetividade; o racismo; a raça; a colonialidade e o patriarcado; a ambivalência da modernidade: racionalidade tecnocrática-instrumental e racionalidade histórica; o Poder, Estado e burocracia no

liberalismo e materialismo-histórico; a Decolonialidade ou Giro Decolonial; o “índio”, o movimento indígena e o movimento da sociedade — “a volta do futuro”; a economia popular e o movimento da sociedade.

Elaborado em 1989, este conceito nos auxilia na compreensão da continuidade das opressões objetivas e subjetivas de povos subalternizados, mesmo após o suposto fim ou “fim historiográfico” das administrações coloniais.

A colonialidade estendida para as dimensões do ser e do saber (Mignolo, 2003; Maldonado-Torres) nos auxilia a compreender a forma como as opressões e violências coloniais se repetem nas relações contemporâneas, por uma série de subalternizações, folclorizações e invisibilizações das práticas e lógicas de mundo de povos que foram colonizados.

Sob o pretexto de desenvolvimento e modernização, colonizadores adotaram práticas autocentradas e impositivas de unificar e planificar o planeta, em diversas esferas de existência e atuação humana. A colonialidade do saber e do ser extraem do ser humano a condição de autonomia de sua própria vida, para torná-lo inapto, inferior e dependente de tutela. Dussel (2005, 2009) reforça a teoria que liga a modernidade à criação da concepção européia sobre o “outro”, como “selvagem”, “oprimido”, “coisa” e “instrumento”, justificando suas ações violentas quando este ser - considerado inferior - apresenta resistência.

A despeito de uma colonialidade de gênero, Oyèrónké Oyèwùmí (2004) traz interrogações sobre gênero e conceitos aliados, com base em experiências e epistemologias culturais africanas. Cientista social, teórica e feminista nigeriana, sem ignorar o papel das feministas ocidentais, questiona a identidade social, interesses e preocupações das fornecedoras de tais conhecimentos sobre gênero e poder. Para ela, gênero é uma construção sociocultural. Com base em evidências linguísticas e etnográficas a autora contribui analiticamente para uma descentralização da epistemologia feminista, a partir da vivência nigeriana. Advoga que antes da colonização britânica, a sociedade yoruba-oyó do sudoeste da Nigéria não organizava os papéis sociais a partir de hierarquias sexuais, corporais e de gênero, e sim pela senioridade. que diz respeito tanto à mais idade quanto, quando em ambientes produtivos, ao maior tempo de cargo ou experiência. Questiona igualmente quais mulheres são bem teorizadas pelos estudos feministas, quais grupos de mulheres em particular, até que ponto contribuem

para o desejo de mulheres entenderem-se mais claramente. Estes questionamentos também permeiam nossa investigação a partir do conceito de interseccionalidade, que detalharemos na subdivisão seguinte.

Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021) também introduziu no debate acadêmico o apelo sobre a revisão do conceito de “cosmovisão” (Weltanschauung). Termo empregado filosoficamente por Emmanuel Kant em *Crítica do Juízo* (IX, §26) no sentido de compreensão cosmológica ou “intuição do mundo como fenômeno”. A autora afirma que seria limitado para descrever culturas que podem privilegiar outros sentidos. O termo “cosmopercepção” seria uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais, como os Iorubá. Braulina Baniwa (2022) conflui com esse pensamento, ao inserir “Ciência Indígena”, no lugar de cosmovisão ou cosmologia, nas notas iniciais de sua dissertação, para não reproduzir palavras de não-indígenas ao referenciar o conhecimento produzido por indígenas.

Sem entrar nos pormenores e especificidades da heterogeneidade indígena, e mesmo considerando, como diz Gersem Baniwa (2024)¹¹, que “não existe conceito que dê conta de tudo”, optamos por manter o termo cosmovisão para designar algumas particularidades indígenas na investigação aqui apresentada.

3.2 Colonialidade de gênero, problematização do termo Interseccionalidade e contra colonialidade

As bases do paradigma analítico presentes na Colonialidade do Poder, de Quijano, sustentam analiticamente a Colonialidade de Gênero, da filósofa Maria Lugones. Socióloga, professora, feminista e ativista argentina radicada nos Estados Unidos, Lugones (2008) investigou a interseccionalidade de raça-classe-gênero-sexualidade, na Universidade do Estado de Nova York, em Binghamton, problematizando o sistema colonial de gênero em diversas, e por vezes antagônicas, experiências de mulheres chicanas, afro-americanas, indígenas e latinas que registraram suas experiências políticas, sociais e pessoais em movimentos distintos.

Para a filósofa (2008), gênero e sexo deslocados de contexto de classificação racial resultariam em análises errôneas. Gênero e raça se associariam como categorias,

¹¹ Apontamento feito pelo professor Gersem Baniwa, em dezembro de 2024, durante a banca de qualificação deste estudo.

problematizando e ampliando a análise inicial de Quijano. Para Quijano, a Colonialidade do Poder é fundamentada na racialização dos povos. Lugones acrescenta que Gênero seria uma categoria estruturante, assim como a dimensão de raça.

A colonialidade, definida como contemporização ou atualização das violências coloniais, faria das experiências de mulheres uma marca complexa e diferenciada. Lugones ressalta que “mulheres de cor” ou “não-brancas” eram reduzidas a categorias de “não-civilizadas” e viveriam a mesma subdivisão específica de negação de suas subjetividades humanas, pensamento análogo aos que teóricos anticoloniais preconizaram em suas reflexões sobre raça.

Braulina Aurora (2022), em sua dissertação de mestrado em antropologia social (UNB) intitulada “Indígenas Mulheres: Corpo território em movimento” apresenta considerações importantes sobre gênero, a partir de sua experiência como mulher Medzeniako (como se autodenominam os Baniwa, localizados no município São Gabriel da Cachoeira e fronteira do Brasil, Venezuela e Colômbia). Em notas sobre a linguagem adotada, Braulina também atenta para a geografia de indígena mulher no corpo território, no sentido de ser, do sentir, e fazer indígena de ter voz e fala, e o “corpo-território em movimento”.

Como recurso conceitual, Braulina (2022) opta por usar o verbo gestar como processo de produzir pensamento na antropologia indígena, fazendo nascer conceitos próprios, reflete sobre o uso de um “português indígena”¹², e reitera que uma pesquisa não seria capaz de definir um povo, devido cada povo possuir uma geografia indígena na forma de ser indígena mulher. Na percepção da antropóloga Medzeniako Braulina Baniwa Aurora (2022), a perspectiva de gênero vem atrelada ao território, da reflexão sobre o corpo/território da indígena mulher, e da concepção de corpo a partir de um entendimento coletivo, construção que dialoga com a ciência e bem viver (Aurora, 2022, p.25).

Para a autora, indígenas mulheres sempre foram mencionadas de forma menor ou como uma exceção por pesquisadores não indígenas, mesmo elas sendo sujeitas de conhecimento, com formações diferentes dos homens. A antropóloga indígena afirma que a produção intelectual de não indígenas sobre seu povo produziu uma espécie de

¹² Braulina Aurora (2022), em dissertação de mestrado em Antropologia (UNB), intitulada “Indígenas mulheres : corpo território em movimento”, em “Listas de Palavras e significados – Produção Medzeniako” defende o uso do termo a partir de seu contexto pessoal, de aprender a falar português após as línguas indígenas. A autora afirma que o reconhecimento deste contexto é necessário, para não passarem por violência e imposições de sempre se adequarem aos padrões não indígenas. A dissertação de Braulina está disponível no link <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/46364>

“silenciamento culposo, sem intenção de silenciar” de mulheres Baniwa por parte destes teóricos (Aurora, 2022, p.39).

Luana Kumaruara, na dissertação de mestrado em antropologia (UFPA), intitulada “Kirimbawa: forte e valente - Articulação de mulheres indígenas do baixo Tapajós” (2022), reforça que o debate de gênero e comunidades indígenas ainda é um assunto pouco abordado no Brasil, e delicado a tratar. A autora apresenta algumas divergências sobre o uso de alguns termos em produções acadêmicas e a diversidade de povos indígenas. Ela destaca a linhagem matriarcal e matrilinear da organização social Kumaruara, um contraponto à visão predominantemente patriarcal e de cacicado, presentes na literatura acadêmica.

Luana Kumaruara também enveredou pela política partidária em Santarém, através de uma bancada coletiva para vereadoras, em 2020. A chapa, intitulada Bancada de Mulheres Vozes Amazônidas, era também composta pela quilombola Claudiana Lírio, Alessandra Caripuna, ativista negra e a indígena Tatiana Picanço, mas não conseguiram alcançar o número mínimo de votos para serem eleitas.

Primeira indígena a concluir o curso de antropologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), Luana também relata assédio sexual, assédio judicial e agressões físicas, em sua trajetória acadêmica e político-partidária, como um atravessamento da violência estrutural histórica no Brasil.

Joziléia Daniza Jagso Inácio Jacodsen Schild, ou Jozileia Kaingang (2023), na tese de doutorado em antropologia social (UFSC), intitulada “Articulação das Mulheres Indígenas no Brasil: em movimento e movimentando redes”, também reforça que a abordagem do tema de gênero nas bibliografias sobre povos indígenas Kaingang é limitada pela incompreensão de pesquisadores não-indígenas sobre o significado das relações na esfera doméstica de seu povo.

Sandra Benites (2018), na dissertação de mestrado em Antropologia Social (UFRJ), intitulada “Viver Na Língua Guarani Nhandewa (Mulher Falando)”, traz importantes contribuições para as problematizações inter étnicas sob a perspectiva da interculturalidade, seja na compreensão de mundo, nas barreiras da língua e suas traduções, no entendimento sobre gênero, sobre tempo, sobre educação e nas percepções de antagonismos entre a cultura guarani e a cultura “ocidental”. Para ela, o questionamento sobre as possibilidades de contemplar os dois (ou vários) mundos em interação, sem a modificação interétnica, ou “o mundo outro”, dentro das perspectivas de cada visão, é um desafio e um questionamento, mais que uma verdade fechada.

O que as autoras indígenas aqui citadas parecem enunciar, são novas camadas de particularidades étnicas, que não seriam esgotadas com as enunciadas pela colonialidade de poder (Quijano), colonialidade de saber (Lander, 2005) e a colonialidade de Gênero (Lugones). Após o início do período de contato intenso com a sociedade nacional, as indígenas mulheres no Brasil são atravessadas por problemas e desvantagens das mulheres brasileiras em um contexto amplo e ainda enfrentam o mandato inapelável e inegociável de lealdade ao seu povo (Schild, apud Segato 2023, p.138).

Jozileia (2023) atenta para as especificidades locais relacionadas aos diferentes regimes de gênero presentes entre os povos indígenas no país.

As construções discursivas e a composição entre corpos plurais são importantes contra uma política de morte, tendo em várias bancadas do Congresso Nacional e em alguns segmentos do Estado atuam para o exercício das políticas anti-indígenas. As mulheres indígenas também se opõem ao machismo e ao patriarcado, embora isso não signifique uma completa oposição aos homens indígenas, com os quais se somam na luta contra as políticas de morte e os convocam a compor a luta contra esta herança colonial. As mulheres indígenas também compõem com agentes ligados ao Estado, que formulam políticas públicas e leis de proteção, e se relacionam com a armação teórico-política de gênero de forma contínua de oposição e composição. O modo de fazer política das mulheres indígenas em torno das marchas e da rede ANMIGA está imerso em processos contínuos de composição e diferenciação entre coletivos indígenas, e entre estes e o Estado, bem como com outros setores/coletivos. (Schild, 2023. p. 167)

Ainda em relação a termos e conceitos cunhados como contra-hegemônicos, o uso da narrativa contra colonial aparece em produções acadêmicas de indígenas como o menos contraditório em relação às percepções indígenas no Brasil. Daiara Tukano (2019), artista, comunicadora, mestre em Direitos Humanos pela Universidade de Brasília (UnB) e coordenadora da Rádio Yandê, em apresentação no Radical Anthropology Group¹³, em Londres, faz um levantamento do panorama indígena para construir alianças para mudar o atual paradigma dominante e para encorajar a criação de estratégias que possam contribuir para a proteção da mãe natureza, da diversidade cultural e dos direitos humanos no Brasil. Como já mencionado, Daiara defende que **quem descoloniza/decoloniza é quem colonizou**, e indígenas estariam mais próximos de uma contracolonização, como também argumenta Nego Bispo aos pertencentes às comunidades quilombolas. Ela acrescenta que a concepção de família indígena para seu povo é uma relação parental e familiar interétnica e inter seres (humanos e

¹³<https://www.daiaratukano.com/post/daiara-tukano-existence-as-resistance-an-indigenous-perspective-from-brazil-23-april-2019?fbclid=IwAR0TCfbBPTaHyXIBXGf9sFvputda4Lw7txs-3SVs3h-LoW9Se49vLhbqFiA>

não-humanos), a de jamais deixar alguém doente, ou com fome, a de ser irmãos e irmãs de um rio, por exemplo, e ironiza “esse é o tipo de desobediência epistêmica que eu convido a fazer”.

Na dissertação de mestrado em Direitos Humanos e Cidadania, intitulada "UKUSHÉ KITI NIÍSHÉ - Direito à memória e à verdade na perspectiva da educação cerimonial de quatro mestres indígenas”, Daiara usa conceitos indígenas sobre educação, memória e verdade, ampliando o debate sobre as confluências de compreensão entre indígenas e não-indígenas.

Ponderações sobre o termo Interseccionalidade

Observamos também a crítica de Maria Lugones (2014) ao conceito de Interseccionalidade e a defesa do termo “Multiculturalismo Radical” ou “Multiculturalismo Policêntrico”, no artigo *Multiculturalismo Radical y Feminismos de Mujeres de Color* (2005), traduzido e publicado em inglês em 2014, sob o título *Radical Multiculturalism And Women of Color Feminisms*, no *Journal of Critical And Religious Theory*.

Lugones (2000) também afirma que subordinados, subalternizados, desafiam diariamente aqueles no poder através de uma cultura política dissidente em práticas culturais diárias, como um “hidden transcript”, “um transcrito oculto”, uma posição política de maior peso na construção de uma posição identitária. Para a autora (2014), observar o entrelaçamento ou a interseção das opressões é um importante passo de resistência contra a lógica da opressão que não reconhece as violências cometidas no local da interseção, mas pode ser também uma possível armadilha.

Efetivamente, nunca daremos conta de teorizar a complexidade de nossa identidade individual ou coletiva, pois ao reduzir a conceitos estáticos, a limitamos. Nossa identidade é dinâmica, com múltiplos contextos de análise e cruzamentos que nunca se esgotam pois as experiências, trocas e identidades também estão em constante mutação, afetação e interação. Dentro de uma multicultural radical todos estariam direta ou indiretamente em uma relação de mutualismo, em que as partes se reconheceram codependentes (Lugones, 2014, p3).

Como cada fusão é vivida e compreendida de forma relacional, é possível avaliar se a relação é ou não concebida em termos categoriais ou em termos de fusão. Como a fusão é uma resistência a múltiplas opressões, também é possível avaliar as maneiras pelas quais outros conceberam, deram forma cultural, teorizaram, expressaram e incorporaram sua resistência a múltiplas opressões.

Lugones (2014) atribui à Ella Shohat e Robert Stam a melhor descrição teórica do multiculturalismo radical. Desafiando a divisão entre margem e centro, eles chamariam essa forma de multiculturalismo radical de “policêntrico”, que vê toda a história cultural em relação ao poder social”.

O multiculturalismo policêntrico rejeita um conceito unificado, fixo e essencialista de identidades (ou comunidades) como conjuntos consolidados de práticas, significados e experiências. As identidades seriam múltiplas, instáveis, historicamente situadas, produtos de diferenciação contínua e identificações e pluralizações polimorfas, indo das definições restritas de política de identidade. O multiculturalismo policêntrico seria recíproco, dialógico, entre indivíduos e comunidades mutuamente permeáveis e mutáveis.

Entendemos que a Lugones não descarta a noção de interculturalidade de Creenshaw e feministas negras, mas agrega ao conceito uma perspectiva diferente de identidade política e fluxo identitário.

3.3 Estudos críticos da Branquitude

Os estudos críticos da branquitude nasceram da percepção de que era preciso analisar o papel da identidade racial branca enquanto elemento ativo nas relações raciais em sociedades marcadas pelo colonialismo europeu. Essa linha interpretativa tem nos oferecido arcabouço teórico que auxilia na análise sobre as diferentes facetas do racismo brasileiro (Priscila Elisabete Da Silva, 2017) e auxilia nossa investigação na tentativa de uma mudança de perspectiva, não apenas aprofundando os desafios indígenas no sistema eleitoral, mas também os privilégios historicamente concedidos às pessoas brancas e seus modos de manutenção desses privilégios.

Deivison Faustino (2017), no ensaio “Frantz Fanon, A branquitude e a racialização: aportes introdutórios a uma agenda de pesquisas”, analisa que o primeiro aspecto da racialização é a epidermização deliberada dos lugares e posições sociais das pessoas, ou seja, o entendimento de raça passar a definir as oportunidades e barreiras vividas pelos diferentes indivíduos ao longo de sua vida. Um segundo aspecto da racialização seria uma interiorização subjetiva dessa epidermização, tanto pelo colonizado quanto pelos colonizadores (Faustino, 2017, p.109).

A partir das lógicas da branquitude, no colonialismo é sempre o outro – o negro, o árabe, o oriental, o indígena, o não europeu – que poderá ser rotulado como violento,

terrorista, fundamentalista, selvagem, animal, bandido etc. (Faustino, 2017 apud SAID, 1977). Esta concepção se alinha às diversas manifestações de racismo destinada a povos indígenas, largamente abordadas nesta investigação.

As origens do conceito de branquitude no Brasil, segundo Priscila Elisabete da Silva (2017) estão presentes nos estudos sobre relações raciais de intelectuais como W. E.B. Du Bois (1920, 1935); Frantz Fanon (1952); Albert Memmi (1957), Steve Biko (1978) e Alberto Guerreiro Ramos (1957), hoje compreendidos como precursores dos estudos sobre a branquitude (Da Silva, Apud Lourenço Cardoso, 2008; 2010 e 2014).

Segundo Lourenço Cardoso (2017), o indígena foi a primeira identidade invisibilizada por essa racionalidade ou razão racial dual (branco-negro) nos processos de colonização.

Geni Daniela Núñez Longhini (2022), na tese “Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude”, estuda os efeitos do etnogenocídio nas relações étnico-raciais no Brasil à luz de perspectivas de acadêmicos/as indígenas do povo guarani. A autora analisa trabalhos de conclusão de curso produzidos por pesquisadores Guarani para catalogar os conceitos de “branco” e “indígena”. A importância do debate é a inclusão da categoria raça no combate ao racismo anti-indígena, voltando o olhar para um modo de agir de pessoas brancas que acaba por reforçar, objetiva ou subjetivamente, suas estruturas raciais de poder.

A relevância do conceito de branquitude se dá pelo reconhecimento de que algo, ainda que pautado em uma ilusão, não é, por isso, menos real em seus efeitos (Longhini, 2022). Branquitude seria compreendida como uma construção sócio-histórica produzida, mantida e estruturada através de uma fantasia, de uma ilusão de superioridade racial branca.

Ao traçar um paralelo indígena às categorizações de Grada Kilomba, Longhini reconhece cinco eixos centrais presentes na manifestação específica do racismo antiindígena: infantilização, primitivação, incivilização, animalização e erotização.

A tutela seria o principal exercício racista de infantilização; a incivilização seria o paralelo da primitivação; na animalização, a ideia de que indígenas não teriam “alma”, amplamente atribuídas às missões do período colonial, mas ainda presentes no cenário contemporâneo, sobretudo por cristãos fundamentalistas; e na erotização, o estupro a que historicamente foram submetidas mulheres indígenas no Brasil seriam as analogias indígenas às principais formas de subjugação praticadas pela branquitude (Longhini, 2022).

A atualização destas violências podem ser encontradas no racismo anti-indígena da contemporaneidade e nos auxiliam a discutir suas reproduções na política partidária do país.

Lia Schucman (2017) sobre a percepção de privilégios brancos salienta a contradição de brancos nos debates raciais, afirmando que não é que a branquitude seja invisível racialmente para pessoas brancas, a questão é que ela é vista como a “única identidade racial normal”, como a universal e não como uma das diversas que compõem o tecido social (Schucman, 2017, p.71). O fato de ser uma condição racial “invisibilizada conceitualmente” traz lacunas de interpretação de suas condições específicas de atuação. Algumas considerações sobre o reflexo deste fenômeno nas dinâmicas eleitorais serão demonstrados no tópico a seguir.

3.3.1 Branquitude e resultados eleitorais em 2022

No contexto do sistema eleitoral brasileiro, a dinâmica dos pactos narcísicos da branquitude (Bento, 2002) pode ser observada no sistema eleitoral brasileiro pela menor representatividade e poder político da população “não branca”, e aqui vemos negra e indígena, em cargos eletivos. A exemplo de nosso recorte, a câmara dos deputados apontou para uma maioria de cargos de poder ainda ocupada por indivíduos brancos, refletindo a estrutura de poder que beneficia a branquitude em detrimento de outras identidades.

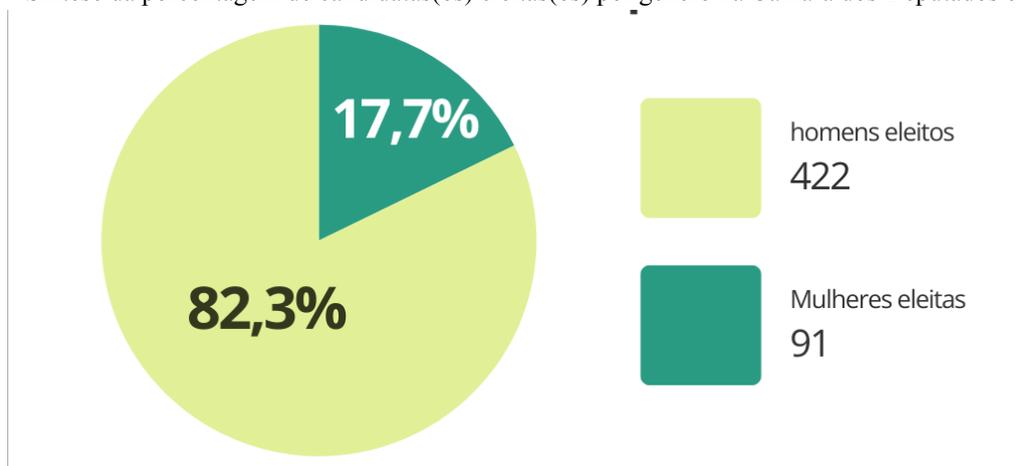
Além disso, a própria estrutura do sistema eleitoral pode favorecer a manutenção desse pacto narcísico. Este favorecimento vem de forma estrutural, apesar dos avanços, através de barreiras e obstáculos que dificultam a entrada de candidatos não brancos e não privilegiados, criando um ciclo de exclusão e marginalização, e perpetuando as desigualdades raciais e sociais no Brasil.

Segundo levantamento do Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) e Common Data, em 2022¹⁴, **o Pará ocupou como resultado eleitoral um total de 17 cadeiras na Câmara dos Deputados**, sendo eleitos 9 candidatos de centro, 6 de direita e 2 de esquerda. Foram 5 mulheres eleitas (2 brancas, 2 pardas e 1 preta, de esquerda) e 12 homens (7 brancos e 5 pardos). 2 candidatos utilizaram um termo das forças de segurança nos nomes de urna:

¹⁴ Dados levantados com base na extração dos dados do repositório do Tribunal Superior Eleitoral em 15/08/2022 às 18:35:22. Disponível em: www.divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/
Para saber mais: <https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Eleicoes-2022-Perfil-dos-Eleitos-1.pdf>

Delegado Eder Mauro (PL) e Delegado Caveira (PL). As eleições também apontaram 8 candidatos reeleitos no Pará.

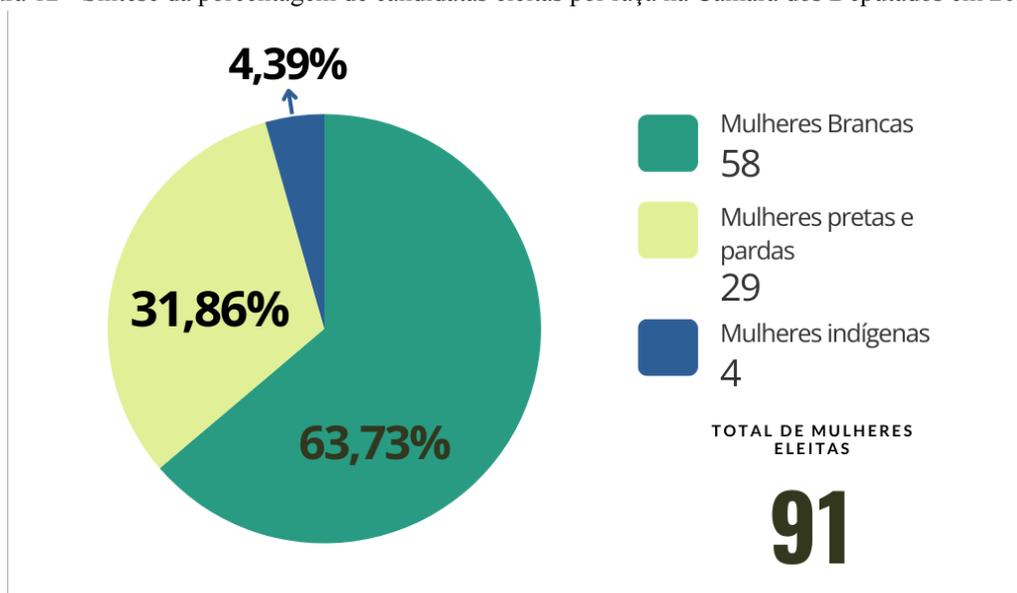
Figura 11 - Síntese da porcentagem de candidatas(os) eleitas(os) por gênero na Câmara dos Deputados em 2022



Fonte: Eleições 2022 - Perfil dos Eleitos.
Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) e Common Data, 2022
Elaboração da própria autora

Em relação ao gênero, a Câmara dos Deputados contou com 91 (17,7%) mulheres e 422 (82,3%) homens, o que representa um modesto aumento de 2,7% em relação a 2018, quando foram eleitas 77 mulheres para deputadas federais.

Figura 12 - Síntese da porcentagem de candidatas eleitas por raça na Câmara dos Deputados em 2022



Fonte: Eleições 2022 - Perfil dos Eleitos.
Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) e Common Data, 2022
Elaboração da própria autora

Em relação ao quesito de raça/cor de mulheres, em 2022 as mulheres indígenas ainda ficaram com resultados proporcionalmente menores entre as eleitas ocupantes da câmara dos deputados: Entre as 91 mulheres, 58 (63,73%) são brancas, 4 (4,39%) são indígenas - Silvia Wajãpi¹⁵ (AP: PL), Celia Xakriaba (MG: PSOL), Juliana Cardoso (SP: PT) e Sonia Guajajara (SP: PSOL). Ainda entre as 91 mulheres, 16 (17,58%) são pardas e 13 (14,28%) são pretas, totalizando 29 (31,86%) de deputadas negras.

Entre estas 91 mulheres, 13 (14,28%) são de centro, 42 (46,15%) são de direita e 36 (39,56%) são de esquerda. Entre as mulheres indígenas, apenas Silvia Waiapi é considerada de direita e apoiadora do ex-presidente Jair Bolsonaro, ou seja, com posicionamento político diferente do movimento indígena de base.

Subfinanciamento mantendo assimetrias

Voltando ao ponto das assimetrias, também podemos argumentar que o subfinanciamento das campanhas de mulheres indígenas e negras, dificulta a competição em condições de igualdade. O atraso nos repasses do Fundo Eleitoral e a falta de apoio partidário intensificam as barreiras históricas enfrentadas por essas candidatas.

Um estudo feito pelo Observatório da Branquitude¹⁶ intitulado “As Chances de Ser Eleito: Branquitude e Representação Política”, analisa raça/cor, gênero e financiamento para deputados federais eleitos nos anos de 2018 e 2022. Com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), aponta que quem recebe maior financiamento tem mais chances de ser eleito no período analisado. O estudo também sinaliza que candidatos brancos, independente do gênero, recebem 70% deste valor.

Comprovamos este dado em nosso recorte, a partir de uma comparação de cenários antagônicos, ao identificar as declarações de gastos e outras informações de campanha de Nice Tupinambá e Maial Kaiapó, e analisarmos os dados das duas mulheres mais bem votadas no

¹⁵ Os Wajãpi, por meio do Apina (Conselho das Aldeias Wajãpi), elaboraram um documento no qual repudiam qualquer possibilidade da deputada eleita representá-los politicamente, mas Silvia Nobre de Almeida decide usar a etnia e seu registro e alega identidade étnica de maneira controversa, aumentando o imbróglia identitário. Na Terra Indígena Wajãpi a deputada só obteve 31 votos, de um universo de 430 eleitores indígenas. Para saber mais, ver o artigo ‘Jogando Com As Identidades’ (De Paula, Luís Roberto, 2022) Disponível em:

https://morula.com.br/wp-content/uploads/2023/01/EleicoesParticipacaoIndigena_06JAN.pdf

¹⁶ <https://observatorioranquitude.com.br/eleicoes-branquitude-poder/>

Pará (Elcione e Dra. Alessandra Haber), ambas autodeclaradas brancas, nas eleições de 2022, que apresentaremos detalhadamente mais à frente. A partir deste estudo e do cruzamento com dados do TSE também podemos observar que o aumento de candidaturas de pessoas autodeclaradas indígenas não acompanha o número de eleitas(os) indígenas. De acordo com os dados do TSE (2022), brancos totalizam 65,54% das cadeiras da Câmara de Deputados na última eleição federal.

3.4 Comunicação Política no Brasil a Partir de uma Perspectiva Crítica-Analítica

No Brasil, os estudos sobre comunicação política têm se mostrado cada vez mais relevantes, especialmente devido à importância da comunicação na formação de opinião pública e nos processos eleitorais. Um número expressivo de pesquisadores têm se dedicado a compreender as estratégias de comunicação adotadas por candidatos, partidos políticos e movimentos sociais, bem como o impacto dessas estratégias na sociedade brasileira.

Em relação às produções em Comunicação Política no Brasil, os primeiros estudos acadêmicos sobre o tema coincidem com o processo de redemocratização do país e com a importância que as eleições e as campanhas eleitorais readquirem na política brasileira a partir de 1989 (Chaia, 2007).

Os estudos das relações entre Comunicação e Política tem percursos diversos, mas derivam de discussões que buscaram compreender inicialmente os efeitos da comunicação de massa sobre a sociedade, a ascensão de lideranças políticas (eleitoralmente ou não) e os processos de formação da opinião pública, entendida de formas diversas.

A comunicação política é um campo de estudo que se refere à interação e troca de informações entre atores políticos e a sociedade como um todo. Envolve a transmissão de mensagens políticas, persuasão, mobilização e influência pública. Para que qualquer pessoa familiarizada ou não com o termos acadêmicos em torno da comunicação possa acompanhar a discussão sobre o tema, elencamos alguns conceitos-chave relacionados à comunicação política (Rubim, 2004):

1. Discurso Político e Mídia (Fausto Neto, 2004) - Refere-se ao ato de publicizar a política como uma tarefa institucional de natureza pública, por parte das mídias. O processo produtivo, através do qual o discurso político é semantizado, torna-se, cada vez mais, fruto de operações definidas e engendradas no interior de cada mídia.

2. **Propaganda eleitoral (TSE, 2012):** É a propaganda em que partidos políticos e candidatos divulgam, por meio de mensagens dirigidas aos eleitores, suas candidaturas e propostas políticas, a fim de se mostrarem os mais aptos a assumir os cargos eletivos que disputam, conquistando, assim, o voto dos eleitores.

3. **Mídia e Cobertura Midiática:** A mídia desempenha um papel crucial na comunicação política, sendo responsável por informar, investigar e transmitir notícias e informações relacionadas à política. A cobertura midiática das atividades dos políticos e de eventos políticos impacta na formação da opinião pública.

5. **Propaganda Política:** É a utilização de técnicas e estratégias de comunicação para promover uma mensagem política específica. A propaganda política pode ser transmitida através de diferentes meios, como comerciais de TV, rádio, panfletos, cartazes, redes sociais, entre outros.

6. **Imagem e Personalidade do Candidato:** A comunicação política está intrinsecamente ligada à construção da imagem pública dos candidatos. A personalidade, reputação, carisma e coerência do candidato são aspectos importantes para a formação da percepção pública e para influenciar a opinião dos eleitores.

Estes pontos são traduzidos em inúmeras correntes, impossíveis de serem esgotadas neste trabalho, mas em resposta a nossos questionamentos apresentados inicialmente, optamos por dialogar com diversas frentes que se inter-relacionam.

A respeito da comunicação política das candidatas analisadas durante a campanha de 2022, observou-se que uma das questões centrais é a necessidade de estabelecer uma comunicação que seja adequada às peculiaridades culturais e linguísticas dos povos indígenas. Diferentes grupos étnicos possuem suas próprias línguas, tradições e expressões culturais, o que pode demandar abordagens específicas na comunicação política (Harari 2023).

O uso das mídias sociais e da internet como ambiência de comunicação eleitoral possibilitam que os candidatos indígenas ampliem seu alcance e divulguem suas propostas diretamente para suas comunidades, superando algumas barreiras geográficas e estruturais. Como já mencionado, a comunicação eleitoral na língua nativa pela lei eleitoral (Guia Povos Originários, 2024) fica restrita aos territórios. A propaganda política oficial, que inclui redes sociais, deve ser feita em língua portuguesa, sempre identificando a legenda partidária da candidata(o). Vale ressaltar que o reconhecimento oficial das línguas indígenas como

instrumentos de comunicação é direito garantido pela Convenção 107 da OIT (art. 26), “A Convenção das Populações Indígenas”, que data de 1957 .

Os desafios enfrentados por candidatas indígenas na comunicação política também incluem peculiaridades de gênero e raciais (como assédios morais e sexuais), recursos limitados para campanhas, a necessidade de estabelecer conexões e alianças com outros grupos políticos não-indígenas e o enfrentamento de estereótipos e preconceitos arraigados na sociedade. Especificamente no Pará, estes recursos devem considerar as especificidades financeiras que a extensão territorial do Estado aporta, junto com os desafios de transporte e acesso, que também são atravessados pela iminência de ataques violentos contra povos indígenas e defensores de direitos humanos, sobretudo no interior do Estado.

Embora existam ainda poucos trabalhos específicos sobre a comunicação eleitoral em candidaturas indígenas no Brasil, a compreensão dessas particularidades é fundamental para o fortalecimento da representatividade política e da participação democrática dos povos indígenas.

Uma vez que as estratégias de visibilidade e viabilidade eleitoral das candidatas indígenas a deputadas federais no Pará estão em nossas guias de análise também pelo viés comunicacional, é essencial esclarecer o que entendemos como comunicação nesta investigação.

A comunicação compreendida aqui é entendida (ou percebida) como ambiência para a mudança social ou comunicação para a cidadania, que na América Latina foi representada por uma comunicação participativa, orgânica e comprometida com os interesses das maiorias excluídas locais. Entre os maiores precursores dessa proposta na América Latina estão Paulo Freire, Mário Kaplún, Luis Ramiro Beltrán e Juan Díaz Bordenave (Peruzzo, 2007).

A essência dessas manifestações coexiste com as reivindicações do Movimento dos Países Não Alinhados, nos anos 1970, que contestam relações desiguais entre o Norte e o Sul. Chega-se a pautar uma “Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (Nomic)”, sob auspícios da Unesco, que além de propor a quebra da desigualdade no fluxo da informação internacional, forjaria o incremento de políticas nacionais de comunicação, baseadas em autonomia e democracia, envolvendo desde a comunicação popular alternativa e participativa, até meios massivos de abrangência nacional. Nesta concepção, a vinculação com a realidade de cada local e o entrelaçamento com os elementos da cultura e da identidade nacional passariam a ser considerados fundamentais em todos os processos sociais (Peruzzo, 2007).

Para Freire (1987), a comunicação tem estreita ligação com a educação dialógica, capaz de promover uma consciência reflexiva, discurso crítico e a construção/desconstrução da realidade. A ausência de uma criticidade autêntica, que conscientize os seres sociais a serem sujeitos de transformação do mundo, causa a fragilidade presente nas relações de saber. Nesta lógica, o conhecimento não se refere apenas ao que está escrito nos livros didáticos, mas em tudo que se estabelece nas relações homem – homem e homem – mundo.

A partir deste entendimento, não há meio ou pessoa física com o poder de dar voz a alguém, mas sim de potencializar a voz que já existe. A formação do sujeito crítico é o princípio básico para este tipo de educação e comunicação.

As demandas centrais das primeiras mobilizações pela democratização da comunicação no Brasil datam da segunda metade da década de 70 e propunham o enfrentamento do Estado autoritário e do poder da mídia comercial e a defesa do direito social à comunicação, em consonância com os debates da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic). As propostas deste grupo, à época, foram vencidas pelas opressões estruturais, mas recentemente foram resgatadas em discussões globais sobre comunicação, segurança e autonomia digital.

Justificamos nossa escolha baseadas em algumas críticas às teorias de resistência à colonialidades, em que autores brasileiros pouco figuraram, ainda que tenha recebido destaque concepções como a Teologia da Libertação. Entre as críticas às autoras e autores pós-coloniais e decoloniais/descoloniais é uma divisão entre atuação epistêmica e seus sujeitos políticos militantes. As teóricas e teóricos que trazemos aqui são majoritariamente ligadas(os) à atuação orgânica e militância, com diálogo nacionalizado e estreito com grupos subalternizados, em tentativa de novas abordagens que não necessariamente fazem parte de uma vertente única, sem homogeneizar realidades que também são distintas.

Estas questões estão presentes nos debates sobre as candidaturas indígenas e suas assimetrias com a lógica hegemônica. O educador Paulo Freire (1987) nos auxilia em caminhos de análise para entendimentos sobre este viés da comunicação (em paralelo à educação, e igualmente libertadora). Ele acreditava na comunicação como um processo fundamental para a conscientização, transformação social e empoderamento das pessoas.

Alguns pontos-chave da abordagem de Freire em relação à comunicação:

1. Diálogo: Freire defendia a importância do diálogo como uma forma de comunicação autêntica e participativa. Ele via o diálogo como uma via de mão dupla, onde as

peças se engajam ativamente e se envolvem em um processo de troca de conhecimentos e experiências.

Freire é um dos principais representantes da comunicação como diálogo e das intersecções com os estudos culturais; a interseção entre educação e cultura, a revalorização do universo cultural e do cotidiano dos sujeitos como mediadores dos sentidos produzidos no campo da recepção. (Venício A. de Lima, 2011)

O antidiálogo, em contrapartida, implica, segundo o pensamento freireano (1967), uma relação vertical de A sobre B. É um processo desamoroso, acrítrico e não gera criticidade, exatamente porque é desamoroso. Não é humildade. É desesperançoso. Arrogante. Auto-suficiente. O antidiálogo não comunica. Faz comunicados. Para Freire (1967), precisávamos de uma Pedagogia de Comunicação, para que vencêssemos o desamor acrítrico do antidiálogo.

O diálogo, seria definido de que forma, neste momento de comunicação, de conhecimento e de transformação social? Questiona Freire (1986). O diálogo selaria o relacionamento entre os sujeitos cognitivos, para atuar criticamente para transformar a realidade.

2. Educação/comunicação problematizadora: Para Freire, a comunicação autêntica deve ser crítica e analítica. Ele enfatizava a importância de questionar e problematizar a realidade social, desafiando as estruturas opressivas e promovendo a reflexão sobre as condições sociais e políticas existentes. Se, na etapa da alfabetização, a educação problematizadora e da comunicação busca e investiga a “palavra geradora”, na pós-alfabetização, busca e investiga o “tema gerador” (Freire, Pedagogia do Oprimido, 1987).

A maior parte do trabalho de Freire é devotada explicitamente ao problema da educação ou aquilo que ele chama de ação cultural, o que traz implicações diretas para os estudos de comunicação, em pelo menos dois níveis. Ao nível filosófico, o próprio Freire equipara educação com comunicação, uma vez que não apenas utiliza ambos os termos indistintamente, mas também os iguala em sua epistemologia. (Venício A. de Lima, 2011, p.33)

3. Diálogo emancipatório: Freire via o diálogo como uma ferramenta para emancipação e libertação. Ele acreditava que, por meio da comunicação crítica e participativa, as pessoas poderiam desenvolver uma consciência crítica de sua realidade e buscar a transformação social.

4. Conscientização: A comunicação, para Freire, é uma ferramenta para conscientização. Ele acreditava que a comunicação autêntica permite que as pessoas se tornem conscientes de sua situação, de suas necessidades e de suas possibilidades de transformação. Segundo o educador, para que haja comunicação eficiente entre eles, é preciso que educador e político sejam capazes de conhecer as condições estruturais em que o pensar e a linguagem do povo, dialeticamente, se constituem (Paulo Freire. *Pedagogia do oprimido*. 1987).

Em *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos*, Paulo Freire (1981), estabelece uma relação entre a comunicação mediatizada pela realidade e a formação de uma capacidade crítica:

A possibilidade que têm os seres humanos de atuar sobre a realidade objetiva e de saber que atuam, de que resulta que a tornam como objeto de sua curiosidade, a sua comunicação mediatizada pela realidade, por meio de sua linguagem criadora, a pluralidade de respostas a um desafio singular, testemunham a criticidade que há nas relações entre eles e o mundo. Sua consciência, que não é a fazedora arbitrária da objetividade, com a qual constitui uma unidade dialética, não é, também, por isso mesmo, uma pura cópia, um simples reflexo daquela. Daí que esta nota de criticidade não possa ser compreendida nem, de um lado, por quem absolutiza a objetividade, nem, de outro, por quem absolutiza a consciência. No primeiro caso, a consciência seria incapaz de voltar-se criticamente sobre a realidade concreta que a condiciona; no segundo, na medida em que fosse a criadora da realidade, seria um a priori desta. Em nenhuma destas hipóteses nos parece viável compreender a ação transformadora dos seres humanos sobre o mundo. Do ponto de vista do objetivismo mecanicista, porque, mera réplica da realidade, a consciência seria puro objeto da realidade que, então, se transformaria a si mesma

(Freire. p.54, 1981)

Em suma, Paulo Freire (1976, 1981, 1987, 1994) destacou a importância da comunicação como uma ferramenta para a conscientização, diálogo crítico e transformação social. Ele defendeu o uso da comunicação como uma maneira de desafiar as estruturas opressivas e promover o empoderamento das pessoas.

No entendimento de Baniwa (2022), o principal instrumento de gestão coletiva dos povos indígenas e originários em geral é a comunicação, que é aberta, franca, direta (frente a frente), dialética, participativa, reflexiva e argumentativa. O filósofo-educador explica que as assembleias indígenas para tomadas de decisões importantes não têm hora para terminar, sendo comuns as assembleias decisórias que duram dias, pois um dos princípios fundamentais orientadores é a busca do consenso. Em essência, ninguém - nem mesmo a

maioria - tem poder ou legitimidade de impor uma vontade ou uma ordem, simplesmente porque não será reconhecida e obedecida.

Baniwa reforça que os homens indígenas, no geral, os mais velhos, os sábios, os líderes clânicos possuem mais prestígio (poder, espaço) da palavra e do convencimento (que é diferente do poder coercitivo da força). As mulheres, porém, em grande parte das organizações sociais indígenas detêm a sabedoria cósmica para aconselhar, orientar e instruir seus maridos ou seus filhos nas longas conversas noturnas que ocorrem nos dias que antecedem os eventos de decisões (Baniwa, 2022).

Sandra Benites (2018), atenta que no que se refere ao interculturalismo, o povo guarani considera como um enfoque que afeta a educação em todas as suas dimensões, favorecendo uma dinâmica de crítica e autocrítica, valorizando a interação e comunicação recíprocas, entre os diferentes sujeitos e grupos culturais, mas, na prática, a hierarquia cultural acaba prevalecendo nas micro e macro dinâmicas. Schild (2023), também explicita estas relações de poder nas dinâmicas interculturais.

3.5 Comunicação Eleitoral

O entendimento do papel da comunicação eleitoral como estratégia de comunicação essencial em tempo de campanha pressupõe uma abertura conceitual ao papel funcional da comunicação política e na dinâmica do sistema político (Paula do Espírito Santo, Rita Figueiras, 2010). A comunicação política é um conceito amplo e constitui uma agenda de análise, impossível de ser esgotada neste estudo.

De entre os múltiplos aspectos que contextualizam a análise da comunicação política destacamos: o espaço público e a opinião pública; o poder político e o regime; a globalização, internacionalização da política e da comunicação; os movimentos sociais, os grupos de interesse e os grupos de pressão; os meios de comunicação social, a agenda pública e as técnicas de construção; divulgação e noticiabilidade da mensagem política; os novos espaços públicos; o comportamento eleitoral e a participação política; o mercado e a campanha eleitoral; as técnicas de investigação social, como os inquéritos e sondagens de opinião. Estes componentes encontram-se entre os elementos que, de modo central ou acessório, ajudam à compreensão do papel da comunicação política no desenvolvimento do processo político e na integração sistêmica dos agentes e estruturas ou pilares políticos do Estado. (Espírito Santo; Figueiras, 2010, p.81)

De um modo objetivo, a comunicação política seria marcada pelos papéis que exercem as diversas dinâmicas de comunicação no processo político (Chafee, 1975, p.15). A comunicação eleitoral, por sua vez, pode ser definida como o processo comunicacional que

objetiva adequar a(o) política(o) aos anseios dos eleitores, em um curto espaço de tempo de campanha, com o objetivo central de eleger uma(um) candidata(o).

Os meios de comunicação social são basilares na organização de estratégias de comunicação eleitoral mais direcionadas e eficazes (Kernell, 1997; Bryant, 2004). No que tange às redes sociais digitais, a incorporação de tecnologias é um processo relacional, em parte fruto da necessidade de interação com os eleitores e ambiências acessíveis de grande alcance.

Manuel Castells (2009) já argumenta que na "sociedade em rede" a partilha de informações e seu processamento são um modo de geração de riqueza. A habilidade informacional dos indivíduos, seja na ação no campo político, seja na percepção de mudanças sociais, tem íntima relação com o exercício da cidadania, desenvolvimento político, cultural e econômico.

O meio digital proporciona que os cidadãos não só recebam informações passivamente, como tenham o poder de reproduzi-la, comentá-la, interpretar a partir de seus repertórios, compartilhá-la e, até mesmo, criar novos conteúdos a partir dela. Com o tempo reduzido em outros meios (no Horário Político Eleitoral Gratuito - HPEG, por exemplo), redes como o Instagram se tornam ambiências de visibilidade e interação com eleitoras(es).

A partir desta ambiência, é possível superar barreiras que limitam o acesso de uma enorme massa de informações para consumidores comuns, fazendo com que a própria indústria da informação esteja cada vez mais interdependente de ferramentas de distribuição da internet (Dizard, 2000).

Nesta investigação, também compreendemos a campanha eleitoral das candidatas a partir do conceito de Neusa Gomes (2001), que a entende como

O conjunto de ações comunicativas, desenvolvidas durante um período de tempo previamente estabelecido, geralmente sob a direção estratégica de um comando único e com a intenção de atingir determinados objetivos eleitorais em favor de uma organização política, representada por seus candidatos.
(Gomes, 2001, p.59.)

As contribuições trazidas pela internet e especificamente pelas redes sociais para esta dinâmica marcam nosso caminho de análise, pautado pela comunicação eleitoral que as candidatas indígenas realizaram em seus perfis públicos no Instagram. Buscamos identificar a seguir, as estratégias e ferramentas utilizadas durante o período eleitoral oficial, analisando

qual o potencial destas estratégias nas dinâmicas eleitorais, suas limitações e suas possibilidades, a partir dos vários contextos que as candidatas ocupam na sociedade brasileira.

4- PROCESSOS DE ABORDAGEM - PERCURSO METODOLÓGICO E PRIMEIROS RESULTADOS

Um conjunto significativo de informações deu subsídios para um levantamento quantitativo inicial, somado à análise qualitativa com **triangulação múltipla** (Santos, et al, 2020; Oliveira, 2015; Tuzzo, Braga, 2016), portanto, buscou-se estabelecer uma **investigação mista** e em profundidade da campanha das candidatas, partindo de seus perfis públicos no Instagram durante a pré-campanha e período eleitoral.

A triangulação é uma estratégia de aprimoramento dos estudos qualitativos envolvendo diferentes perspectivas. A prática pretende não apenas aumentar a credibilidade, ao implicar a utilização de dois ou mais métodos, teorias, fontes de dados e pesquisadores, mas também possibilitar a apreensão de uma dada realidade sob diversos ângulos, com o confronto de informações, de maneira a minimizar vieses resultantes de uma única perspectiva de análise (Santos, Karine. et al, 2020).

Primeiramente quantificamos o número de publicações em seus perfis desde março (com o início da pré-campanha) até setembro de 2022. Diante do extenso material, optamos por identificar filtros de estratégias e aprofundar a análise do corpus estritamente ao período de campanha oficial (1º de setembro a 1 de outubro de 2022). Nesta etapa de análise, buscamos centrar na identificação do uso que as candidatas e suas equipes fizeram desse espaço digital como divulgação de campanhas e estratégias de comunicação, com classificação adaptada segundo Jones Machado e Raquel Ronsoni, 2023, ampliando a percepção dos autores a um contexto de candidaturas indígenas no estado.

Além dos perfis no Instagram, a coleta de dados ocorreu a partir de entrevistas semi-estruturadas, documentos e da observação no campo, a partir da experiência da autora na cobertura das eleições de 2022, como jornalista e repórter fotográfico. O quadro abaixo sintetiza os instrumentos de coleta utilizados.

Quadro 1: Síntese dos instrumentos de coleta

Instrumento	Tipo	Descrição	Quantidade
Entrevistas	semi-estruturadas	Diálogo com as candidatas	4
Entrevistas	semi-estruturadas	Diálogo com assessores de	4

		campanha e pessoas do partido	
Documentos	Imprensa	Entrevistas concedidas pelas candidatas à imprensa e Notícias veiculadas na imprensa sobre a trajetória e campanha das candidatas ¹⁷	12
Documentos	Informativos oficiais	Informações de campanha por meios oficiais (TSE)	4
Documentos	Instagram	Publicações das candidatas em seus perfis no período de 1º de setembro a 1º de outubro de 2022	180
Observação	Atuação profissional no período eleitoral	Registros de situações vividas durante o período eleitoral	-

Fonte: elaboração da própria autora.

O diálogo com as candidatas e assessoras de campanha compuseram a parte fundamental do material necessário à investigação. A entrevista com Nice Tupinambá ocorreu via Skype, a pedido da candidata, e posteriormente foi decupada e transcrita. Como

¹⁷ LINKS NICE TUPINAMBÁ NA IMPRENSA

1. <https://www.oliberal.com/politica/para-pode-ter-primeira-deputada-federal-indigena-1.553839>
2. <https://almapreta.com.br/sessao/politica/mudancas-climaticas-tornam-urgente-transformar-a-politica-diz-nice-tupinamba-candidata-a-camara-de-belem/>
3. <https://psol50.org.br/tre-pa-determina-retirada-de-fake-news-contr-nice-tupinamba-candidata-do-psol-a-deputada-federal/>
4. <https://btmais.com.br/tre-pa-ordena-exclusao-de-noticias-falsas-sobre-a-candidata-a-deputada-federal-nice-tupinamba/>

LINKS MAIAL KAIAPÓ NA IMPRENSA

1. <https://www.youtube.com/watch?v=ZtdxevfdHI8>
2. <https://www.funbio.org.br/primeira-bacharel-kayapo-maial-paiakan-destaca-importancia-da-educacao-e-conexao-com-ancestralidade-em-sua-trajetoria/>
3. <https://www.parlaindiobrasil.com.br/maial-paiakan-kaiapo>
4. <https://sumauma.com/maial-o-legado-de-resistencia-kayapo-quer-chegar-ao-congresso/>
5. <https://amazoniareal.com.br/a-luta-feminina-kayapo-entre-dois-mundos/>
6. <https://open.spotify.com/episode/3h9wURnOivkP7u3wtIT50G?si=FG-60WbhSJeYDzO6TK0vrQ>
7. <https://open.spotify.com/episode/61qDMwhMBdSBu4eMxCTUnd?si=86dba4eed6f54c9a>
8. <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/maial-paiakan-kaiapo-ocupando-espacos-com-resistencia-coletividade-e>

complemento, também houve momentos de trocas de mensagens via WhatsApp, respondidas por textos ou áudios, que acrescentaram pontos de elucidação aos temas. Por diversas vezes encontrei Nice em eventos ligados ao movimento, mas não havia um ambiente apropriado para temas mais aprofundados e decidimos por uma entrevista online. Por meio da entrevista, busquei explorar aspectos de sua ascendência, pontos importantes de campanha, as dificuldades sofridas e a possibilidade de uma visão positiva de sua participação no pleito.

Em relação à Maia, acompanhei profissionalmente como repórter fotográfico parte de sua agenda de campanha no período eleitoral, para o portal Sumaúma. Tenho o costume de fazer anotações de campo das reportagens e recorri a essas anotações em alguns momentos, para rememorar momentos vividos. A assessora de campanha de Maia, Teresa Harari, foi a pessoa indicada por ela para responder às perguntas iniciais via WhatsApp, devido à extensa agenda de trabalho de Maia na FUNAI, após a campanha. Além disso, Maia se tornou mãe durante o processo, no mesmo período de coleta. Também tivemos a notícia do falecimento de Tuíre Kaiapó, tia de Maia, e não quis ser invasiva ou insistente demais, respeitando o momento sensível de luto e maternidade pelo qual ela passava.

Todas foram informadas sobre o projeto, seus objetivos, e tiveram acesso ao termo de consentimento livre e esclarecido exigido pelo Comitê de Ética.

Para suprir algumas lacunas de respostas de Maia, diante de sua agenda saturada de compromissos, recorreremos a entrevistas de fontes secundárias disponíveis na internet. Obtivemos resultados em plataformas como Spotify, Youtube, Instagram e alguns sites de notícias. Apesar das limitações por se tratar de um recorte e interpretação intermediada por terceiros, o material auxiliou o acesso a visões diferentes e enriqueceu a coleta de dados.

A análise do Instagram das candidatas desde o período da pré-campanha foi de grande valor no aprofundamento e na confirmação de outros dados relatados. A partir das postagens pudemos perceber nuances das candidatas, ter uma observação mais sensível sobre o que foi relatado e o tratamento que as agendas receberam para divulgação na internet.

Este material, rico em imagens, áudios, material gráfico, interação entre eleitores e não eleitores, apontou a trajetória das candidatas durante a campanha, suas principais propostas, suas estratégias de campanha e mostraram-se úteis na reconstrução dos eventos que envolveram o período eleitoral. A organização desta etapa se deu a partir de prints das publicações do período, que depois foram divididas cronologicamente e avaliadas a partir do recurso utilizado e da estratégia incorporada.

Diante do extenso material, utilizamos o programa Adobe Bridge para criar etiquetas de catalogação das postagens e depois poder observá-las em conjunto. O programa permite gerenciar, visualizar, editar, organizar e publicar ativos criativos, ou editá-los em massa, adicionando legendas e classificações.

Como complemento ao subsídio de nossas interpretações, acessamos a página das candidatas junto ao TSE¹⁸, plataforma responsável pela divulgação das candidaturas registradas em todo o Brasil para as Eleições. A plataforma apresenta informações sobre todas as pessoas que pediram registro de candidatura à Justiça Eleitoral em diversos pleitos, as contas eleitorais e também as dos partidos políticos envolvidos. Os objetivos são garantir a total transparência dos dados, tornar disponível um conhecimento detalhado, assim como oferecer às eleitoras e aos eleitores mais subsídios para que possam escolher candidatas e candidatos nas eleições.

¹⁸ <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/home>

5- RESULTADOS DAS COLETAS, DIÁLOGOS E OBSERVAÇÕES

Nosso objetivo geral com esta investigação é analisar a candidatura das duas primeiras candidatas indígenas a deputadas federais do estado do Pará, como elas se apresentam, a representatividade que exercem, buscando compreender as estratégias e os desafios de comunicação política destas candidaturas, sobretudo frente às desigualdades estruturais do processo eleitoral no Brasil. Buscamos apresentar contribuições para a reflexão acerca das assimetrias do processo eleitoral brasileiro, com foco em seu viés ontológico e comunicacional no contexto do estado do Pará.

Verificamos que a antropologia eleitoral mostra vários caminhos de interpretação e divergências sobre a participação político partidária indígena, além de apontar algumas lacunas de estudo pelo viés comunicacional. Também consideramos como componente do percurso metodológico, a revisão de valores metodológicos propostos por pesquisadoras como Linda Tuhiwai Smith (2018)¹⁹ e Bagele Chilisa (2012)²⁰, que apresentam uma visão desafiadora de como a pesquisa e a educação podem ser usadas para enfrentar o colonialismo e a opressão.

Nos tópicos a seguir, apresentamos um resumo do que foi dialogado com as duas candidatas, fruto de conversas com suas assessoras de campanha, com elas próprias e a partir do corpus de materiais disponíveis online.

5.1 Maial Kaiapó - Trajetória de vida e entrada na vida política da candidata

Maial Paiakan Kaiapó (Maial *Panhpunu*, nome de sua avó paterna) pertence a uma grande família Mē BÊNgôkre Kayapó. Recebeu seu nome tradicional, especial, na festa *Bemp* (*inidji mej* – nome bonito). O nome *Panhpunu*, foi transmitido, e é o nome da *tjwá* (avó paterna) de Maial,. É como ela se apresenta para a sociedade Kayapó e como se fortalece como mulher.

Maial nasceu em Belém e cresceu na Aldeia Aukre, próxima ao rio Fresco, na Terra Indígena (TI) Kayapó, no sul do Pará. O processo de demarcação iniciou nos anos 1980, mas a TI foi homologada em 25 de maio de 1992.

¹⁹ Socióloga indígena maori da Nova Zelândia. Professora e autora que analisa o papel da pesquisa acadêmica ocidental na colonização de povos indígenas.

²⁰ Acadêmica pós-colonial de Botswana que escreveu e falou extensivamente sobre pesquisa indígena e metodologias de avaliação.

Maial é uma das três filhas de Irekran e Paulinho Paiakan (Bepkororoti), um dos principais nomes do movimento indígena brasileiro, conhecido sobretudo durante a luta pela elaboração da Constituição de 1988, ao lado de lideranças como Ailton Krenak e o Cacique Raoni (Tio avô de Maial). Ficou conhecido nacional e internacionalmente pela excelente oratória (*kaben mej* – falar bem). Contaminado pela Covid-19, Paiakan faleceu em junho de 2021, seis meses antes de a vacina chegar às aldeias indígenas no Brasil.

Minha tia Tuíre sempre esteve presente com meu pai nas grandes lutas. Chamo de tia para tentar traduzir o grau parentesco para a sociedade dos ‘kuben’ (não indígena), mas, dentro da nossa sociedade Mebêngôkre, ela é uma das minhas tantas outras tias/mães. Ainda muito jovem, passou a proteger a família e o nosso território, sempre muito atenta e pronta para lutar.

O primeiro ensinamento que meu pai me transmitiu, quando eu era criança, foi: “Você tem que aprender e conhecer como os ‘**kuben**’ (nã**o** **indígenas**) trabalham com nosso povo”

(Maial em entrevista para FUNBIO, 2022)²¹

Até os 7 anos de idade, Maial só falava a língua Kayapó. Maial foi estudar em Redenção, a 280 km da sua aldeia, sendo a primeira entre suas duas irmãs (Kokanã “Tania” e O-é), e a primeira de seu povo a concluir uma graduação, em direito, no ano de 2015. Candidatou-se a deputada federal pelo estado do Pará em 2022, nos últimos meses de seu mestrado em direito, que precisou ser trancado para a campanha. A indicação de seu nome surgiu coletivamente entre reuniões da comunidade Kaiapó, como opção ao de sua irmã O-é, que, grávida, precisou repassar o compromisso de campanha.

Na trajetória de Maial, merece destaque a defesa dos direitos dos povos indígenas na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e na Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Em 2020, Maial trabalhou como assessora da deputada Joenia Wapichana, que veio a se tornar a primeira indígena mulher eleita no Congresso Nacional. Em parceria com o projeto Tradição e Futuro na Amazônia (TFA), patrocinado pelo Programa Petrobras Socioambiental, Maial vem traduzindo para a língua Kayapó três importantes marcos legais relativos aos direitos das indígenas: a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a Convenção N° 169²² da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, e os artigos 231 e 232 da Constituição Brasileira.

21

<https://www.funbio.org.br/primeira-bacharel-kayapo-maial-paiakan-destaca-importancia-da-educacao-e-conexao-com-ancestralidade-em-sua-trajetoria/>

²² <https://www.ilo.org/pt-pt/publications/convencao-169-da-oit-traduzida-para-o-kayapo-mebengokre>

Figura 13 - MaiaI apresenta oficinas sobre a Convenção 169 da OIT no Território Kayapó



Fonte: Instagram https://www.instagram.com/p/CgALfwsLILJ/?img_index=1

Maial optou pela Rede Sustentabilidade, partido criado em 2013 a partir da mobilização de ambientalistas como a atual ministra de Meio Ambiente, Marina Silva, com quem MaiaI tem proximidade. Nas eleições de 2022, a Rede formava coligação com o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

A candidata contou com a assessoria de Teresa Harari e Kokanã (Tânia, irmã de MaiaI) para a coordenação de campanha. Teresa relatou em 2023 algumas de suas experiências no artigo *Vai ter Menire²³ Mebêngôkre na política*: *Histórias e reflexões sobre a campanha político-partidária de MaiaI Kaiapó para a Câmara dos Deputados no Estado do Pará²⁴* e foi a pessoa indicada por MaiaI para fornecer algumas respostas aos questionamentos de forma mais imediata, frente aos seus compromissos atuais na FUNAI e a indisponibilidade para entrevistas mais demoradas.

A pré-campanha foi iniciada em março de 2022, a partir de um mapeamento que considerou o contexto político e social do estado do Pará, a análise sobre o histórico de votação do partido, o perfil da MaiaI e a identificação de eleitores, sobretudo os indígenas,

²³ Menire Mebêngôkre - Mulher Mebêngôkre

²⁴ Disponível em:

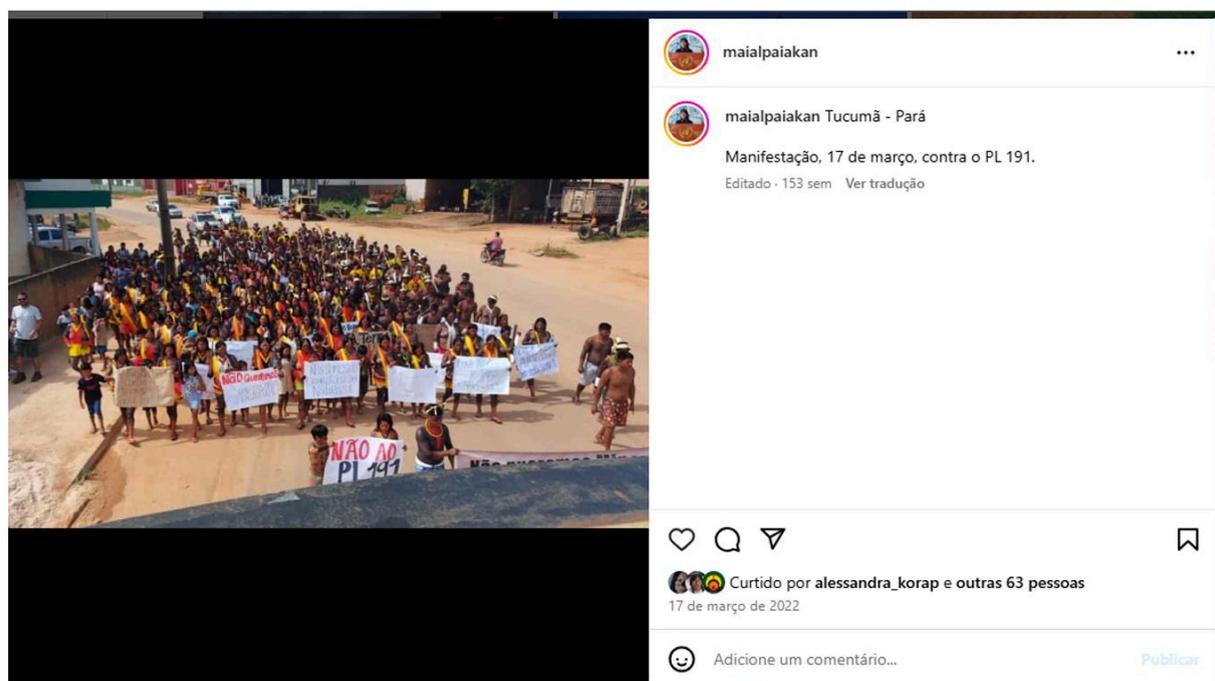
https://morula.com.br/wp-content/uploads/2023/01/EleicoesParticipacaoIndigena_06JAN.pdf

examinando a distribuição destes nos municípios e classificando em três níveis (alto: mais de mil; médio: entre 500 e mil; e baixo: menos de 500).

Segundo Teresa, a agenda de campanha incluiu a conversa com lideranças e organizações de base em cada município dos níveis alto e médio, para entender qual era a relação daqueles povos com a política partidária e a acessibilidade das urnas eletrônicas.

Em seu perfil no Instagram, atentamos para as agendas de pré-campanha no interior do estado, com destaque para participação na mobilização indígena contra o PL 191, que pretendia regulamentar a mineração nos territórios. O PL visava a regularizar a mineração e a geração de energia elétrica nas terras indígenas sem a garantia de que os habitantes dos territórios ancestrais tivessem poder de decisão sobre o futuro de suas comunidades.

Figura 14 - Maial em Tucumã - Pará. Manifestação, 17 de março, contra o PL 191.



Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/CbOkJZPr1Y1/>

Apenas em 2023, o Governo Lula pediu a retirada de tramitação do PL 191, encaminhado em fevereiro de 2020, pelo ex-ministro da Justiça Sérgio Moro e por Bento Albuquerque, ex-ministro de Minas e Energia. Após intensa mobilização dos Povos Indígenas, a votação não foi pautada. Em março de 2022, o então líder do governo Bolsonaro na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), apresentou um requerimento de urgência para a votação do projeto no plenário da Casa.

Em relação à coordenação de campanha de Maia, entendeu-se que no pleito para deputada federal de 2022, os votos indígenas não seriam suficientes para elegê-la, sendo necessário mobilizar não indígenas, mapeando jovens, estudantes, mulheres e ambientalistas estrategicamente nos maiores municípios do estado, para que ecoassem a voz e pautas defendidas pela candidata Kaiapó.

Figura 15 - Cacique Raoni, tio avô de Maia, em vídeo prestando apoio a candidatura (em língua indígena).



Fonte: Instagram. https://www.instagram.com/p/Ceb__pcIBLm/

No perfil de Maia no Instagram são diversas as manifestações de figuras de destaque nacional e internacional apoiando sua candidatura, como Raoni Metuktire, tio avô de Maia e um dos principais nomes do movimento indígena.

Teresa Harari analisa que a candidatura de Maia foi apoiada de maneira mais efetiva em um contexto nacional, pela REDE, do que no contexto estadual, pelo PSOL, onde sua candidatura não parecia bem-vinda. Ela relata que foram frequentes os questionamentos da equipe, frente ao anúncio da coligação REDE/PSOL, sobre um apoio mais efetivo em esfera local. Teresa ficou responsável pelas questões burocráticas de campanha e argumenta que às vésperas do prazo final de envio de candidaturas, erraram tanto a esfera de participação (trocaram federal para estadual), quanto a grafia do nome de Maia, o que poderia prejudicar consideravelmente a votação. Ambos equívocos foram corrigidos a partir de muita insistência e ansiedade.

Figura 16 - Maial, Marina Silva, Joênia Wapichana e lideranças da REDE no ATL 2022.



Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/CcTwea9LArc/>

Entre abril e agosto, a equipe de Maial cumpriu algumas agendas no estado e participou de encontros nacionais estratégicos do movimento indígena, como o Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília, que teve apelo ainda mais intenso por ainda ser o período do governo anti-indígena de Jair Bolsonaro. Na ocasião, além das pautas conjuntas do Movimento indígena de base, Maial participou de reuniões com outras lideranças nacionais para firmar articulações de pré-candidatura.

Entre os desafios de campanha, a dependência do apoio de conhecidos para a hospedagem ou dos hotéis mais acessíveis no interior do estado, trazia consigo a insegurança de alguma investida anti-indígena e/ou anti-ambientalista.

Como já citado nesta investigação, 2022 foi o último ano do mandato de Jair Bolsonaro, e marcado pelo crescimento no número de violências contra povos originários do país. O período eleitoral de 2022, se incluirmos a pré-campanha, ocorreu nos mesmos meses de investigação do desaparecimento do indigenista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, durante uma viagem (em junho) pelo Vale do Javari, território bastante afetado por invasões e atividades criminosas em terras indígenas, no Amazonas. O

caso teve repercussão internacional, o que infelizmente não garantiu agilidade na busca por suspeitos do crime, tampouco no processo de busca pelos ambientalistas.

Figura 17 - Chamada para 5º Encontro Rede Xingu +, aldeia Khikatxi do povo Kisedje, onde ocorreu o lançamento da pré-candidatura a deputada federal de Maial Kaiapó.



Fonte: Instagram. https://www.instagram.com/p/Cc7_PdKlgtE/

O ato de lançamento de sua pré-candidatura foi realizado no 5º Encontro da Rede Xingu +, na aldeia Khikatxi do povo Kisedje, que Maial classifica como importante encontro e reencontro da bacia do Rio Xingu, em momentos de diálogo e união.

Como estratégia de segurança, as agendas no interior do Pará eram divididas previamente apenas entre conhecidos confiáveis e familiares, e geralmente publicadas no Instagram somente após o cumprimento, quando a equipe se sentia segura de não ser localizada instantaneamente. O protocolo de segurança recomendado para defensores ambientais em áreas de conflito, como alguns municípios do Pará, acabava afetando a dinâmica de comunicação, impactando a habitual agilidade de divulgação nas redes sociais, como a velocidade exigida sobretudo no contexto de uma campanha política.

Os deslocamentos entre as regiões do Pará também são comumente marcados pela precariedade e Maial havia decidido articular sua campanha mais no interior do estado que na região metropolitana. A estratégia foi contar com coordenadores de mobilização em cada

região: Baixo Amazonas (Santarém e Oriximiná), Sudoeste (Altamira e Itaituba), Sul (Redenção, Marabá, São Felix do Xingu, Ourilândia do Norte e Conceição do Araguaia) e Belém.

Figura 18 - Campanha para financiamento coletivo da candidatura de Maial Kaiapó



Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/CeWILJ5r0B8/>

A equipe de Maial soube apenas em agosto que a Rede disponibilizaria R\$200 mil reais para a campanha de Maial, valor baixo se comparado com outras candidaturas, que somavam milhões, como já mencionado nesta investigação. A prioridade foi contratar um advogado e um contador para a campanha, “devido à falta de transparência e às inúmeras tentativas de boicote à candidatura da Maial pelo partido” (Harari, 2023). Sem experiência com campanhas político-partidárias e com poucos recursos, a equipe optou por formas diferentes de fazer campanha, a partir do perfil de Maial.

Se levarmos em consideração que a práxis dos discursos em campanhas políticas são marcadas por gritos, punhos erguidos, gestos bruscos e muito barulho, a campanha de Maial seguia uma linha alternativa. A prioridade eram os indígenas, a compreensão de suas demandas e o reforço da importância política de Maial para ocupar uma vaga no Congresso Nacional.

Pelo que também presenciei cobrindo sua agenda de campanha em Belém, o comportamento de Maiaal era mais pautado à escuta, à criação de vínculos de confiança e a um grande senso de respeito às articulações coletivas nas reuniões indígenas. Na presença de sua família e lideranças Kaiapó, a candidata se articula em língua indígena, Mebêngôkre, língua Jê falada pelos povos Kaiapó e Xikrin, as reuniões em círculo deviam ser respeitadas e não registradas.

Durante a convenção do partido, no mês de julho, em Belém, Teresa narra que uma pessoa do PSOL disse que se a equipe pagasse por um ônibus e combustível, organizariam pessoas para fazer barulho por Maiaal. Como não tinham recursos e como a proposta pareceu estranha, optaram por chegar de outra forma: apenas Maiaal, Irekran (mãe de Maiaal), Teresa (assessora de campanha), acompanhadas da tia e da sobrinha de Maiaal. Como material de campanha, pouco mais de 100 adesivos com a foto da candidata, elaborados e impressos com a ajuda de amigos.

Posteriormente, contrataram uma empresa especializada em comunicação política chamada Base Lab, especializada em campanhas progressistas. O desafio era adequar as várias frentes de campanha, comunicar entre indígenas e não-indígenas, sem perder as bases ancestrais de Maiaal e o alinhamento com as propostas políticas e peculiaridades da candidata.

Figura 19 - Evento de lançamento da pré-campanha de Maiaal, com apoio de Ailton Krenak, no bar Rebujo, em Belém. julho de 2022



Fonte: Instagram. https://www.instagram.com/p/CgvGBYOLGjo/?img_index=2

Maial recebeu apoio também para criar a identidade visual da campanha, mas tudo “tinha caráter de inovação”, pelo ineditismo de um perfil como o de Maial em campanhas políticas organizadas por sua equipe. No Instagram e material gráfico oficial, ela aparece com o rosto pintado de urucum, que para seu povo é a cor da vitalidade e representa uma proteção contra ameaças externas. A fala mansa, o tempo outro e o caráter coletivo das decisões também pontuaram a campanha.

Figura 20 - Vídeo de pré-candidatura, com falas de Maial, realizado em parceria com a Produtora Imaginária



Fonte: Instagram <https://www.instagram.com/p/CgzJxEuFcL1/>

Em seu vídeo de pré-candidatura, Maial evoca sua ancestralidade em imagens na cidade e sobretudo na Aldeia, ao lado de mulheres e cânticos Kaiapó ao fundo, adicionados às imagens de suas familiares, que aparecem em vestes e adereços tradicionais, ornando e cuidando de Maial enquanto ela ressalta seu desejo de contribuir com a luta indígena a partir de sua candidatura.

Meu pai sempre falava pra mim: o movimento indígena, a luta dos povos indígenas, nunca acaba, nunca tem fim, ela continua. O fato de continuar, continuar, é porque a gente vai passando a nossa luta por gerações. Repassando conhecimento, repassando a luta, repassando todos os nossos direitos para uma geração futura, pra garantir, pra manter.

Então foi exatamente esse pensamento de poder estar junto do meu povo, de poder estar lutando, o que me motivou mais, de observar absurdos que estavam acontecendo: de racismo, de violências, de assassinatos, em relação também aos direitos indígenas, à educação, à saúde.

Eu comecei a observar isso e comecei a me perguntar: como eu posso mudar, como eu posso colaborar pra poder transformar, pra poder mudar?

Meu nome é Maial Paiakan Kaiapó, eu sou uma mulher de luta, de resistência e de força. Eu estou dando continuidade nessa jornada, junto com as mulheres do meu povo, junto com minhas irmãs, junto com minha família.

Maial Kaiapó em vídeo de pré-candidatura. 2022.

Sem a possibilidade de visitar todas as aldeias da região, escolher estrategicamente apenas algumas delas também poderia gerar ciúmes ou desconfianças entre as não-visitadas. Como já mencionamos anteriormente, a comunicação direta, face a face e aberta, é característica entre os povos. Também já é notória na literatura antropológica eleitoral que muitas vezes os indígenas não votam em candidatos indígenas, “os parentes”, e estes acabam por contar mais com votos de não indígenas no pleito. A equipe buscou pontuar aldeias que ampliassem as pautas de Maial entre as que não pudessem ser visitadas.

Outro ponto relatado é o pedido de favores como a distribuição de combustível e alimentos, uma prática comum entre candidatos não indígenas locais, mas que efetivamente configura crime eleitoral e foi prática negada - e por vezes incompreendida entre parentes - pela equipe de Maial.

Com agendas marcadas pela escuta, a presença da família e outras formas de fazer política partidária, Maial seguiu para assembleias em Ourilândia do Norte, e mesmo não se sentindo bem desde o mês de julho, cumpria seus compromissos de campanha. Antes de seguir para mais uma viagem, à São Félix do Xingu, decidiu por insistência de Tânia, irmã de Maial e assessora de campanha, buscar atendimento médico em Redenção. Na cidade, Maial testou positivo para malária, que requer pelo menos sete dias de observação e repouso. Durante este período, os diversos compromissos agendados precisaram ser cancelados.

Ademais, o tratamento da Malária utiliza cloroquina, medicação que ficou em falta nos postos de saúde e farmácias após a disseminação de fake news pelo próprio chefe do executivo, Jair Bolsonaro, que alegava ser um medicamento eficiente no tratamento de Covid-19.

Teresa narra que tentava que Maial se hidratasse mais, mas a falta de banheiros em melhores condições no interior do estado também dificultava o cuidado. A assessora também tentou que Maial gravasse um vídeo, mas diante das negativas, optou por apenas mandar notas explicando o ocorrido aos apoiadores.

A equipe voltou aos compromissos de campanha em Belém no final de agosto, onde Maial deveria participar de algumas programações envolvendo Lula, então candidato à

presidência. Em Belém, etapa que pude acompanhar, Maiaal participou da agenda para realização de fotos oficiais com Lula, marcada para ser realizada em um hotel no centro da cidade, que nos deixou esperando por horas até a permissão de entrada no hotel. Na ocasião da espera em frente ao hotel, políticos e populares reconheciam e prestavam apoio a Maiaal. Com a candidata ainda em processo final de recuperação, algumas agendas ainda precisaram ser canceladas.

Maiaal também participou do comício de Lula, ocorrido no Espaço Náutico Marine Clube. Na ocasião, diversos candidatos e candidatas acompanharam o evento trazendo seus apoiadores em ônibus, munidos de grandes bandeiras, camisetas, faixas de cabeça e outros instrumentos de comunicação política visual. Maiaal chegou acompanhada de sua família e assessora, sem todo esse aparato.

No “Encontro dos Povos da Floresta e das Águas”, evento fechado ocorrido no Parque dos Igarapés, diversas lideranças indígenas, quilombolas, ribeirinhas e militantes de movimentos socioambientais se reuniram para repassar pautas comunitárias e para prestar apoio à Lula, então candidato à Presidência da República. Com a equipe reduzida, Teresa ficou responsável por dirigir o veículo alugado e me levar juntamente com Maiaal, ao Parque dos Igarapés. Nesta ocasião, os adesivos, cartazes e santinhos de Maiaal já haviam ficado prontos, e a equipe aproveitou a reunião dos parentes para distribuição em seus respectivos municípios, antes da programação do encontro.

Para o evento, as lideranças ligadas à Maiaal organizaram uma assembleia prévia, em círculo, onde decidiram quem subiria ao palco para entregar as pautas do movimento, previamente organizadas e impressas em um documento. Ficou decidido que sua tia Tuíre os representaria no palco e isso simbolizaria a compreensão dos Kaiapó da importância de se unir para derrotar o bolsonarismo.

Lula chegou ao local acompanhado do cântico de vários povos presentes, que manifestaram seu apoio. Além de Tuíre, o cacique Takakpe também subiu ao palco com as reivindicações do povo Kaiapó. Ambos falaram em língua indígena, que foi traduzida por uma jovem liderança. Do palco, o cacique Takakpe²⁵ apontou para Maiaal e disse que ela era a candidata Kaiapó nas eleições, gesto narrado por Teresa como seguido de grande euforia.

²⁵ <https://www.instagram.com/p/CiBbX5Ircni/>

O ambiente foi dominado pelo som do canto Kayapó. Do chão, Maia sorriu e acenou. “Não foi eu quem falou da minha candidatura, foi o próprio povo. Para mim não importa estar no palco, mas na base”, ela disse pouco depois.

(Harari sobre Maia, 2023. P.145)

No dia 16 de agosto, na cidade de Redenção, a 905 km da capital paraense, Maia iniciou a campanha eleitoral em período declarado como oficial, após uma pré-campanha marcada pelas agendas em territórios e pelo período de sua recuperação. Ainda sem ter recebido o recurso da REDE, os gastos iniciais com aluguel de carro e combustível foram efetuados com financiamento coletivo.

Entre as principais pautas de campanha extraídas a partir do Instagram, selecionamos conteúdos ligados às suas demarcações políticas como: comprometimento com a justiça social, a indissociabilidade das lutas antirracistas e antissexistas, e a defesa dos territórios e das comunidades tradicionais. Mais do que interesses particulares, a atuação de Maia apresentava um projeto de país e futuro, cujo principal valor seria a coletividade.

Entre as principais propostas de campanha, com comunicação específica iniciada em setembro de 2022, foram apontadas as seguintes pautas prioritárias:

- Ampliar as ações de enfrentamento à violência doméstica;
- Ampliar a resistência no congresso contra projetos de lei que autorizam a exploração econômica destrutiva em terras indígenas;
- Aprimorar o atendimento às populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas e de pequenos produtores rurais por meio de um diálogo direto com as comunidades;
- Ampliar frentes voltadas para a qualificação profissional, conciliação do trabalho produtivo e de cuidados;
- Lutar pela reestruturação e fortalecimento dos órgãos de fiscalização e monitoramento do desmatamento;
- Lutar pela ampliação do abastecimento de água, energia e comunicação; fortalecer a inclusão de comunidades no mercado de produtos da sociobiodiversidade;
- Fortalecer a ação básica de saúde nos municípios, com ênfase nas aldeias e povoados distantes e desassistidos.

Além desta pontual proposta de mandato, o conteúdo de seu perfil no Instagram incluiu celebridades de cunho nacional, da política e da arte, com nomes como Ailton Krenak, Maria Pankararu, Caetano Veloso, Marcos Palmeira, Céu, Gaby Amarantos, entre outros, como os ligados à Rede, como Marina Silva e Joênia Wapichana.

Figura 21 - Vídeo oficial de campanha de Maial Kaiapó, produzido por Produtora Imaginária e parceiros



Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/ChSXi8gERTI/>

A campanha de Maial (de número 1818) foi marcada por uma agenda intermunicipal, com visitas a aldeias e diálogo direto com as comunidades indígenas. A Articulação dos Povos Indígenas (APIB) apoiou trinta candidaturas nacionais, a partir da intitulada Bancada do Cocar. Além das reuniões no começo da campanha, criaram um grupo no WhatsApp e ofereciam suporte de um contador e um advogado, mas a coordenação da campanha de Maial acabou não recorrendo a esses profissionais pois já havia montado uma estrutura independente, sobretudo via apoio nacional da REDE.

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) também prestou apoio e fez publicações nas redes sociais reiterando a importância de Maial como uma escolha coletiva para o movimento indígena.

5.2 Nice Tupinambá - Trajetória de vida e entrada na vida política da candidata

Nice Tupinambá - Maria Gracionice Barbosa Gonçalves - é jornalista, indígena do povo Kamutá Tupinambá e foi candidata ao cargo de deputada federal pelo PSOL também na coligação Federação PSOL /REDE em 2022. Nascida em 1989, atualmente tem 36 anos de idade.

Original de Porto Grande/Cametá, migrou para Belém aos 14 anos, para estudar e trabalhar. Atuou como babá, auxiliar em açougue e auxiliar em consultório odontológico.

“Vim pra Belém aos 14 anos. Eu sabia que eu pertencia e que tinha uma origem de povos indígenas que vieram antes de nós, mas não era uma coisa que se comentava porque na nossa região existia um pacto de silêncio, existia um medo, decidiu-se por enterrar sobreviventes, então eu venho morar em Belém e eu sou questionada se eu sou ‘índia’, por conta dos meus traços, meu comportamento, e tudo que reúne minha identidade. A partir daí eu falei ‘eu quero saber o que é’, porque o que a gente estudou no livro de História é que o ‘índio’ não existe mais, ele ficou no passado. O que é esse ‘índio’? A gente não se via naquele contexto. Eu começo a fazer o caminho do retorno e procurar saber. E não foi difícil, quando eu vou conversar com minha avó, quando vou conversar com minha família, compreender de onde é que a gente vem. A partir daí vem meu processo de afirmação, de organização.

Nice Tupinambá, comunicação pessoal, 2025.

Nice sinaliza o movimento estudantil da UFPA como agregador de indígenas em contexto urbano. Ela demarca que os Kamuta Tupinambá “são um povo renascido no Brasil”²⁶ porque foram praticamente extintos e buscam o fortalecimento da identidade e ancestralidade.

Neste processo de resgate do pertencimento indígena, a candidata afirma que inicialmente foi pedido que ela escondesse, que afirmasse na cidade que ela teria ascendência japonesa, para evitar passar por situações de preconceito.

Para ela, o processo de afirmação indígena em Cametá não é uma retomada, pois os indígenas não saíram do território, seu povo migra pelas redondezas.

A minha avó morava na costa, minha mãe se casa com meu pai e vamos morar dentro do Guajará, que bebe do Tocantins, aí migramos pra Vila de Porto Grande, que era na beira do rio. Toda minha família é indígena, mas tinham apelidos para os grupos, como Camutá. Eram várias comunidades ali, então tem Camutá, Pacajá e Taió. Não uso Camutá e sim Tupinambá, porque Tupinambá é o tronco.

Nice Tupinambá, comunicação pessoal, 2025.

Sobre sua ascendência indígena que gerou diversas posições racistas mesmo entre pessoas do partido, Nice esclarece sua relação familiar.

A minha avó indígena casou-se com um homem branco que tem sobrenome Castro, não sei se original ou um nome dado. Na verdade, minha avó é cedida em casamento

²⁶Fonte: <https://www.nicetupinamba.com/nice-tupinamba>

para esse homem branco. Quando ela era lúcida, contava que ela havia sido entregue com a seguinte narrativa: que era pra ela ser civilizada, pra ela se tornar gente, uma mulher, uma dona de casa, uma dama. Então ela é dada nesse contexto, ela não 'casa com uma pessoa', ela é dada, entregue a um homem que ia cuidar dela, que ia civilizar ela. A palavra civilizar me chama muita atenção nesse processo, porque a gente era visto como animal, a igreja ajuda a construir isso daí, então eu lembro, eu ainda era menina quando uma das nossas lideranças comunitárias, que tem todo estereótipo indígena, Dona Normélia, que tá viva até hoje, quando ela conversava com meu pai, e ela vinha com essas construções, 'tem que arrumar bons casamentos pras suas filhas, olhe, pra elas aprenderem a se comportar, a ter modos, a ter civilização'. Mesmo sem a gente se compreender com identidade indígena, a gente passava por todo esse processo. O conselho dela era nos dar em casamento a alguém que ia nos ensinar a ser gente, a nos comportar diante da sociedade, porque a gente tinha comportamentos "de bicho no meio do mato".

Minha avó não quis levar pra frente os ensinamentos da cultura, mas tinha alguns costumes peculiares, como fumar cachimbo com fumo Maratá. Ela tinha horários para isso, tinha os rituais dela, como os rituais de banho: sabia quais ervas usar para cada caso, algumas coisas que ela passava pra gente, mas sem dizer que era da nossa cultura. 'Os antigos diziam', eles falavam. Ainda não tinha a palavra ancestrais, cultura...até porque essas palavras são construídas na academia, a gente estava imerso e então não se via como um ser cultural conceitual. Com o meu pai isso ainda é mais forte, os costumes são mais fortes.

Nice Tupinambá, comunicação pessoal, 2025

Nice também relembra os costumes de infância, que só na fase adulta foram entendidos como ligados à uma cultura ancestral. "Nossas brincadeiras de infância eram brincar com flecha, fazer cocar, braceletes, saia de Lágrima de Nossa Senhora, semente de Tendo, de açaí, fazer adereços de artesanato, mas não associávamos também".

A candidata ingressou na luta social em 2009, ano da fraude do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Foi assessora parlamentar do então Deputado Federal Edmilson Rodrigues e coordenou a sua campanha para prefeito em 2020.

Figura 22 - Publicação repudiando ataques sofridos durante programa exibido na Rede TV, em 29 de abril de 2022.



Fonte: Instagram. https://www.instagram.com/p/Cc-6d27ulqt/?img_index=1

“Não votariam em mim por ser indígena, então eu trouxe algo a mais, eu trouxe o meu diploma”. A violência política de gênero e o racismo estiveram bem presentes na campanha de Nice. Após pesquisa quali, questionavam se ela possuía capacidade política e domínio da língua portuguesa para exercer o cargo de deputada, caso eleita.

A gente vive muito essa marca do estereótipo, tanto que o slogan da minha campanha onde a gente passou a falar e até hoje eu sempre me apresento, é 'Nice Tupinambá - jornalista indígena'. Eu tenho que trazer esse diploma pro meu nome pra poder me qualificar, para poder me autorizar a estar disputando esse espaço.

(Nice Tupinambá, comunicação pessoal, 2025)

Nice Tupinambá reforça que os estereótipos e adjetivações pejorativas eram frequentemente associadas à sua identidade enquanto indígena mulher.

Sempre me apresentava como jornalista porque justamente eu precisava trazer algum tipo de credibilidade pro meu perfil, para que as pessoas se interessassem em votar em mim. Era para as pessoas verem que eu tinha qualidade, que eu tinha potencial, ou melhor, a palavra correta: capacidade. Quando eu falava que era jornalista, as pessoas viam que eu tinha capacidade para ocupar um cargo público, para estar disputando um espaço. Só ser indígena não era suficiente, pelo contrário. Ser indígena não me gabaritava para ocupar um cargo público. O que está enraizado na sociedade, de maneira muito forte ainda, é que o indígena é incapaz, burro, que não sabe se comunicar, não sabe falar.

Nice Tupinambá, comunicação pessoal, 2025

A candidata divulga por diversas publicações a atuação no Instituto Nossa Voz, instituto socioambiental, indígena e étnico social que atua desde 2020, com sede no bairro do

Guamá, em Belém do Pará. A organização não governamental (ONG) atua sobretudo nos municípios de Redenção, Capitão Poço, Santarém, Cametá, Paragominas, Ananindeua, Belém e Altamira.

Em relação às temáticas ambientais de campanha, Nice sinaliza o diferencial da abordagem que fez em 2022 e acrescenta que observou um entendimento diferente de grande parte da população quando os assuntos eram questões climáticas e meio ambiente. Nesse sentido, a solidão foi a definição de Nice sobre sua campanha, por ter uma visão holística da natureza.

“Essa solidão na política não era pelo fato de não ter outras candidaturas indígenas, era porque além de ser indígena e ser mulher, eu levanto uma bandeira que é a pauta ambiental, que é uma pauta muito estranha à sociedade. As pessoas quando acordam procuram saúde de qualidade, asfalto na rua, alimentação na mesa, um emprego, elas procuram um bem essencial no qual a questão ambiental não estaria diretamente inserida, as pessoas não fazem a relação direta que respirar o ar e tomar uma água não poluída são bens essenciais, não é a primeira pauta ambiental delas.

Eu acho que essa pauta ambiental não é o que elege ou deixa de eleger um candidato no Brasil. Toda a campanha de Jair Bolsonaro foi contra a questão ambiental. Ele falava abertamente que ia acabar com a FUNAI, com o IBAMA, com as leis de proteção ambiental, e mesmo assim ele foi eleito antes. Ele foi eleito por pessoas que têm planta em casa, pessoas que supostamente não jogam lixo na rua, mas estas mesmas pessoas votaram no Bolsonaro. O que é que faz essa pessoa votar no Bolsonaro? Porque ela não correlaciona as coisas? É meio confuso. Não adianta só cobrar do poder público que não alague a rua, é preciso associar isso às mudanças climáticas, às ações da sociedade em geral.”

(Nice Tupinambá, comunicação pessoal, 2025)

Nice afirma que não teve um planejamento mais específico de campanha. Ela mesma, em 2022, por seus conhecimentos em marketing e comunicação, testava algumas estratégias e em vários momentos atuava na produção de conteúdo para seu site e perfil no Instagram e Twitter.

Figura 23 - Inauguração do Instituto Nossa Voz, no bairro do Guamá, em Belém



Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/Cb5E17CgVoo/>

Extraímos conteúdos ligados aos seus destaques políticos em seu perfil no Instagram, que incluíram intensa agenda tanto no interior do Estado, quanto na capital, muitas vezes marcadas pela atuação de Nice como jornalista e fundadora do Instituto Nossa Voz²⁷, instituto socioambiental, que atua na Amazônia brasileira.

Em seu instagram, diversas publicações de agenda como secretária geral do PSOL Belém e enquanto mãe, com publicações de foro mais íntimo ligadas à maternidade, que decidimos não contabilizar especificamente nesta investigação, priorizando as de cunho político-partidário.

²⁷ <https://www.instagram.com/institutonossavoz/>

Figura 24 - Nice Tupinambá na Mesa de abertura do primeiro encontro dos saberes dos povos Tembé, Ka'a'po e Amanaye na Terra indígena Alto Rio Gurupi em Paragominas



Fonte: Instagram. https://www.instagram.com/p/CctS3v-uvhw/?img_index=3

Entre suas articulações identificamos apoio de representantes do povo Tembé, Hexkaryana, Tikuna, Baré, Tupinambá, Guajajara, Kumaruara, Wai Wai, entre outros. Estas agendas foram importantes na legitimação étnica da candidatura de Nice Tupinambá e de sua compreensão enquanto indígena em contexto urbano.

Nice participou também do primeiro seminário das pré-candidaturas indígenas do PSOL em São Paulo. O evento de pré-candidatura de Nice Tupinambá em Belém está registrado em seu perfil no Instagram com convite no dia 21 de junho, para cerimônia em 25 de junho de 2022 (data de distribuição de seu material físico de campanha). No conteúdo, diversos apoiadores ligados ao PSOL, incluindo o presidente nacional do partido, Juliano Medeiros.

Figura 25 - Convite para evento de Pré-candidatura à Deputada Federal pelo PSOL



Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/CfECzgzKyV/>

Entre os destaques de seu perfil, a publicação no Instagram em fundo verde, com foto de Lula e Nice Tupinambá e propostas de campanha em textos curtos, com as sete principais frentes. Slogans como “A guerreira da Amazônia”, “A Federal da Amazônia”, além de hashtags como #NiceTupinamba, #AGuerreiraVemAí, #AGuerreiraDaAmazonia, #FederaldaAmazonia, #Tupinamba5015 eram regularmente utilizadas nas publicações, ampliando engajamento e agregando personalização das postagens.

Figura 26 - Propostas de campanha da candidata Nice Tupinambá



Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/CiSS-atO--q/>

Entre as propostas articuladas na campanha da candidata, em publicação de 9 de setembro de 2022, destacamos uma ampliação das pautas ambientais a outros ramos de atuação, que incluía profissionais de comunicação e outras pautas para além das estritamente indígenas:

- Trabalhar pela regulamentação dos profissionais de aparelhagem, DJs, técnicos de som, montagem, luz e apoio aos movimentos culturais;
- Lutar contra o garimpo ilegal, Marco Temporal pela garantia dos direitos indígenas nas cidades e territórios;
- Criar projetos de leis que impulsionem o empreendedorismo de mulheres e jovens com apoio de crédito e qualificação;
- Perdão da dívida do Fies;
- Lutar pelo projeto de lei 5228/2019 que trata de incentivos fiscais para contratação de jovens sem experiência;
- Criar o projeto que concede benefícios tributários a empresas que contratem mães; lutar por concurso público nas instituições de proteção ambiental.

Outra publicação de destaque no início de setembro (dia 09), aponta para a vitória judicial de Nice, contra “o racismo, a violência de gênero e o jogo sujo das FakeNews”. O PSOL havia conseguido no Tribunal Regional Eleitoral (TER), três liminares obrigando o jornalista Olavo Figueira Dutra²⁸ a retirar do ar várias publicações criminosas contra Nice, com conteúdos racistas, machistas e falsos que atingiam a candidata em sua identidade, ao chamá-la de “Índia fake” e a insistir que representações indígenas não reconheceriam a candidatura de Nice como pertencente ao movimento indígena.

Figura 27 - Anúncio de vitória judicial contra o jornalista Olavo Dutra, que a acusou de “Fake Índia”

nicetupinamba Áudio original

nicetupinamba Racistas não passarão !

O TRE, concedeu três liminares obrigando o senhor Olavo Dutra a retirar do ar várias publicações criminosas contra mim, são conteúdos racistas, machistas e falsos que atingem minha identidade originária e minha condição de mulher.

Ao me chamar de “Índia faket” este senhor cometeu crime de injúria racial.

Pergunto: será que faria o mesmo diante de um candidato homem e branco?

Eu sou jornalista e tenho compromisso ético com a verdade que exige minha profissão, o que esse senhor faz não é jornalismo.

Curtido por mariovalmont e outras 572 pessoas
9 de setembro de 2022

Adicione um comentário... Publicar

[Acesse o site da Justiça Eleitoral para encontrar informações oficiais sobre as eleições de 2022.](https://www.justicaeleitoral.br/)

Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/CiTiEcxA2jm/>

No vídeo, Nice reitera o que ponderamos sobre pactos da branquitude, potencializados em ambientes de disputa eleitoral, e no contexto específico da candidata estar em território urbano, e contrastar com a visão colonial de que indígenas só seriam “indígenas de verdade”

²⁸ O jornalista responde por diversos processos a partir de notícias veiculadas em seu portal pessoal, no endereço <https://www.portalolavodutra.com.br/>

se habitassem aldeias. A violência é ainda potencializada pelo fato de se tratar de uma candidata mulher.

Ao me chamar de “Índia fake” este senhor cometeu crime de injúria racial.

Pergunto: será que faria o mesmo diante de um candidato homem e branco?

Eu sou jornalista e tenho compromisso ético com a verdade que exige minha profissão, o que esse senhor faz não é jornalismo. Não é liberdade de expressão.

É uma atitude criminoso.

Nice Tupinambá em seu perfil no Instagram. Setembro de 2022

Na continuidade da análise de seu perfil, há convites públicos diversos de interação, encontros coletivos, como comícios, carreatas, caminhadas e convites para assistir o debate em seu comitê. Esta postura contrasta com o clima de insegurança e ameaça a corpos indígenas em outros contextos, apontando para uma estratégia de abertura nas linhas de frente da campanha.

Figura 28 - Inauguração do Comitê de Campanha de Nice Tupinambá



Fonte: Instagram <https://www.instagram.com/p/ChuguqPuCBa/>

Encontros com grupos especiais, diversas carreatas, caminhadas, aluguel de ônibus para ir ao comício de Lula - então candidato à presidência -, um número de telefone pelo qual

os eleitores poderiam ligar e solicitar a entrega de seus materiais de campanha (como adesivos, cartazes e panfletos) e recebê-los em casa, além da possibilidade de adesivar carros com seu material de campanha e obter bandeiras com o rosto e número da candidata foram identificados a partir de suas publicações no Instagram.

Figura 29 - Anúncio do serviço de entrega (delivery) do material de campanha de Nice Tupinambá



Fonte: Instagram <https://www.instagram.com/p/CiCz4KVOfZ8/>

É possível perceber a candidata em diálogo aberto e direto nas periferias da cidade de Belém, como Terra Firme e Jurunas. A linguagem é acessível e informal, como os convites para seus eleitores assistirem o programa gratuito na TV e Rádio locais. “O bonde da Federal da Amazônia tá no Rádio e na TV”, anunciava em uma das postagens.

Figura 30 - Ônibus para levar eleitores de Nice Tupinambá ao comício de Lula em Belém



Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/Ch95TE6udwb/>

Como candidata, considerou importante a atuação na área metropolitana e o trabalho para divulgação e obtenção de votos de não-indígenas. Foram também frequentes os reforços sobre sua habilidade para trabalhar em várias frentes, não apenas as de temática indígena. O uso ou não do cocar era outra questão relevante: no povo Tupinambá, só usam cocar quando se sentem plenos ou em ocasiões especiais, havia também a preocupação de Nice em não reforçar estereótipos para que ela tivesse respeito enquanto indígena mulher.

‘Mas como tu provas que és indígena?’, me perguntavam, principalmente em Belém. Começou a ter um apelo para utilizar o cocar. Vinham tirar selfie comigo, para levar pra casa uma foto com a ‘índia de cocar’.

Nice Tupinambá, comunicação pessoal, 2025.

Nice afirma que buscou usar este preconceito de uma forma didática, e que foram constantes também os apelos para o uso do cocar como diferencial de campanha, para que a identificassem na foto da urna. Quando questionada pela procedência do adereço, ela explicou que a confecção utiliza penas de arara, que o cocar foi feito por um artesão Pataxó, da Bahia. Foi feito dentro de um ritual, direcionado, confeccionado especialmente para Nice.

Apesar de ser diferente do modelo de cocar que o povo Tupinambá utiliza, Nice diz sentir a força ancestral e simbólica em seu uso.

Demorei muito pra usar um cocar. Meu primeiro cocar foi produzido na aldeia por um pajé Wai-Wai, que dizia ‘manda para aquela menina da política de Belém’. Então tem uma relação espiritual, de pertencimento. Quando não me sinto bem, não uso. Quando tento botar contra minha vontade, ele mesmo não cai bem, fica torto, começa a cair.

Nice Tupinambá, comunicação pessoal, 2025

Outro ponto é a falta de compreensão da sociedade em geral da relação simbólica com o cocar e outras tradições indígenas. Nice também relata que muitas vezes, em tom festivo, pediam para que ela emprestasse o cocar, para uma foto com o eleitor ou eleitora usando seu adereço, mas nesse ponto a candidata já considerava um comportamento extremo e assertivamente se negava a colaborar “Aí eu já preferia negar e perder o voto, porque considerava pedir demais, e não emprestava mesmo”.

Figura 31 - Repost de publicação do perfil ParlaÍndio, que inclui o nome de Nice Tupinambá

PARLAMENTO INDÍGENA NAS ELEIÇÕES

CANDIDATOS DO PARLAÍNDIO BRASIL

Deputado Federal
 Almir Suruí - PDT/RO
 Daniel Munduruku - PDT /SP
 Francisco Pyãnko Ashaninka - PSD/AC
 Genilda Tapixi Kaingang - PROS/PR
 Ivan Kaingang - PT/PR
 Kerexu Yxapyry Mbyá Guarani - PSOL/SC
 Lúcio Xavante - PDT / MT

Nice Tupinambá - Psol/PA

Ninawa Huni kui - Rede/AC
 MaiaI Paikan - Rede/PA
 Vanda Witoto - Rede/AM

Deputado Estadual
 Aruã Pataxó - PCdóB/BA
 Chirley Pankará - Psol/SP
 Décio Huni kui - União Brasil/AC
 Erlis Karipunas - PSC/ AP
 Isaac Piyãko Ashaninka - PSD/AC
 Kretã Kaingang - Rede/PR
 Marcos Apurinã - PSC/AM
 Tereza Arapium - REDE /RJ

ParlaÍndioBrasil

FEDERAL DA AMAZONIA
 Nice Tupinambá 5015 DEPUTADA FEDERAL FEDERAL DA AMAZONIA
 PSOL

nicetupinamba

nicetupinamba Estamos na construção do parlamento indígena do Brasil

O ParlaÍndio Brasil é uma das organizações nacionais que tem articulado e orientado candidaturas indígenas por todo o País. Parte da autorização dos povos indígenas com objetivo de ecoar a voz e dar visibilidade às políticas representativas dos povos originários do Brasil.

A criação de uma assembleia permanente de lideranças com pauta centrada na defesa dos direitos constitucionais indígenas, na preservação da natureza e na construção coletiva de políticas públicas objetivou a iniciativa.

#NiceTupinamba #BancadaDoCocar #Brasil #Eleicoes

Editado · 128 sem Ver tradução

claudiakahwage Parabens por esrar fazendo historia da afirmacao da identidade indigena numa eleica. neste vasto

Curtido por mariovalmont e outras 152 pessoas

6 de setembro de 2022

Adicione um comentário... Publicar

Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/CiLhr900Pkh/>

Em relação ao auxílio da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Nice afirma que perdeu um prazo de envio de informações e acabou não recebendo suporte, mas foi apoiada por outras frentes do movimento indígena, como a Coordenação das Organizações

Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab²⁹) e o Parlaíndio³⁰, organização que ecoa a voz e visibilidade política às lideranças indígenas tradicionais representativas dos povos originários do Brasil, por meio da criação de uma assembleia permanente de lideranças com pauta centrada na defesa dos direitos constitucionais indígenas, na preservação da mãe natureza e na construção coletiva e encaminhamento de políticas públicas destinadas a todos os povos indígenas do país.

A candidata fez parte do grupo de WhatsApp da APIB, com candidatas e candidatos indígenas do todo Brasil, e reiterou que apesar de ter a possibilidade de um contador e advogado oferecidos pela Articulação, o PSOL local dispunha de profissionais que atendessem às suas especificidades de campanha, e ela optou por contar com a ajuda deles, de forma mais autônoma em sua campanha.

Figura 32- Agenda no Jardim Sevilha, entre populares do bairro Parque Verde, Belém



Fonte: Instagram. https://www.instagram.com/p/Ci0aiXCuKpm/?img_index=1

Sobre custos de campanha, Nice relembra algumas alternativas para adequar as leis eleitorais à realidade paraense. Um dos exemplos foi que é possível alugar um carro e ir declarando o valor da gasolina, sem grandes problemas para a prestação de contas. No

²⁹Ver mais em: <https://coiab.org.br/>

³⁰Ver mais em: <https://www.parlaindiobrasil.com.br/> e <https://www.parlaindiobrasil.com.br/candidaturas-indigenas-2022>

entanto, esta alternativa não cabe para embarcações ou aviões, pois seria inviável o aluguel destes meios de transporte, fato que deve ser melhor analisado nas especificidades de campanha política no território paraense.

O estado do Pará possui uma extensão territorial de 1.247.954,666 km², pouco menor que o Peru e também a 13^a maior entidade subnacional do mundo. Para além dos custos de transporte e hospedagem demandados em uma campanha, há a realidade de violência local contra defensores do meio ambiente ou populações tradicionais de um modo geral. Ela afirma que não foi a municípios como Tomé Açu, Cachoeira do Arari e Novo Repartimento, pois ela teria ameaças de morte declaradas nestes locais, devido seu trabalho de denúncia, como jornalista. A Comissão de Direitos Humanos da Alepa recomendou não ir.

Os “haters” nas redes sociais também são outro ponto negativo bem presente. Diversos comentários a respeito de seu pertencimento étnico - com ou sem ligação política direta-, sua aparência, seus posicionamentos e seu apoio a Lula sempre estavam presentes nas postagens de seu perfil no Instagram.

Entre os desrespeitos menos grosseiros, mas frequentes, os interrompimentos. “O interrompimento da fala parece que é natural para as pessoas. Ou se dirigir para falar comigo através de outra pessoa, como se eu não fosse capaz de falar por mim”, afirma.

Toques indesejados e olhares incômodos também são listados nas micro violências vividas durante a campanha.

“Há a sexualização do nosso corpo, eu usava roupas cobrindo ao máximo meu corpo, apesar do calor de nossa cidade. Sempre tinha piadas sem graça, do tipo ‘mulher indígena é tudo isso que falam mesmo’, ou ‘vou votar em ti porque tu é muito bonita’, assim como mais invasivos, como ‘tu és uma candidatura jovem, tu te vestes igual uma velha’, por eu preferir cobrir mais meu corpo durante as agendas”.

(Nice Tupinambá, comunicação pessoal, 2025)

Nice contou com uma equipe de comunicação, que no auge da campanha chegou a ter sete pessoas, entre jornalistas, publicitários, social media e estagiários.

Importante destacar que nossa campanha foi toda mobile, toda feita de celular o que nos garantiu bastante volume de conteúdo devido a edição rápida e on-line. Também tivemos uma grande adesão na campanha, muitos voluntários que produziram conteúdos e ajudaram na campanha. A minha candidatura abriu um canal e uma provocação na cabeça de cada parente sobre a importância da gente também disputar também o parlamento, apesar de essa não ser nossa forma de auto-organização, de debate político. Mas hoje, cada vez mais, os parentes vêm tendo a compreensão da importância que tem mais gente ocupar esses espaços. Então a minha candidatura foi sim uma provocação a isso, passou essa mensagem. E sim, eu penso que cada vez mais a pauta indígena vem sendo cada vez mais compreendida pelo não indígena. Isso foi fundamental porque na campanha eleitoral, pudemos discutir isso e mostrar que mesmo dentro da nossa diversidade, da nossa forma diferenciada de fazer

política, é possível encontrar consenso e construir processos coletivos que deem sustentação para sociedade.

Creio que minha candidatura influenciou outras candidaturas, cada vez mais essa questão do parlamento vem sendo compreendida e o povo indígena vem trazendo pro centro do debate a importância de participar.

(Nice Tupinambá, comunicação pessoal, 2025)

Sobre um mecanismo específico de eleição de indígenas com cadeiras reservadas no Parlamento, Nice acrescenta:

A criação de um parlamento indígena seria algo muito inovador e diferenciado, porque a política institucional do Brasil está muito defasada, desacreditada, a forma como se elege no Brasil não é nada democrática, é uma máscara de democracia. Ela é marcada por compra de votos, o povo está desacreditado da política, e nós povos indígenas mais ainda. Se criar um mecanismo, um organismo, em que a gente possa ser consultado, sobre a política que a gente quer pro nosso território, para nossas vidas, seguir um Parlamento indígena seria inovador, e futurista, como diria Ailton Krenak.

(Nice Tupinambá, comunicação pessoal, 2025)

No total de recursos recebidos, incluindo doações, Nice contabilizou R\$138.671,46, enquanto Maial Kaiapó, R\$452.915,00, valores considerados baixos proporcionalmente e levando em consideração aos recursos de estrutura necessários para deslocamento em um estado que se situa como a segunda maior extensão territorial do país.

5.3 Levantamento das Primeiras Candidaturas de Deputadas Federais Indígenas do Estado do Pará - Trajetória das Candidatas

A votação de representantes de povos originários bateu ao menos dois recordes em 2022. Pela primeira vez na história do Brasil, duas mulheres ligadas diretamente ao movimento indígena de base entraram, de uma só vez, na Câmara dos Deputados: Sônia Guajajara e Célia Xakriabá - ambas do PSOL.

No Pará, entretanto, as duas primeiras candidatas indígenas à deputada federal não obtiveram votos suficientes para serem eleitas. **Maial Kaiapó obteve 6.639 votos**, enquanto que **Nice Tupinambá recebeu 9.387 votos**. Nem Vivi Reis, candidata não-indígena e aposta do partido, conseguiu se eleger, mesmo tendo 53.353 votos, devido à matemática do processo eleitoral.

Em ambas candidaturas de deputadas indígenas, o questionamento sobre uma investida em âmbito estadual e não federal era posta em discussão, mostrando a falta de entendimento sobre as pautas que são votadas e decididas majoritariamente em âmbito federal, como a fiscalização mais próxima ao presidente da República, elaboração de projetos de lei, ordinárias e complementares, decretos legislativos, resoluções e emendas constitucionais. Vale

ressaltar que também é de atribuição dos deputados federais analisar medidas provisórias do Poder Executivo e a criação de CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito).

No total, 513 parlamentares são eleitos para o mandato na Câmara dos Deputados. Os eleitos em 2022, atuarão no período de fevereiro de 2023 a dezembro de 2026.

O Pará ocupa 17 cadeiras na Câmara dos Deputados. O candidato eleito com menos votos em 2022, foi Raimundo Santos (PSD), com 62.366 votos. PSOL e Rede não conseguiram eleger nenhum representante a deputado federal em 2022.

Como previamente mencionando, no ano em questão, o Pará elegeu 9 candidatos de centro, 6 de direita e 2 de esquerda. São 5 mulheres eleitas (2 brancas, 2 pardas e 1 preta, de esquerda) e 12 homens (7 brancos e 5 pardos).

Vale destacar que na matemática eleitoral, o número de deputados eleitos em cada estado é dividido de forma proporcional ao tamanho da população de cada localidade, obedecendo aos limites de no máximo 70 e no mínimo 8 cadeiras para a Câmara Federal.

O cálculo é feito por sistema proporcional a partir do conjunto de votos nos partidos e federações. Para compreender o quociente eleitoral e o quociente partidário, é preciso compreender que o primeiro é calculado a partir da divisão do total de votos válidos pelo total de vagas determinadas para cada estado. Nesta conta não são levados em consideração votos brancos ou nulos.

O quociente partidário define quantas cadeiras cada partido terá direito na representação do estado na Câmara. Ele é calculado a partir do número de votos recebidos pelo partido na localidade dividido pelo quociente eleitoral. Para a definição das vagas, são descontadas as frações.

Para ser efetivamente eleito deputado federal, no entanto, o candidato ainda precisa observar outro número: a cláusula de barreira. Esta regra determina que cada candidato precisa receber, individualmente, 10% do quociente eleitoral de seu estado.

Se o partido não tiver candidatos que conseguirem superar a cláusula de barreira para ocupar as cadeiras de direito da legenda, as vagas que sobrarem ficam disponíveis para todos os partidos.³¹

31

<https://www.tre-sp.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Fevereiro/entenda-o-calculo-para-determinar-qualis-vereadores-e-deputados-sao-eleitos>

5.4 Perfil das candidatas no Instagram

Em um contexto onde a internet se tornou a principal arena de comunicação política em diversos países, optamos por observar com atenção especial o perfil das duas candidatas indígenas paraenses no período compreendido como pré-campanha e durante a campanha eleitoral oficializada, que situamos como 1º de setembro a 1º de outubro de 2022. Nossa escolha se baseia na utilização desta rede como plataforma comum às candidatas, e, para além da definição de um corpus estático, mostrou uma estratégia de comunicação das agendas de campanha, de estratégias de visibilidade, de legitimação, de interação, de persuasão e de institucionalização (Jones Machado e Raquel Ronsoni, 2023) que buscamos compreender e complementar com entrevistas, observações de campo e fontes outras de análise.

Machado e Ronsoni (2023) apresentam como propostas cinco chaves analíticas de estratégias de visibilidade eleitoral utilizadas no Instagram, não necessariamente excludentes entre si (algumas publicações podem apresentar mais de uma categoria entre as apresentadas). Na sistematização dos autores, as estratégias podem ser divididas da seguinte maneira:

1. **Estratégias de persuasão:** Utilizam a imagem de especialistas/pessoas famosas com credibilidade e apelo emocional para validação das candidaturas e de temas importantes.
2. **Estratégias de visibilidade:** buscam majoritariamente ressaltar ações e pautas de interesse do candidato, seja através “da divulgação da agenda, realizações ou informações em geral a respeito da campanha”; **Aqui incluímos matérias relacionadas às pautas e repostadas/comentadas pelas candidatas.**
3. **Estratégias de legitimação:** Almejam credibilidade e reconhecimento perante o eleitorado em entrevistas e debates, como forma de transparência e disputa por espaço;
4. **Estratégias de interação:** buscam a comunicação horizontal e de mão dupla, para gerar interação, diálogo e engajamento nas mídias digitais, seja através de perguntas, enquetes, memes, lives, etc.;
5. **Estratégia de institucionalização:** Consiste no compartilhamento de manchetes positivas a respeito do candidato. Na opinião dos autores, a imprensa é uma instituição e o que é veiculado por ela tem credibilidade para a sociedade, e contribui para a institucionalização dos valores da campanha (Machado e Ronsoni ,2023, p. 10).

Sem a intenção de uma análise comparativa entre as duas indígenas mulheres, pois apesar de alguns pontos em comum, possuem universos e realidades diferentes entre si, levantamos procedimentalmente, cronologicamente e quantitativamente, as postagens de cada candidata no período especificado (1º de setembro a 1º de outubro), excluindo desta numeração as “selfies” sem ligação direta com a atuação político-partidária e imagens que possam publicizar crianças. Também buscamos adequar os conceitos elencados às peculiaridades identitárias das candidatas.

O levantamento geral quantitativo das postagens de pré-campanha até o período eleitoral revelou os seguintes resultados: Percebemos que em número de postagens, a candidata Nice Tupinambá publicava mais conteúdos, muitas vezes com várias postagens no mesmo dia. Em meses como maio e junho, chegava a ser mais que o dobro de publicações quando comparada com Maial Kaiapó. No mês de agosto, quando as campanhas foram oficializadas, o número de publicações de Nice chega a ser três vezes maior

Figura 33 - Número de publicações na coleta de dados das candidatas de Nice Tupinambá e de Maial Kaiapó relacionadas à política eleitoral em seus perfis no Instagram

NÚMERO DE PUBLICAÇÕES RELACIONADAS À POLÍTICA ELEITORAL NO INSTAGRAM

MÊS	NICE TUPINAMBA	MAIAL KAIAPÓ
MARÇO 2022	38	32
ABRIL 2022	54	36
MAIO 2022	79	24
JUNHO 2022	66	30
JULHO 2022	59	20
AGOSTO 2022	89	29
SETEMBRO 2022	113	55
OUTUBRO 2022	23	2

PERÍODO: MARÇO A 2 DE OUTUBRO DE 2022

Fonte: Instagram <https://www.instagram.com/maialpaiakan/> e <https://www.instagram.com/nicetupinamba>

Elaboração da própria autora.

Selecionamos após esta primeira coleta, para uma análise mais fundamentada e aprofundada, o recorte de tempo da campanha eleitoral oficial, compreendido como 1º de setembro a 1º de outubro, gerando os seguintes resultados quantitativos, com a candidata Nice Tupinambá apostando em um número bem maior de publicações, fato que atribuímos a uma equipe de campanha maior, fato que entenderemos melhor mais à frente.

Figura 34 - Número de publicações na coleta de dados das candidatas Nice Tupinambá e Maial Kaiapó relacionadas à política eleitoral em seus perfis no Instagram (1º de setembro a 1º de março de 2022)

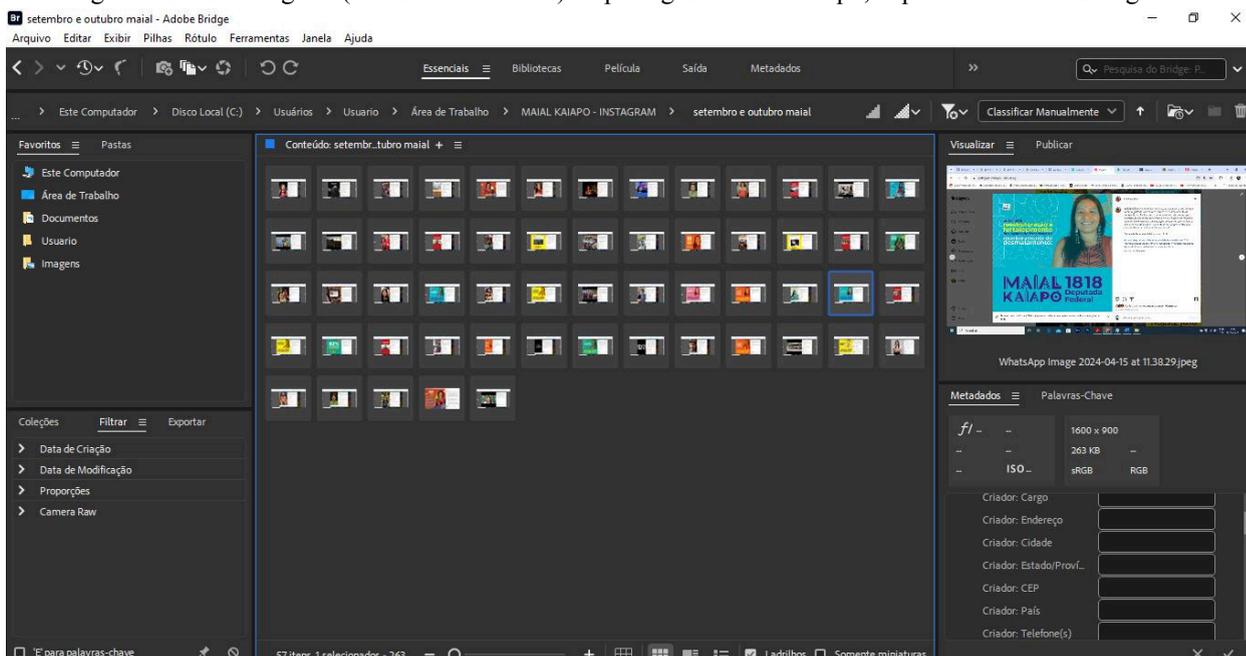


Fonte: Instagram <https://www.instagram.com/maialpaiakan/> e <https://www.instagram.com/nicetupinamba>

Elaboração da própria autora.

Após a primeira análise quantitativa, decidimos por procedimentalmente selecionarmos as publicações do período oficial eleitoral (setembro e outubro), que foram listadas e classificadas por data e tipo (vídeo, fotografia, carrossel de fotos, arte gráfica com foto, prints), com descrição (breve análise do conteúdo) e identificação de estratégia (persuasão, visibilidade, legitimação, interação e institucionalização). Também organizamos um painel geral de visualização das publicações a partir do programa Adobe Bridge, que permite gerenciar, visualizar, editar, organizar e publicar ativos criativos, ou editá-los em massa, adicionando legendas e classificações.

Figura 35 - Painel geral (setembro e outubro) de postagens Maia Kaiapo, a partir do Adobe Bridge



Fonte: Instagram <https://www.instagram.com/maialpaiakan/>

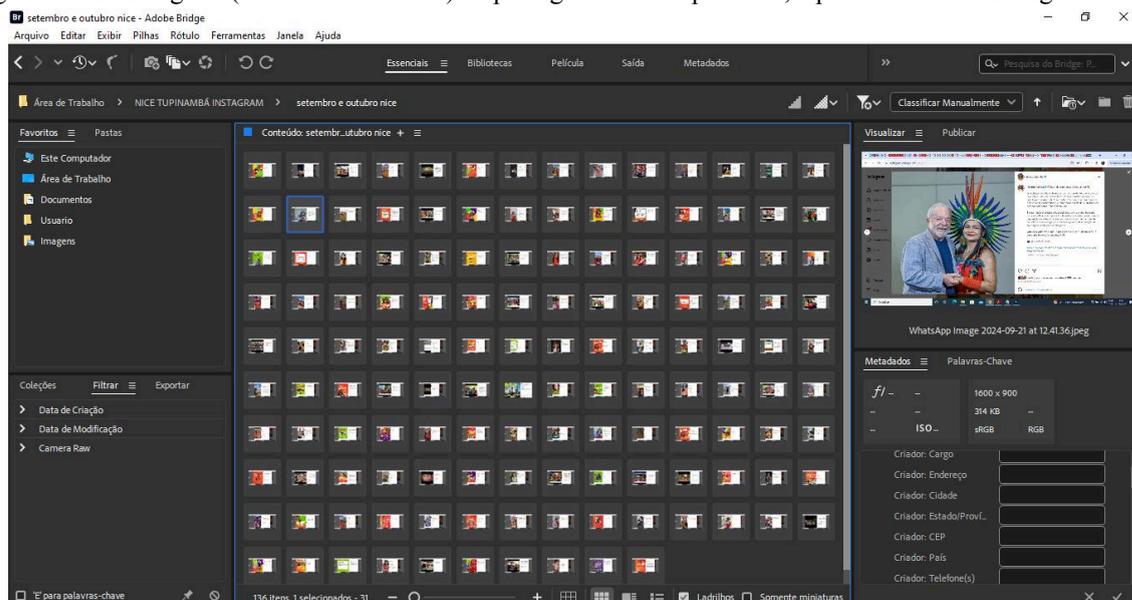
Disponível no link:

https://drive.google.com/drive/folders/13tC7YCSrnW3F6PlykB-o8NCNM-ro_EAc?usp=sharing

Elaboração da própria autora.

O programa Adobe Bridge também permite gerenciar arquivos de imagem, layout de página, PDF e mídia dinâmica. Em nosso caso, criamos etiquetas por cor, para classificação da postagem segundo estratégia e, posteriormente, das mídias utilizadas. Havia uma cor específica para a catalogação e classificação da publicação e o programa permitia reunir apenas as amarelas, ou verdes, ou azuis, por exemplo, possibilitando que fizéssemos a contagem específica da quantidade de publicações de cada filtro.

Figura 36 - Painel geral (setembro e outubro) de postagens Nice Tupinambá, a partir do Adobe Bridge



Fonte: <https://www.instagram.com/nicetupinamba>

Disponível no link:

https://drive.google.com/drive/folders/13tC7YCSrnW3F6PlykB-o8NCNM-ro_EAc?usp=sharing

Elaboração da própria autora.

Uma quantificação geral, após levantamento e análise deste primeiro corpus, aponta que a estratégia que delineou majoritariamente ambas as campanhas foi a **estratégia de visibilidade**, que busca majoritariamente ressaltar ações e pautas de interesse do candidato, seja através “da divulgação da agenda, realizações ou informações em geral a respeito da campanha”; Aqui incluímos matérias relacionadas às pautas de suas campanhas e repostadas/comentadas pelas candidatas. Ademais, também mostrou que é possível adaptar a linguagem utilizada para dialogar com indígenas e não indígenas, mas outros filtros de análise se mostraram importantes, como as publicações que mesclavam estratégias de interação e visibilidade.

Figura 37 - Síntese da classificação de estratégia de postagens de Maial Kaiapó

<https://www.instagram.com/maialpaiakan/>

Síntese da classificação de publicações por estratégia
Maial Kaiapo - 1º de setembro a 1º de outubro 2022

Estratégia	Quantidade
Persuasão	9
Visibilidade	39
Legitimação	1
Interação	1
Institucionalização	1
Mista: Visibilidade e Persuasão	6
TOTAL	57



Fonte: Instagram.
Elaboração da própria autora

Nesta etapa, para classificação das publicações, analisamos as legendas, as imagens e textos das publicações, bem como as mensagens e apelo ao apoio de outras pessoas (candidatos, populares, celebridades) no caso de vídeos, com mensagens que foram transcritas e analisadas à parte, que apresentamos na seção “Resultados da Coleta e observações”. No recorte de período, elencamos e classificamos no perfil de Maial: 9 publicações com estratégias de persuasão, 39 de visibilidade, 1 de legitimação, 1 de interação, 1 de institucionalização e 6 mistas, que mesclavam visibilidade e persuasão.

Entre as publicações de persuasão, as manifestações de apoio de figuras do cenário nacional e local, com ligação direta ou não ao movimento indígena, algumas vezes a aproveitando a presença destas pessoas em pautas de campanha (por isso elencamos como mistas entre visibilidade e persuasão) e em outros momentos apenas persuasão com envio de vídeos gravados à distância e disponibilizados no perfil.

Figura 38 - Síntese da classificação de estratégias de postagens de Nice Tupinambá

<https://www.instagram.com/nicetupinamba>

Síntese da classificação de publicações por estratégia
Nice Tupinambá - 1º de setembro a 1º de outubro 2022



Estratégia	Quantidade
Persuasão	7
Visibilidade	84
Legitimação	0
Interação	9
Institucionalização	2
Mista: Visibilidade e Persuasão	9
Mista: Visibilidade e Interação	12
TOTAL	123

Fonte: Instagram.
Elaboração da própria autora.

Na classificação de publicações de Nice Tupinambá, elencamos e classificamos 7 publicações com estratégias de persuasão, 84 de visibilidade, 9 de interação, 2 de institucionalização, 9 mistas, que mesclavam visibilidade e persuasão e 12 que mesclavam interação e persuasão.

No recorte analisado, não identificamos estratégia de legitimação, com entrevistas cedidas pela candidata (apenas em seu período de pré-campanha), e ressaltamos o forte apelo à localização e eventos coletivos promovidos por sua equipe, que garantiram também interação real em massa com a candidata, tanto na região metropolitana de Belém, quanto nas agendas do interior. Entre as publicações de persuasão, muitos registros durante as agendas, de populares, representantes locais e associações de esquerda política.

Em ambas as candidaturas, a estratégia de visibilidade ocupou cerca de 70% do espaço público da campanha no Instagram, trazendo destaque a pautas centrais à agenda de lutas do movimento indígena, como detalharemos mais a frente.

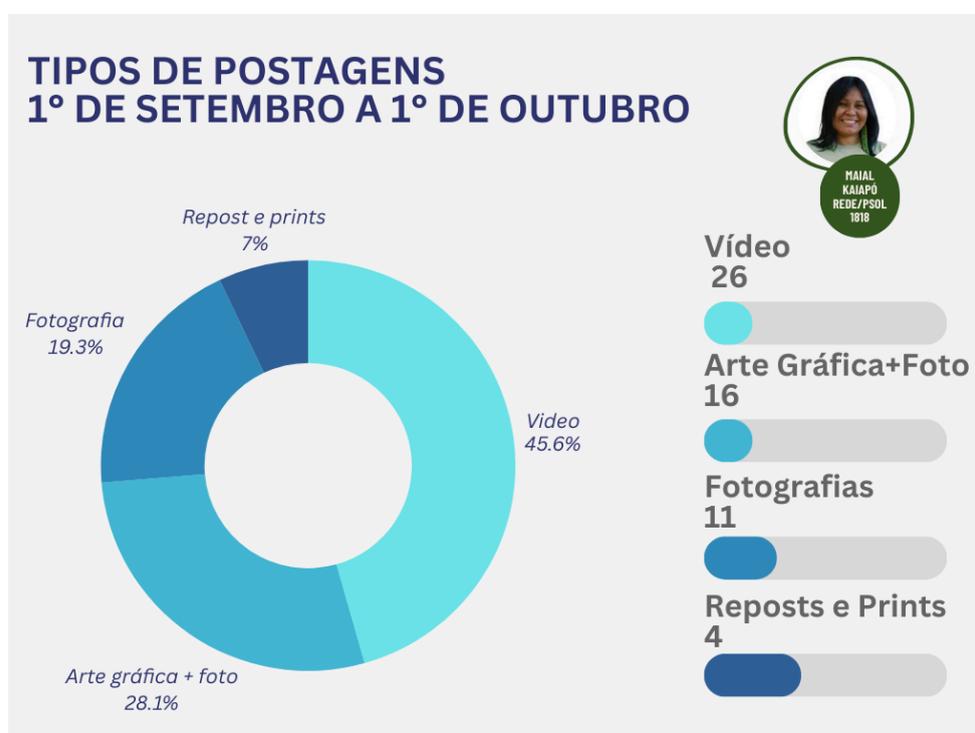
5.4.1 Classificação por tipo de mídia utilizada

O uso estratégico de fotos, vídeos, artes gráficas, emojis, avatares e outros elementos visuais no Instagram pode ser uma poderosa ferramenta de engajamento de eleitorado e

artifícios para uma comunicação eficaz. Além disso, a plataforma dá prioridade a alguns conteúdos em detrimento de outros a partir de algoritmos e o domínio destes procedimentos pode impulsionar organicamente ou não os conteúdos produzidos.

Em suas publicações de 1º de setembro a 1º de outubro, Maial Kaiapó priorizou a publicação de vídeos (45,6%), seguidos de artes gráficas com lettering e fotografias (28,1%) ou apenas lettering. As fotografias simplificadas (19,3%), sem interferências, também foram utilizadas, sobretudo para registros de agenda.

Figura 39 - Classificação de publicações no instagram por tipo de mídia utilizada - Maial Kaiapó



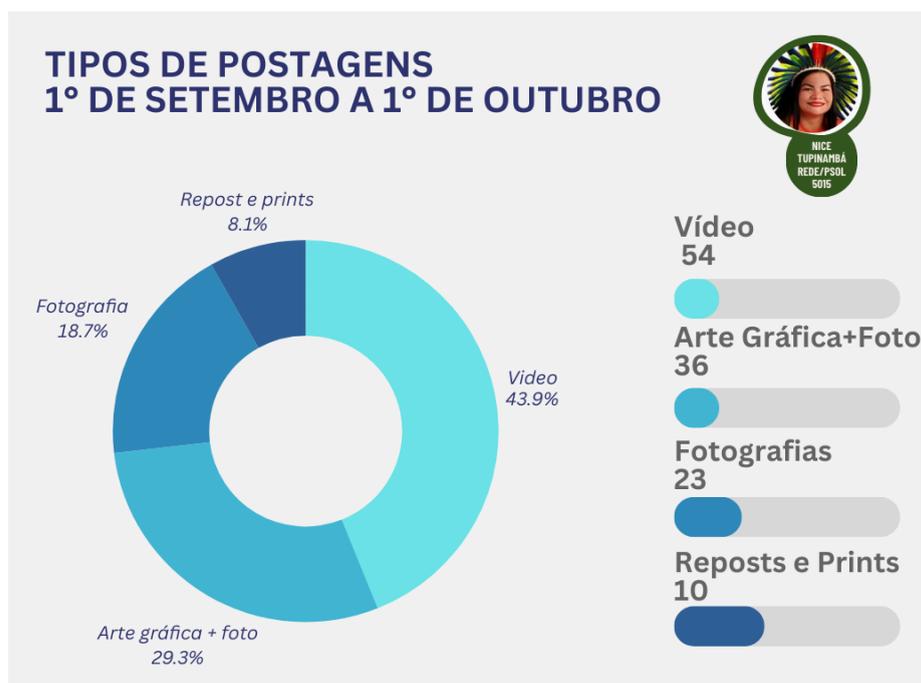
Fonte: Instagram. Elaboração própria da autora

As fotografias e vídeos desempenham um papel fundamental na construção da imagem de candidatas(os). Imagens bem produzidas e autênticas podem ajudar a transmitir valores, princípios e mensagens de forma visualmente atraente, além de despertar emoções, gerar empatia e estabelecer uma conexão mais pessoal com o eleitorado.

No caso específico de Maial, identificamos em seu material promocional oficial um forte apelo à ancestralidade e costumes dentro do território, em um reforço de sua candidatura ligada a coletividade do movimento indígena de base, com vínculo Kayapó, e forte apelo feminino, às lideranças femininas e figuras femininas familiares em sua trajetória. A pintura

corporal sempre bastante presente, bem como adereços indígenas, compunham sua imagem acompanhada do slogan objetivo “Luta por Nós”. Em registros de agenda, suas ideias e propostas eram apresentadas de uma forma mais dinâmica e envolvente, por meio de vídeos curtos e informativos.

Figura 40 - Classificação de publicações no instagram por tipo de mídia utilizada - Nice Tupinambá



Nice Tupinambá teve numericamente uma quantidade maior de postagens, também priorizando vídeos (43,9%) e artes gráficas com fotos (29,3%), em proporções similares à Maia. Observamos que a linguagem utilizada pela candidata era muitas vezes bem humorada e fazia uso das trends (tendências em massa) do período, adaptando ao conteúdo eleitoral. Foram poucas as fotografias publicadas sem o número e marca da candidata, mesmo em registros mais simples de campanha, o que demonstrou um certo rigor no estabelecimento de uma identidade visual. A candidata alternou o uso do cocar além de outros artefatos de identidade indígena.

Os vídeos eram bastante dinâmicos, com diversas imagens de Nice em pautas coletivas, onde eleitores e apoiadores utilizavam seu material oficial de campanha, o conteúdo mesclava pautas ambientais de proporção nacional às questões locais, seja de assuntos e

problemáticas urbanas de belém, seja de questões ligadas à realidade da vida no interior do estado. Além dos vídeos produzidos e editados por sua equipe de campanha, com imagens de Nice interagindo nas programações e reuniões de campanha, notamos também “videoselfies”, com a candidata falando diretamente em interação com os seguidores, com enquetes, ou perguntas e respostas, criando um canal de comunicação direta entre a candidata e seu público. Essa proximidade gera engajamento e auxilia na construção de uma relação de confiança entre ambas as partes.

5.4.2 Divulgação de candidaturas e contas eleitorais

Figura 41 - Divulgação de contas eleitorais Maia Kaiapó

The screenshot displays the TSE website interface for the disclosure of electoral accounts. The browser address bar shows the URL: divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/PA/2040602022/140001650322/2022/PA. The page title is "Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais" for the "Eleição Geral Federal 2022".

Profile Card:

- Photo of Maia Kaiapó with a "Não eleito" (Not elected) label.
- MAIAL KAIAPÓ**
- Deputado Federal - Pará/ BR
- Rede Sustentabilidade - REDE
- 47.553.259/0001-23
- 1818**
- Status: **Consta de uma** Situação Candidato
- Status: **Deferido** Situação Candidatura
- Status: **Deferido** Situação Partido/Federação/Colligação

Titular (Última Atualização: 23/05/2023 11:24):

- Nome Completo: MAIAL PAIAKAN KAIAPÓ
- Data de Nascimento: 29/04/1988
- Cor / Raça: Indígena
- Grau de Instrução: Superior Completo
- Nacionalidade / Naturalidade: Brasileira Nata / PA-Belém
- Candidato a reeleição: Não
- Federação: Federação PSOL REDE (PSOL/REDE)
- Composição da Colligação: Não se aplica
- Limite Legal de Gastos 1º Turno: **R\$ 3.176.572,53**

Menu: Eleições, Bens do Candidato, Certidão, Processos

Prestação de Contas (28/10/2022 última atualização):

Receitas	Despesas
R\$ 452.915,00 Total líquido de Recursos Recebidos	R\$ 3.176.572,53 Limite de gastos

Fonte: TSE.

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/PA/2040602022/140001650322/2022/PA>

Figura 42- Divulgação de contas eleitorais Maia Kaiapó (parte 2)



Fonte: TSE.

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/PA/2040602022/140001650322/2022/PA>

A candidata Maia Kaiapó apresentou um total líquido de R\$ 452.915,00, sendo 200 mil do fundo partidário, 240 mil de doações de pessoas físicas e 12.915,00 de financiamento coletivo.

Entre as concentrações de despesas, R\$226.900,00 foram de serviços prestados por terceiros, R\$100.000,00 foram para a Base Lab, que incluem orientação de Estratégia, Planejamento, Produção de Peças de Audiovisual para Campanha, Serviços de Interação e Treinamento. Em serviços impressos, registrou-se o custo de R\$82.600,00, entre cartazes, adesivos, panfletos e santinhos. Foram gastos R\$40.000 para serviços de contabilidade e R\$28.000 para outros meios de comunicação de campanha. De impulsionamento de campanha no Facebook, foram gastos R\$10.000,00. Outras quantias significativas ficaram a cargo de mobilizações de rua e pessoas responsáveis pela organização de campanha. A candidata não declarou bens iniciais à pré-campanha.

Figura 43 - Divulgação de contas eleitorais Nice Tupinambá

divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/PA/2040602022/140001650323/2022/PA

Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais Eleição Geral Federal 2022

NICE TUPINAMBÁ
Deputado Federal - Pará/ BR
Partido Socialismo E Liberdade - PSOL
47.551.697/0001-52
5015

Nome Completo: MARIA GRACIONICE BARBOSA GONÇALVES
Data de Nascimento: 20/07/1989 Gênero: Feminino
Cor / Raça: Indígena Estado Civil: Solteiro(a)
Grau de Instrução: Superior Completo Ocupação: Jornalista e Redator
Nacionalidade / Naturalidade: Brasileira Nata / PA-Cametá
Candidato a reeleição: Não
Federação: Federação PSOL REDE(PSOL/REDE)
Composição da Coligação: Não se aplica
Limite Legal de Gastos 1º Turno: **R\$ 3.176.572,53**

- Eleições
- Bens do Candidato
- Certidão
- Processos
- Sites do Candidato

Consta da urna ?
Situação Candidato

Deferido ?
Situação Candidatura

Deferido ?
Situação Partido/Federação/Coligação

Fonte: TSE.

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/PA/2040602022/140001650323/2022/PA>

Figura 44 - Divulgação de contas eleitorais Nice Tupinambá (Parte 2)

divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/PA/2040602022/140001650323/2022/PA

Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais Eleição Geral Federal 2022

Prestação de Contas 07/02/2023 última atualização

Receitas 050150600000PA4684038

Despesas

R\$ 138.671,46
Total líquido de Recursos Recebidos

R\$ 3.176.572,53
Limite de gastos

R\$ 123.925,80
Total de Despesas

R\$ 123.925,80
Total de Despesas Contratadas

R\$ 123.925,80
Total de Despesas Pagas

R\$ 0,00
Divida de Campanha

R\$ 767,82
Sobras Financeiras

R\$ 0,00
Fundo Partidário

R\$ 568,00
Outros Recursos

R\$ 199,82
Fundo Especial

R\$ 0,00
Sobras Estimáveis

R\$ 124.693,62
Recursos Financeiros representa 89,92%

R\$ 59.300,00
Doação de Pessoas Físicas representa 0,03054%

R\$ 0,00
Doação de Candidatos representa 0,000%

R\$ 0,00
Doação de Dinho representa 0,000%

R\$ 13.977,84
Recursos Estimáveis representa 10,08%

R\$ 0,00
Doação pela Internet representa 0,000%

R\$ 79.371,46
Doação de Partidos representa 57,24%

R\$ 0,00
Recursos Proprios representa 0,000%

R\$ 0,00
Doações a outros candidatos ou partidos

Financeiras R\$ 0,00 0,00%

Estimáveis R\$ 0,00 0,00%

Fonte: TSE.

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/PA/2040602022/140001650323/2022/PA>

A candidata Nice Tupinambá teve um total líquido menor de recursos recebidos: R\$ 138.671,46. Da direção distrital/estadual do PSOL, recebeu o total de R\$ 79.371,46, que incluía Tradução e Interpretação de Libras, Inserções e Programa de TV.

Entre os maiores gastos, os para a empresa T. P. Montenegro Gráfica Ltda, no valor de R\$51.710,00, para materiais de campanha como adesivos, cartazes, bandeiras e demais produtos gráficos. Foram gastos também R\$20.000,00 de impulsionamento no Facebook, R\$ 10.150,00 para Andre & Armenio Comercio e Servicos Ltda, também para confecção de material gráfico de divulgação, como bandeiras, panfletos e fachadas metalizadas.

Ainda é possível observar despesas com aluguel de micro-ônibus, motorista, aluguel de imóvel para comitê de campanha, e valores reduzidos para serviços de contabilidade, militância, mobilização de rua e produção de comunicação, se compararmos com os valores prestados pela candidata oponente.

Alessandra Haber

Para efeito de aprofundamento da análise, trouxemos também as contas das duas candidatas mais votadas no estado do Pará em 2022. Autodeclaradas brancas, é público também a pertença a famílias já consolidadas no poder político paraense, com gerações de parentes ocupando cargos públicos de grande influência.

A candidata “Dra Alessandra Haber” (MDB), "primeira dama do município de Ananindeua", segunda maior cidade do Estado, foi a candidata a deputada federal mais votada no Pará. Ela apresentava diversos canais de comunicação oficial de sua candidatura:

- alessandrahaver - <http://www.alessandrahaver.com>
- tiktok - <http://www.tiktok.com/draalessandrahaver>
- facebook - <http://www.facebook.com/draalessandrahaver>
- instagram - <http://www.instagram.com.br/draalessandrahaver>
- twitter - <http://www.twitter.com.br/draalehaber>
- zapdaale/ - <https://www.zapdaale.com/>

Nos totais de bens declarados em pré-campanha³², observamos entre veículos e imóveis, o valor total em bens, de R\$ 699.353,55. Já o total líquido recebido para a campanha, soma R\$ 1.205.516,57. Entre as despesas, a de maior valor direto foi de R\$ 135.757,84, para *O Ventura Neto*, empresa de publicidade e materiais impressos. Foram declarados R\$ 94.000,00 para a confecção de bandeiras e outras despesas divididas em mais de 30 pessoas para mobilização e fornecimento de materiais, para comícios, bicicletadas e outros eventos.

Elcione

Elcione (MDB) em seu 7º mandato pelo Movimento Democrático Brasileiro é ex-esposa de Jader Barbalho, que coleciona títulos de vereador de Belém, deputado estadual, deputado federal, governador do Pará, ministro do Desenvolvimento Agrário e da Previdência Social no governo de José Sarney e presidente do Senado Federal.

Com bens pessoais declarados em R\$ 6.623.901,02 pré-campanha, recebeu um valor total de R\$ 2.591.487,00 de fundo especial para a candidatura de 2022³³.

Entre as despesas majoritárias, R\$ 504.180,00 para a Gamma Comunicação, entre eles, R\$ 271.920,00 para Mobilização de Rua com Bandeira e Marketing.

Na lista de seus gastos majoritários, a doação de R\$ 300.000,00 para Eleição 2022 de Hana Ghassan Tuma, como Vice-Governadora, atente-se, da chapa de seu filho, Helder Barbalho, que concorria a governador. Na lista ainda há o repasse para apoio de outras campanhas a deputadas estaduais. Há diversas despesas ligadas à fretamento de aeronaves, além das habituais militâncias e mobilização de rua e outras despesas menos robustas com comunicação e impulsionamento de mídia, cenário completamente antagônico à realidade logística e financeira das candidatas indígenas aqui investigadas.

³² Contas Alessandra Haber - Fonte TSE:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/PA/2040602022/140001621346/2022/PA>

³³ Contas Elcione - Fonte TSE:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/PA/2040602022/140001621343/2022/PA/prestacao/despesas>

5.5 Maial Kaiapó - Apresentação e análise das publicações

A candidata Maial Kaiapó anunciou, em postagem de vídeo em seu Instagram no dia 2 de setembro, sua recuperação da malária e retorno à agenda de campanha.

Verificamos que, de uma maneira geral, a candidata optou pela segurança digital de não antecipar e publicizar sua agenda de campanha “em tempo real”, para não correr riscos, optando por publicar registros de agendas já ocorridas. Entretanto, identificamos um registro de agenda futura no Spotify.

Figura 45 - Maial Kaiapó anuncia melhoras de saúde e retorno à agenda de campanha



Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/CiAPCdYOOcB/>

Na mensagem, Maial informa³⁴ que está pronta para a luta, após recuperação de dias contra a Malária. A candidata informa que retornará à agenda de campanha e agradece seus

³⁴ <https://www.instagram.com/p/CiAPCdYOOcB/>

apoiadores. O vídeo foi gravado durante agenda com Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à presidência em 2022, no Parque dos Igarapés, em Belém. Teresa Harari, sua assessora de campanha, foi responsável pela captação e edição do vídeo.

Nos registros de agenda, reuniões em Oriximiná (região Calha Norte do Pará), reunião com indígenas Wai Wai e Kaxuyana; em Santarém, no Grito dos Excluídos, reuniões nas aldeias Muratuba e Surucuí e reunião com Suraras do Tapajós; e em Altamira, no reassentamento Jatobá.

Figura 46 - Maial Kaiapó anuncia agenda em Oriximiná, região Calha Norte do Pará

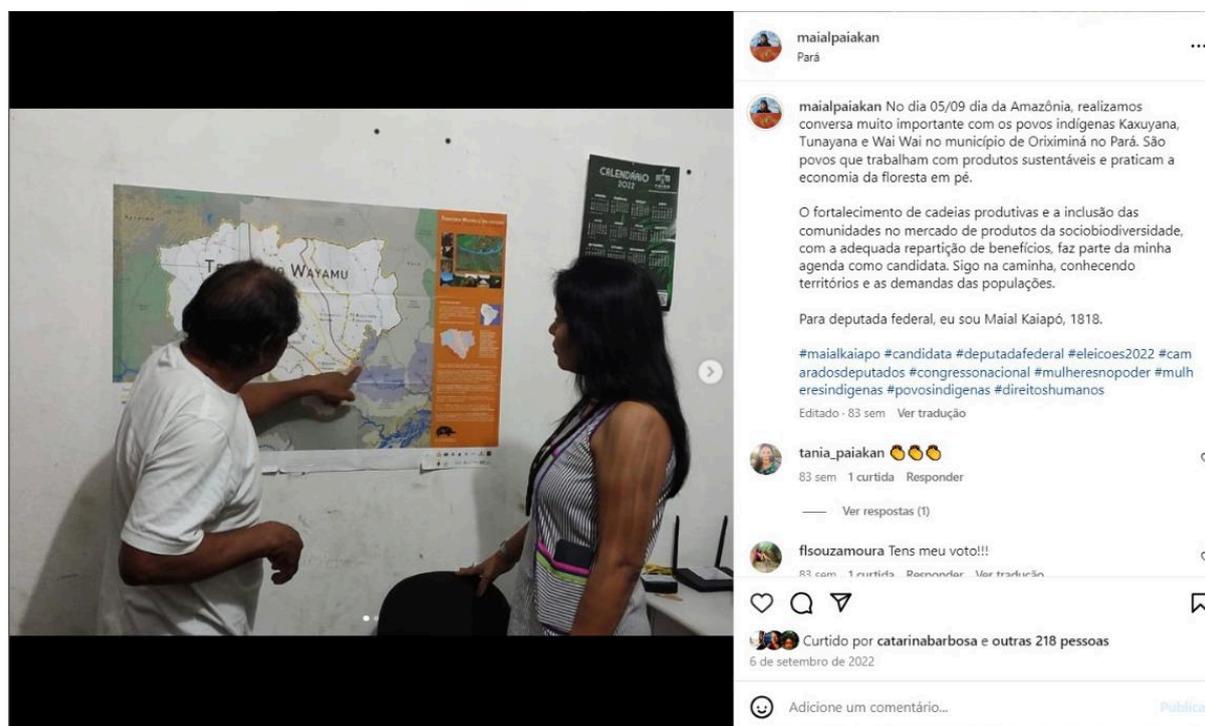


Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/CiGY9JZrPFq/>

Na publicação, Maial a caminho de Oriximiná³⁵, região Calha Norte para cumprir agenda de diálogo com indígenas Wai Wai e Kaxuyana, com o objetivo de fortalecer a união entre povos. É possível ver nos comentários mensagens de apoio e fortalecimento da campanha, entre elas a do líder, jornalista, ambientalista e ativista indígena Ailton Krenak, que sempre se manifesta em diversas publicações de Maial, direcionando mensagens de fortalecimento de sua campanha.

³⁵ <https://www.instagram.com/p/CiGY9JZrPFq/>

Figura 47 - Maial Kaiapó registra encontro com lideranças em Oriximiná



Fonte: Instagram. https://www.instagram.com/p/CiKoEwZuVCn/?img_index=1

É importante observar que nesta publicação é feito um pós agenda. A candidata participa de uma reunião no dia 5 de setembro³⁶, para tratar o fortalecimento de cadeias produtivas e a inclusão de comunidades no mercado de produtos da sociobiodiversidade com a adequada repartição dos benefícios, agenda pautada na comunidade Wai Wai, em Oriximiná. A publicação data de 6 de setembro, um dia após a reunião, medida que depois entendemos configurar uma estratégia de segurança em territórios que poderiam sugerir ameaças e conflitos pelo fato da candidata ser indígena.

Em 2022, diversas comunidades Wai Wai no Pará denunciavam desassistência de saúde, educação e abastecimento de água. Dados mais precisos e diversos podem ser contextualizados a partir do Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, do CIMI³⁷, com dados de 2022.

³⁶ https://www.instagram.com/p/CiKoEwZuVCn/?img_index=1

³⁷ <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>

Figura 48 - Maial Kaiapó alerta para violências contra povo Gavião em vídeo que narra incêndio na Aldeia



Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/CiC3nTWp5vL/>

Entre as repostagens - publicações republicadas de outro perfil - de conteúdo, notícias com temáticas indígenas, como a destruição da Aldeia Hõpryre, do povo Gavião³⁸. Por conta do Projeto Carajás, a Terra Indígena Mãe Maria, então território dos Parkatejê, subgrupo Gavião, foi atingido por linhas de transmissão de energia elétrica, rodovia federal e pela hoje conhecida Estrada de Ferro Carajás (EFC), que transporta as matérias-primas das jazidas até o Porto de São Luís (MA), cortando o sul da TI de leste a oeste. Os conflitos por esta terra são frequentes, causados também por pecuaristas das redondezas. No caso supracitado, todas as casas e a única escola foram queimadas. Maial questiona até quando terão que passar por isso e reafirma o desejo de ocupar um lugar no congresso para lutar contra estas injustiças.

³⁸ <https://www.instagram.com/p/CiC3nTWp5vL/>

Figura 49 - MaiaI Kaiapó reproduz matéria sobre aumento do período de Seca na Amazônia



Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/CiSXNUtrKdN/>

O aumento do período de seca nos rios da Amazônia também é pauta entre as publicações. MaiaI aponta³⁹ o desmatamento e o aquecimento global como responsáveis pela seca na região. A reportagem mostra que a seca na Amazônia pode aumentar de 5 para 6 meses em algumas décadas, impossibilitando a manutenção de uma floresta tropical nestas condições. MaiaI reforça a importância de uma representação que observe esta pauta de uma maneira ampla e interligada.

O desaparecimento de uma criança indígena no Mato Grosso do Sul também recebeu atenção de MaiaI. Com apenas 13 anos, a indígena Ariane Oliveira Canteiro, do povo Guarani Kaiowá, foi encontrada morta no domingo, 11 de setembro de 2022, em uma fazenda em Dourados, no Mato Grosso do Sul. A menina estava desaparecida desde 2 de setembro, quando sumiu da casa de sua família na Aldeia Jaguapiru. De acordo com a mãe de Ariane, a menina brincava com o irmão, e ao ouvir batidas na porta, foi atender, e nunca mais foi vista.

Lideranças indígenas comentaram em publicações que Ariane recebia ameaças de morte por bilhetes. A família informou que as intimidações começaram há um ano. Infelizmente, no domingo, após nove dias de buscas, o corpo foi encontrado já em avançado

³⁹ <https://www.instagram.com/p/CiSXNUtrKdN/>

estado de decomposição. Movimentos e lideranças indígenas protestaram contra a falta de segurança para as populações originárias, e moradores das aldeias Jaguapiru e Bororó informaram que a sensação é de insegurança diante da violência constante causada pelos fazendeiros.⁴⁰ Maial comenta⁴¹:

No post anterior eu falo exatamente que a minha luta é pela vida Não quero ver parentes mortos. Não quero mais ler esse tipo de notícia. Ariane era uma adolescente, apenas 13 anos, e teve seu futuro roubado. Nossas vidas importam, precisamos ocupar espaços para que nossas vozes, dos povos indígenas, sejam ouvidas e respeitadas. É por isso que quero uma chance de estar no Congresso Nacional.

Apoiadores

Entre os apoios recebidos destacam-se o de Marina Silva, Apib⁴², Joênia Wapichana, Aldeia Moikarako, Randolfe Rodrigues, Kleber Karipuna Beka Munduruku, Bepkrwa Kaiapó, Beto Marubo, Gaby Amarantos, Caetano Veloso, Aldeia Multiétnica, Rodolfo Salm e Vitoriano Bill. Joênia Wapichana⁴³ afirma no vídeo:

Olá nossos parentes, eleitores e eleitoras do estado Pará, aqui é Joênia Wapichana, primeira mulher indígena eleita deputada federal em Roraima e no Brasil, quero aqui pedir seu voto para Maial Paiakan Kaiapó, para Deputada Federal, número 1818, Maial que é super competente e está preparada para representar o povo paraense aí no Congresso Nacional.

Joênia Wapichana. Em vídeo no perfil de Instagram de Maial Kaiapó.

⁴⁰ <https://www.instagram.com/midianinja/p/CidVI2OJRLM/>

⁴¹ <https://www.instagram.com/p/CibHVxhrYHx/>

⁴² Diversos depoimentos oram condensados neste vídeo <https://www.instagram.com/p/CjIY-lxN9k9/>

⁴³ <https://www.instagram.com/p/CjJstzosbj8/>

Figura 50 - Joênia Wapichana em vídeo de apoio à candidatura de Maial Kaiapó



Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/CjJstzosbj8/>

Maial agradece o apoio de Joênia, declarando que se sente honrada em receber a mensagem da deputada e de Marina Helou (candidata que pleiteava uma vaga na Alesp), e reforça a importância de mais mulheres na política.

O músico e compositor Caetano Veloso também cria um vídeo de apoio, brincando com o número de votação de Maial, “1818”.⁴⁴

⁴⁴ <https://www.instagram.com/p/CjGoSomMYtB/>

Figura 51 - Caetano Veloso em vídeo de apoio à candidatura de Maial Kaiapó



Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/CjGoSomMYtB/>

Marina Silva é outra representante nacional que manifesta apoio à candidatura de Maial Kaiapó. No caso de Marina, apenas uma arte gráfica com a foto e a mensagem de apoio foi publicada⁴⁵.

⁴⁵ <https://www.instagram.com/p/Ci-fMNELiK6/>

Figura 52 - Marina Silva em vídeo de apoio à candidatura de Maial Kaiapó



Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/Ci-fMNELiK6/>

Além desses destaques, Beto Marubo⁴⁶, liderança potente da região do Vale do Javari, também legitima a candidatura de Maial. Nascido Wino Këyshëni, é um líder indígena da etnia Marubo, integrante da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari. É referência na questão dos indígenas isolados. Trabalhou durante 12 anos ao lado do indigenista Bruno Pereira na proteção de 16 povos isolados da região do Vale do Javari, no Amazonas.

⁴⁶ https://www.instagram.com/p/Ci46DCkMj_1/

Figura 53 - Beto Marubo em vídeo de apoio à candidatura de Maial Kaiapó



Fonte: Instagram. https://www.instagram.com/p/Ci46DCkMj_1/

Na mensagem de Marubo, o reforço da importância de votar em candidatas indígenas compromissadas a fazer frente no Congresso Nacional, a partir de uma Bancada do Cocar:

Bom dia parentes do Pará e região, eu quero nesse momento ressaltar a importância de nós indígenas estarmos unidos para formar uma bancada do cocar, uma bancada indígena. No Pará tenho uma grande admiração e respeito pela liderança, pelo histórico de atuação e pela forma com que ela vem lidando com várias questões dos nossos interesses, inclusive foi assessora da deputada parente Joenia Wapichana, que é a Maial Paiakan, a Maial Kaiapó, nossa parente que pode ser fundamental nessas eleições no momento crítico onde nossos direitos vem sendo motivo de questionamento no Supremo e na câmara. Nós temos que ter força para fazer frente... antes nossas lideranças brigavam nas passeatas, nos movimentos, mas agora a gente precisa tá lá de igual pra igual com aqueles que vão querer mudar nossos direitos constitucionais. Para isso nós precisamos eleger deputados indígenas, do contrário a gente vai tá sempre lá fora do Congresso Nacional, levando gás lacrimogêneo da polícia, e sendo impedidos de entrar para reivindicar nossos direitos. Pensem nisso parentes. Maial Paiakan para deputada federal é uma de nossas escolhas que devem acontecer. (Beto Marubo, instagram da campanha de Maial, 2022)

Em sua última postagem antes do dia de votação, um resumo de suas propostas e uma apresentação na legenda, feita em parceria com a Campanha Indígena e a Apib Oficial.

Figura 54 - Resumo das principais propostas de campanha de Maial Kaiapó



Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/CjL61ZbvAsI/>

Na publicação, um resumo das propostas e da apresentação⁴⁷ da candidata:

Primeira pessoa de seu povo graduada em uma universidade, Maial Kaiapó é liderança da Terra Indígena Kayapó (PA) e traz para a política a perspectiva do cuidado: seja com o Meio Ambiente ou com as pessoas. Candidata a deputada federal pelo estado do Pará, ela traz como proposta não apenas a resistência à agenda anti indígena pautada no Congresso, mas o fortalecimento da participação coletiva dos povos tradicionais por meio de políticas públicas que garantam a cidadania a essa população.

As vidas indígenas são tratadas sem nenhum respeito ou prioridade. A saúde é uma das minhas pautas como deputada federal, para indígenas e não indígenas. Quero atuar para fortalecer a atenção básica de saúde para todos, sem esquecer dos que mais sofrem com a desvalorização do Sistema Único de Saúde (SUS), afirma.

Maial Kaiapó é indígena, bacharela em Direito, antirracista, defensora dos direitos humanos e ambientais. Pertence a uma família de personalidades marcantes: é uma das três filhas de Irekran e Paulinho Paiakan, um dos principais articuladores pela inclusão dos direitos indígenas na Constituição Federal de 1988; sua tia Tuíre é símbolo da resistência das mulheres Kaiapó contra a hidrelétrica de Belo Monte; e seu tio-avô Raoni Metuktire, aos 92 anos, é uma liderança reconhecida no Brasil e no mundo, com indicação ao Nobel da Paz e diversas premiações internacionais.

⁴⁷ <https://www.instagram.com/p/CjL61ZbvAsI/>

Atuou na defesa dos direitos dos povos indígenas na FUNAI, SESAI e como assessora da deputada Joenia Wapichana. Hoje, é mestranda em Direito pela Universidade Federal do Pará e candidata da Rede Sustentabilidade à deputada federal pelo Pará com o número 1818.”

Instagram de Maial Kaiapó (2022)

Em seu vídeo de campanha⁴⁸ pelo horário de propaganda eleitoral gratuita (HPEG), imagens que resgatam seus costumes e ancestralidade no território, embalada pelo canto Kayapó ao fundo, imagens da aldeia, de Maial utilizando adereços indígenas, de sua mãe, irmã e tia realizando uma pintura corporal com urucum, e o reforço de seu currículo e de sua ancestralidade, com imagens de manifestações políticas, seguida do Slogan “Luta por Nós. Maial Kaiapó 1818”.

Figura 55 - Frame do vídeo oficial de candidatura de Maial Kaiapó



Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/ChSXi8gFRTI/>

Na mensagem do vídeo oficial o canto e a voz de Maial narram sua apresentação:

Meu nome é Maial Kaiapó, tenho raízes profundas na minha terra e com meu povo. Sou de uma família de pessoas guerreiras e memoráveis, e acredito na transformação da sociedade pela educação e pela política. Para continuar a luta do meu povo, e também defender você, mulher, jovem, estudante e ambientalista e todos que defendem um futuro mais justo e sustentável.

(Maial Kaiapó, Vídeo promocional de campanha, 2022)

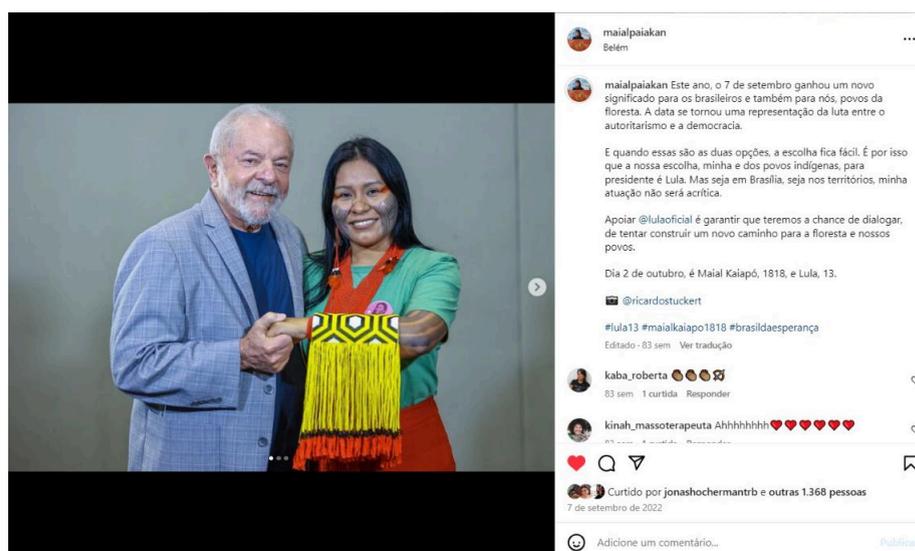
⁴⁸ <https://www.instagram.com/p/CiQaSB3sMCD/>

Na legenda da publicação, MaiaI reforça que a pintura é uma das formas de manutenção das tradições, de conexão com a ancestralidade, de manter viva a manifestação de quem ela é.

Em foto com Lula⁴⁹, o candidato segura a mão de MaiaI, destacando o bracelete indígena com a arte de seu povo. MaiaI escreve que este ano (2022) o 7 de setembro ganhou um novo significado para os brasileiros e para os povos da floresta, a data se tornou uma representação da luta entre o autoritarismo e a democracia.

Diante destas duas opções, a candidata diz ter uma escolha fácil, e demonstra apoio ao candidato Lula, reforçando que, seja nos territórios, seja em Brasília, a atuação de MaiaI não será acrítica. Para ela, apoiar Lula é garantir a chance de dialogar e construir um caminho para a floresta e para os povos.

Figura 56 - Foto com Lula em apoio à candidatura de MaiaI Kaiapó



Fonte: Instagram. https://www.instagram.com/p/CiNINPr9ZW/?img_index=1

5.6 Nice Tupinambá - Apresentação e análise das publicações

A candidata Nice Tupinambá apresentou, a partir de nosso levantamento, um número maior de publicações com estratégia de visibilidade, com alguns diferenciais relevantes de interação, além de estratégias que se mostraram inovadoras e com apelo de simpatia, como uso de avatares (ilustração de personagem para ilustrar a candidata ou Lula, por exemplo)

⁴⁹ https://www.instagram.com/p/CiNINPr9ZW/?img_index=1

Figura 57 - Carreata para apoio à candidatura de Nice Tupinambá



nicetupinamba  Áudio original ...

nicetupinamba  A carreata da vitória, da resistência e ancestralidade foi linda e gigante!

O momento de ter uma representante mulher, indígena, amazônida no Congresso Nacional chegou. Nossa carreata mostrou que é isso que o povo quer. Com seu voto posso ajudar o Lula a reconstruir esse país e fazer todo mundo ser feliz de novo. Neste domingo vote Lula Presidente 13 e Nice Tupinambá, deputada federal 5015.

#NiceTupinamba #Vote5015

124 sem [Ver tradução](#)

inae_sucurizinha     124 sem Responder ... ♡

gersonpro7      124 sem Responder ♡

145 curtidas
1 de outubro de 2022

Adicione um comentário... Publicar

 Acesse o site da Justiça Eleitoral para encontrar informações oficiais sobre as eleições de 2022. >

Fonte: Instagram. https://www.instagram.com/p/CjLta_2Anq2/

A estratégia de carreatas, com música, carro elétrico, carros decorados, bandeiras, santinhos e adesivos criam um clima festivo e envolvente, que pode contagiar os eleitores e despertar seu interesse pela campanha eleitoral. A estratégia de Nice Tupinambá incluía músicas regionais, um jingle produzido pela cantora Keila Gentil, e a presença de figuras políticas do cenário local divulgando a campanha da candidata, tanto no centro quanto nos bairros periféricos de Belém.

Figura 58 - Convite para agenda em Belém utilizando avatar de Nice Tupinambá



Fonte: Instagram. https://www.instagram.com/p/ChyLj_JNc5I/

Com menos reservas de segurança ou ameaças diretas na cidade, a candidata optou pela disponibilização de ônibus para levar os apoiadores ao comício de Lula em Belém, delivery para distribuição de material de campanha, como adesivos, cartazes e panfletos. convites para adesivar o carro em seu comitê, convites prévios de agenda, convites de caminhada coletiva, convites para assistir debates juntamente com eleitores e simpatizantes em seu comitê.

Figura 59 - Material gráfico de Nice Tupinambá, vídeo em agenda com estudantes indígenas da UFPA



Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/Civb4PTp14t/>

A equipe chegou a contar com sete pessoas, entre jornalistas, publicitários, social media, e estagiários. Nas publicações, muitos avisos com data e hora da exibição de seu vídeo no HPEG, jingle e coreografia da “Federal da Amazônia” (slogan da candidata) e artes gráficas para que apoiadores e seguidores trocassem sua foto de perfil para o de apoio à candidata.

Entre as repostagens de conteúdo, o destaque para seu nome no “Parlaíndio”; reposts de seu twitter; de manchete de O Estado de São Paulo sobre o corte de verba da merenda escolar; de violências contra indígenas; e matéria do G1 sobre o crescimento da extração ilegal de madeira em terras indígenas.

Figura 60 - Repostagem de Nice Tupinambá da matéria publicada no G1 sobre o crescimento da extração ilegal de madeira em terras indígenas.



Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/CixgO4ouWd-/>

Dos apoios recebidos destacam-se Edmilson Rodrigues, Adolfo Oliveira Neto (Psol), de moradores de diversos bairros de Belém e Ananindeua. As matérias da imprensa que Nice republicava em seu perfil tinham temáticas ambientais e, em menor escala, notícias com informações da disputa entre Lula e Jair Bolsonaro, como resultado de pesquisas de intenção de voto.

Figura 61 - Apoio de Edmilson Rodrigues à candidatura de Nice Tupinambá



Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/ChxSjcOAcuC/>

Em seu vídeo de campanha no horário de propaganda eleitoral gratuita (HPEG), a candidata usa roupa verde e cocar, e se apresenta como “jornalista e candidata a deputada federal”, fazendo o símbolo da letra L, em apoio a Lula. As imagens mesclam pessoas do centro de Belém e da periferia, há imagens de Nice em referências ancestrais e um enfoque ao desenvolvimento sustentável com geração de emprego e renda.

Figura 62 - Frame do vídeo oficial de campanha de Nice Tupinambá



Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/CiLxfb4gE0t/>

Em fotos com Lula, duas propostas foram bastante utilizadas em diversas publicações e contextos diferentes: na primeira, o candidato segura a mão de Nice, como um ato de apoio. Nice usa cocar e outros adereços indígenas, reforçando a identidade de sua candidatura; Na segunda foto, em tom mais intimista, Lula beija a testa de Nice, como que simbolizando um total auxílio à sua candidatura.

Figura 63- Fotos com Lula em apoio à candidatura de Nice Tupinambá



Fonte: Instagram. <https://www.instagram.com/p/CjMKUGcAUL2/>

Entre os destaques políticos de suas publicações, o frequente reforço de sua legitimidade étnica quando na presença de lideranças indígenas e a importante vitória judicial contra um jornalista que a atacava tanto enquanto mulher, por ser companheira do então chefe de gabinete de Edmilson Rodrigues, quanto por sua pertença étnica, por supostamente não vir de um território indígena. Ainda que Nice tenha conseguido a vitória e três direitos de resposta, insinuações e provocações indiretas, sem mencionar abertamente o nome de Nice, continuaram a ser publicadas no portal pessoal do jornalista Olavo Dutra⁵⁰.

50

https://portalolavodutra.com.br/materia/em_novo_audio_nice_tupinamba_tropeca_na_linha_que_divide_o_interesse_pessoal_do_publico
https://www.portalolavodutra.com.br/impresao/juiz_gabriel_costa_ribeiro_concede_direito_de_resposta_a_nice_tupinamba_audios_vazados
https://www.portalolavodutra.com.br/materia/audios_supostamente_vazados_pela_milicia_digital_da_p_refeitura_de_belem_escancara_visceras_do_psol#google_vignette

6- CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

Os levantamentos apontados nesta investigação demonstram que são diversas as assimetrias eleitorais para que candidatas(os) indígenas concorram de forma igualitária na complexa, burocrática e desigual estrutura eleitoral vigente no Brasil. Buscamos trazer depoimentos e dados de dois exemplos locais, do estado do Pará, primeiras candidaturas ao pleito federal em 2022 como recorte, mas são diversos os exemplos similares em outros estados.

Apesar de não ser possível fazer uma total generalização sobre a relação de candidaturas indígenas nas cidades brasileiras, sendo prudente uma análise empírica caso a caso, é inegável que a presença destas candidaturas nos pleitos vem aumentando, com o tema ganhando espaços em agendas internacionais e colocando em questão diversas temáticas de enfrentamento como o combate à discriminação, acesso por cotas especiais, aberturas de diálogo, facilitação dos mecanismos eleitorais dentro das aldeias, garantia de direitos básicos dignos, etc.

Buscamos apresentar contribuições para a reflexão acerca destas assimetrias, com foco em seu viés comunicacional, propondo responder à seguinte questão: Quais as singularidades e hibridizações nas ontologias e na comunicação eleitoral das primeiras candidatas indígenas paraenses ao pleito federal no contexto do sistema eleitoral brasileiro?

Além da trajetória pessoal das candidatas, Maial Kaiapó e Nice Tupinambá, lançamos luz em seus atravessamentos enquanto indígenas e mulheres e nos deparamos com a extrema e estrutural incompreensão de suas perspectivas identitárias.

A necessidade de votos não indígenas para o sucesso nas eleições acrescenta camadas de enfrentamento em várias direções, mas é apenas um dos vários embates enfrentados por candidatas indígenas. Barreiras linguísticas, barreiras culturais, barreiras financeiras, longas distâncias, violência política, violência de gênero, violência racial, ameaças e diversas vulnerabilidades são frequentes a quem se arrisca na competição política.

No que se refere à comunicação, percebemos a necessidade de um entendimento invertido ao comumente praticado: não são apenas as(os) candidatas(os) indígenas que devem se adequar à língua portuguesa, há a necessidade de equipes multilíngues que permitam o acesso às várias nuances - do cadastro, ao voto; do direito eleitoral passivo ao ativo - do jogo eleitoral às comunidades indígenas.

As hibridizações - no sentido das candidatas se adequarem ao que já está posto como cultura eleitoral - são mais frequentes: a repetição de padrões de materiais gráficos, como

bandeiras, adesivos, santinhos, cartazes e mesmo algumas estratégias de comunicação digital foram facilmente identificáveis.

Entre as estratégias, a de visibilização como majoritária em ambas as campanhas, demonstrou a necessidade de ainda ecoar suas pautas específicas, como que em um primeiro estágio de afirmação de identidades. A interatividade - ou estratégia de interação - poderia ter vindo como escolha primordial de troca política entre candidatas e eleitores, mas para que isso acontecesse uma ambiência de segurança se fazia necessária.

Interessante observar algumas adaptações do que se considera comum em campanhas, atravessado por simbolismos indígenas: alguns eleitores de Maia, na falta de seu material de campanha (que demorou a ficar pronto), pintavam a letra M com urucum, manifestando apoio. Foram frequentes também as gravações de vídeos com depoimentos em línguas indígenas, ou mescladas (línguas indígenas e português), com repercussão no Instagram, ainda que pela lei eleitoral, a comunicação em língua “nativa” devesse ficar restrita aos territórios. Mesmo no encontro com Lula no Parque dos Igarapés, em Belém, foram diversas as manifestações, com discursos e cânticos na língua indígena.

Figura 64 - Vídeo do Encontro no Parque dos Igarapés, em Belém, com manifestação de apoio à Maia em Mebêngôkre



Os vídeos oficiais de campanha também traziam ao menos cânticos tradicionais ao fundo, uma mostra sutil de desobediência assertiva à lei vigente.

Outro ponto de singularidade é o próprio comportamento das candidatas frente ao que se têm marcado como postura padrão de candidatos. Maiaal respeitou seus limites de saúde e foi fiel à sua personalidade mansa em várias ocasiões de negociação e apresentação política, também sempre reforçando sua base familiar e o caráter coletivo de sua candidatura.

Nice Tupinambá fez usos bastante criativos da comunicação digital, sem deixar de perder o foco em suas pautas ambientais prioritárias, a defesa de interesses indígenas, a ampliação de suas principais propostas em outras esferas urbanas, e tudo com caráter descontraído e irreverente, mesmo em ambientes e situações hostis à sua presença.

A falta de acesso a recursos financeiros, sociais, de saúde, de educação, de transporte, de infraestrutura geral, necessários para fazer uma campanha eleitoral competitiva, são apenas alguns dos desafios específicos relacionados à comunicação e mobilização de candidaturas indígenas, para muito além das barreiras linguísticas e culturais.

Ainda assim, a participação destas duas candidatas e de tantas outras que aumentam o coro de vozes indígenas concorrentes em pleitos municipais, estaduais e federais, além de pioneiras, abrem caminhos de diálogo e compreensão de pautas indígenas entre não indígenas e entre os parentes que ainda possuem desconfiança com processos eleitorais.

Além da conscientização das pautas ambientais e de emergência climática, diretamente ligadas à demarcação e conservação de territórios indígenas, outras pautas se mostram urgentes e complexas: o quantitativo de indígenas em contexto urbano sem políticas públicas adequadas e a grande quantidade de episódios de racismo anti indígena presentes ainda nos tempos atuais.

No que tange às eleições, os acirramentos de disputas interétnicas no jogo eleitoral atual é tema de embate que merece aprofundamento. O imbróglio identitário (De Paula, 2022) presente nas autodeclarações como indígenas (mesmo sem qualquer pertencimento étnico) também produz um complexo emaranhado de possibilidades de discussão e investigação, para que alcancemos resultados mais precisos sobre as conquistas indígenas em pleitos eleitorais.

Em nosso referencial teórico, apontamos o pensamento de Paulo Freire (1987), sobre uma comunicação com estreita ligação com a educação dialógica, capaz de promover uma consciência reflexiva, discurso crítico e a construção/desconstrução da realidade. A conscientização foi uma característica bem presente nas estratégias políticas das candidatas, mesmo diante de ambientes agressivos.

Nego Bispo também reflete sobre as confluências e transfluências em um jogo intercultural, e pudemos identificar as hibridizações culturais na comunicação política e eleitoral das candidatas, que conseguiram indigenizar situações, modos de agir e de se comunicar, sem negociar suas características ancestrais.

No que se refere aos pactos narcísicos da branquitude, tanto os levantamentos de raça nas ocupações de cargos de poder nacionais quanto da representatividade local, demonstrou ainda a predominância de elites familiares, financeiras, encabeçadas por pessoas brancas nos cargos de gestão pública. Estes resultados, que analisamos como ainda reminiscências de uma realidade colonial, corroboram para um cenário de limitação argumentativa que influencia totalmente as propostas de indígenas alinhadas à base, dificultando a ampliação de pontos de vista nas batalhas narrativas políticas do país.

As candidatas indígenas apropriaram-se de ferramentas não indígenas e adaptaram neste jogo colonial, suas impressões, reivindicações e lógicas de mundo tornando-se exemplos de contra narrativas salutares, mesmo diante das dificuldades de articulação nas esferas estadual e federal. Mais que resultados de vitórias concretas em eleições, verificamos a conscientização e os avanços que a presença destas duas indígenas mulheres causaram no pleito de 2022, apontando o crescimento do protagonismo indígena no país, mesmo diante de tantas dificuldades.

Os antagonismos, porém, são muito radicais e perpetuam sistemas colonialistas de poder de decisão. A restrição da atuação política em espaços de poder perpetua uma problemática dinâmica de indígenas precisarem de “atravessadores”, de representantes não indígenas para apoio, manifestação, discussão e decisão de pautas que lhes dizem respeito, reproduzindo o antigo sistema colonialista de tutela.

Outro ponto importante é não se deixar levar pela armadilha colonial de reduzir as candidatas à decisões e reflexões de temas étnicos. A relevância das candidatas se dá em ampla esfera de entendimentos e lógicas de mundo que acrescentam, ampliam e qualificam o debate a qualquer pauta pública, ampliando as compreensões de qualidade e compreensões sobre a dignidade de vida de cidadãs e cidadãos brasileiros.

O ponto é que nesta trama o Estado do Pará ainda não conseguiu eleger uma (um) indígena representante federal para Câmara dos Deputados. Considerando que as regras eleitorais vigentes, mesmo que com uma atualização da política de cotas, não integram a cultura de diferentes povos indígenas brasileiros, ainda há um longo caminho de mudanças para que um cenário democrático e justo se faça presente, reiterando práticas e pactos de branquitude - pacto não verbalizado de preservação de um grupo nos melhores lugares sociais

(Bento, 2002, 2014, 2022) - neste sistema. Ou, nas palavras de Lourenço Cardoso, branquitude como lugar de privilégios simbólicos, subjetivos e objetivos, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial e racismo, fato que observamos na constituição majoritária das cadeiras eleitorais.

Um Parlamento Indígena, enquanto instituição legislativa, já é proposta discutida desde os anos 70/80 no país, crucial para a garantia da representação e proteção dos povos indígenas, a exemplo do que já ocorre em outros lugares do mundo. Com eleições especiais, a participação indígena se tornaria mais inclusiva e democrática, com cadeiras reservadas no parlamento geral, com líderes e representantes indígenas eleitos entre os seus e de forma especial, mais justa e equitativa.

No processo atual, em relação às escassas verbas, reiteramos que a utilização para despesas pessoais como transporte e hospedagem, é proibida pela legislação eleitoral brasileira, o que dificulta contextos de campanha atravessados por dificuldades de traslado e necessidades específicas de segurança, como o caso de candidaturas indígenas e sua movimentação entre os territórios. É possível considerar que esta limitação favorece a articulação de candidaturas privilegiadas, com recursos próprios maiores, como acompanhamos, com casos em que aviões foram fretados.

Ainda que brevemente, vale apontar alguns dos muitos desafios enfrentados pelas candidaturas indígenas de forma geral, identificados na bibliografia consultada, das entrevistas realizadas, bem como no acompanhamento como profissional da agenda de Maial em Belém, ou como observadora da campanha de Nice Tupinambá.

Desafios como a criação de uma assessoria multilíngue institucional que contemple a diversidade indígena (ao invés de exigir o caminho contrário, que todos os indígenas se adaptem ao português), melhores condições de transporte, inserção de urnas eletrônicas em territórios, distribuição de renda de campanha considerando as especificidades territoriais, interculturais e interseccionais. Também a compreensão e punição de atos de discriminação étnica e violência política de gênero no âmbito do processo eleitoral (que atravessaram nossas investigações sobre as candidatas mesmo quando conversávamos com pessoas filiadas ao partido/coligação ao qual elas fazem parte). Estas primeiras explorações, apontam para um longo caminho de pesquisa, para além das trilhas de conclusão de uma dissertação de mestrado.

A atenção adequada a um sistema político-partidário-eleitoral mais inclusivo, algo observado em relação ao nosso recorte de análise, mas facilmente aplicável a outros

contextos geográficos, permite que outras perspectivas de considerações e investigações lancem luz ao caráter de coletividade, às dimensões não colonizadas (de espiritualidade, multisensorialidade, ancestralidade e outras subjetividades) desses povos nas considerações adaptativas do processo eleitoral e, portanto, também em sua dimensão comunicativa. Sem essas adequações, a cidadania especial, como apresentada por Baniwa, se torna apenas um conceito não aplicável à realidade da participação político-partidária de indígenas no Brasil.

Pensar e buscar contribuir para o atendimento dessas demandas também nesse espaço de reflexão mostrou-se urgente, uma vivaz produção de saberes contra a hegemonia sistêmica branca que também é desafiadora ao tempo de amadurecimento da criação de campos de pesquisa tradicionalmente eurocêntricos.

Mesmo com os diversos esforços empregados nesta construção teórica e metodológica, são diversas as possibilidades de análise e as barreiras que pessoas indígenas precisam atravessar para terem suas existências compreendidas, respeitadas e bem representadas no poder público brasileiro.

Esta investigação busca contribuir com formas mais interativas de se construir conhecimento, a partir do diálogo aberto e acessível, frente às limitações de tempo, de disponibilidade das interlocutoras, de formato, abordagem, burocracias ou limitações metodológicas comumente encontradas na academia. As trocas com outras áreas do conhecimento, associadas à comunicação foi uma destas experiências que se mostrou bastante enriquecedora em nossas reflexões. Diálogos com o direito, a antropologia, a administração, a ciência política, a linguística, além de autores que apresentam contra narrativas em outras áreas afins nos mostraram campos de diálogo extremamente ricos de análise interdisciplinar. Ademais, buscamos trazer uma contribuição dentro de nossa área tanto pela metodologia mista, quanto para o recorte específico da comunicação nas candidaturas indígenas locais, prezando pelo cuidado e respeito exigido em tantas situações sensíveis, como na possibilidade de acabar trazendo memórias de violências diversas em rememorações pelos relatos nossas interlocutoras .

Por fim, apesar de não conseguirmos uma ruptura total com formas coloniais de escrita nesta investigação, buscamos arduamente processos de auto descolonização em diversas frentes, buscando contribuições não apenas para o campo da comunicação, mas principalmente com o esperar de povos indígenas, suas lutas, suas trajetórias e sobretudo suas conquistas.

7- REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade** / Carla Akotirene. São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.152p. Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro.

AGÊNCIA PARÁ. **Censo 2022 mostra o Pará com mais de 80 mil indígenas, a maioria vivendo em seus territórios** . Lorena Esteves. Agência Pará. 07/08/2023
<https://www.agenciapara.com.br/noticia/46144/censo-2022-mostra-o-para-com-mais-de-80-mil-indigenas-a-maioria-vivendo-em-seus-territorios>

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.

AMADO, Eloy Terena. **O Despertar Do Povo Terena Para Os Seus Direitos: Movimento Indígena E Confronto Político Em Mato Grosso Do Sul**. Movimentação, Dourados, v. 4, nº. 6, p. 83-104, 2017. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao>

APIB. Nota pública. **Carta Aos Povos Indígenas Do Brasil: Por Um Parlamento Cada Vez Mais Indígena**. 2017. Disponível em:
<https://mobilizaconacionalindigena.wordpress.com/2017/01/31/carta-aos-povos-indigenas-d-o-brasil-por-um-parlamento-cada-vez-mais-indigena/>

APIB. **Pedido de parecer consultivo da APIB à Corte Interamericana de Direitos Humanos**. 2023. Disponível em:
<https://apiboficial.org/files/2023/12/Minuta-OC-Climática.docx.pdf>]

APIB. **Carta aberta do Acampamento Terra Livre ao pré-candidato à presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva**. 12/abr/2022. Disponível em:
<https://apiboficial.org/2022/04/12/carta-aberta-do-acampamento-terra-livre-ao-pre-candidato-a-presidencia-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva/>

APIB. **Revista ATL 2024**. Disponível em:
https://apiboficial.org/files/2024/08/ATL2024_Revista_APIBoficial.pdf

ARAÚJO, Ana Valéria. **Povos indígenas e a Lei dos “Branços”: o direito à diferença**. Araújo, Ana Valéria (org). [s.l.] Ministério da Educação, 2006.

ARQUIVO NACIONAL. Mapa - **Memória Da Administração Pública Brasileira. Constituição de 1824**.
<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/305-constituicao-de-1824>

AURORA, Braulina. **“Indígenas Mulheres: Corpo território em movimento”**. Dissertação de Mestrado. UNB. Brasília-DF. 2022

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, [S. l.], n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>. Acesso em: 9 set. 2023.

BANIWA, Gersem. **Indígenas e processos eleitorais no século XXI**. In: Sistematização das normas eleitorais : eixo temático VII : participação política dos grupos minorizados. Brasil. Tribunal Superior Eleitoral | 2022. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/10324?locale-attribute=es> . Acesso em:

29.09.24

BANIWA, G. **O Sonho de um Parlamento Indígena no Brasil**. In: SOCIOECONÔMICOS, I. DE E.(Ed.). . Índios e Parlamentos. Luciana Costa e Ricardo Verdum (org). Brasília: [s.n.].

BANIWA, Luciano, Gersm José dos Santos. “**A conquista da cidadania indígena e fantasma da tutela no Brasil contemporâneo**”. In: RAMOS, Alcida Rita (Org.). Constituições nacionais e povos indígenas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012

BANIWA, G. L. **Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo**. Tellus, v. 7, n. 12, p. 127–146, 2007.

BANIWA, G. L. **Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena. Saberes e Identidades: Povos, Culturas e Educações**. R. Educ. Públ. Cuiabá, v. 26, n. 62/1, p. p. 295-310, maio/ago. 2017. Disponível em [2238-2097-repub-26-62-00295.pdf \(fcc.org.br\)](https://www.fcc.org.br/2238-2097-repub-26-62-00295.pdf)

BENITES, S. **Viver na língua Guarani Nhandeva (mulher falando)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2018.

BHABHA, Homi. **Race, time, and the revision of modernity**. Oxford Literary Review 13 (1-2): 193-219, 1991.

BHABHA, Homi, **The location of Culture**. London: Routledge, 1994

BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BENTO, Maria Aparecida Silva Bento. **Branqueamento e branquitude no Brasil**.

BENTO, Maria Aparecida Silva Bento. **Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro**. In: Carone, Iray; Bento, Maria Aparecida Silva Bento (Org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014b, p. 147-162.

BENTO, Maria Aparecida Silva Bento. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2002.

BENTO, Maria Aparecida Silva; Silveira, Marly de Jesus; Nogueira, Simone Gibran (Org.). **Identidade, Branquitude e Negritude: Contribuições para a Psicologia Social no Brasil: Novos Ensaio, Relatos de Experiência e de Pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

BISPO, Antônio. 2019. “**As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético**”. **InTe-cendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal**, organizado por A. R. Oliva, et al., 23–35. Belo Horizonte: Autêntica.

BROOM, Leonard; Siegel, Bernard J., Vogt, Evon Z. e Watson, James B. "**Acculturation: An Exploratory Formulation**". American Anthropologist, v.56, p. 973-1000, 1954.

BRYANT, J., “**Paid Media Advertising: Political Communication from the Stone Age to the Present**”, in James A. Thurber, Candice J. Nelson (ed.), Campaigns and Elections American Style, USA, Westview Press, pp 90-108.2004

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Portal. Carta Régia De 13 De Maio De 1808 - Publicação Original. Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129-publicacaooriginal-95256-pe.html

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Portal. **Carta Régia De 2 De Dezembro De 1808** - Publicação Original. Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40274-2-dezembro-1808-572464-publicacaooriginal-95565-pe.html

CARDOSO, Lourenço. **A branquitude acrítica revisitada e as críticas**. In: Muller, Tânia Mara Pedroso; Cardoso, Lourenço (Org.). Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017a, p. 33-52.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional**. Curitiba: Appris, 2020.

CARDOSO, Lourenço. **O branco não branco e o branco-branco**. In: Muller, Tânia Mara Pedroso; Cardoso, Lourenço (Org.). Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017b, p. 175-195.

CARDOSO, Lourenço. Prefácio 1. In: Miranda, Jorge Hilton de Assis. **Branquitude, Música Rap e Educação: Compreenda de uma vez o racismo no Brasil a partir da visão de rappers brancos**. Salvador: Sandile Editora, 2020, p. 7-9. 342

CARDOSO, Rafael. **Modernidade em preto e branco: arte e imagem, raça e identidade no Brasil, 1890-1945**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARONE, Iray. **Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira**. In: Carone, Iray; Bento, Maria Aparecida Silva Bento (Org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 13-23.

CARONE, Iray; Bento, Maria Aparecida Silva Bento (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser Como Fundamento do Ser**. [s.l.]. Universidade de São Paulo, 2005.

CALGARO, Coimbra, La Flor, 2019. **A demarcação de terras indígenas no Brasil e as lições do movimento constitucionalista latino-americano insurgente**. 2019. https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-FD-UFG_v.43.03.pdf

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil** / Sueli Carneiro — São Paulo : Selo Negro, 2011. — (Consciência em debate/coordenadora Vera Lúcia Bedito). Disponível em

<https://institutoressurgir.org/wp-content/uploads/2018/07/Racismo-Sexismo-e-Desigualdade-Sueli-Carneiro-1.pdf>

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v.1. Trad. Roneide Venâncio Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009/2012.

CASTRO, Fábio Fonseca de. **A identidade denegada. Discutindo as representações e a autorrepresentação dos caboclos da Amazônia**. Revista de Antropologia, São Paulo, Brasil, v. 56, n. 2, p. 431–475, 2013. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2013.82538. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/82538>.. Acesso em: 27 ago. 2024.

CASTRO, Paulo Afonso De Souza. **O Brasil E Suas Memórias**. Angelo Kretã. Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/biografia-angelo-kreta/>

CHAFFEE, S. H. (ed.) (1975), **Political Communication: Issues and Strategies for Research**. Sage Annual Reviews of Communication, Volume IV, Beverly Hills, California, Sage Publications.

CHAIA, Vera. **Investigação sobre Comunicação Política no Brasil**. ponto-e-vírgula, 2: 160-177, 2007.

CHILISA, B. **Indigenous research methodologies**. [s.l.] SAGE, 2012.

CIMI Portal - Conselho Indigenista Missionário (CIMI). **Em 2022, intensificação da violência contra povos indígenas refletiu ciclo de violações sistemáticas e ataques a direitos**. 26/07/2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/HwtkK> . Acesso em: 02/08/2023

CIMI Portal - Conselho Indigenista Missionário (CIMI). **Indígenas se retiram de “conciliação forçada” sobre Lei 14.701 no STF e afirmam que direitos são inegociáveis**. 28/08/2024. Disponível em <https://cimi.org.br/2024/08/indigenas-saida-conciliacao/>

CORREIA, João Carlos; Ferreira, Gil Baptista; Espírito Santo, Paula do. **Conceitos de comunicação política**. Covilhã: LabCom, 2010.

COSTA, Luciana; verдум, Ricardo (Orgs). **Índios e parlamentos**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/4682562/%C3%8Dndios_e_Parlamentos

CIMI - Cimi lança Relatório de Violência contra povos indígenas no Brasil com dados de 2022 e retrato das violações sob governo Bolsonaro 21/07/2023. Disponível em <https://cimi.org.br/2023/07/lancamento-relatorio-2022/#:~:text=21%2F07%2F2023-,Cimi%20lan%C3%A7a%20Relat%C3%B3rio%20de%20Viol%C3%Aancia%20contra%20povos%20ind%C3%ADgenas%20no%20Brasil,das%20viola%C3%A7%C3%B5es%20sob%20governo%20Bolsonaro&text=O%20Conselho%20Indigenista%20Mission%C3%A1rio%20>

COLLINS, Patricia Hill; Bilge, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. Edsão Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

Cultura Uol. **Indígenas poderão usar foto com cocar na urna, decide TRE-AM**. Ana Cláudia Leocádio. Agência Cenarium. 16/08/2024. Disponível em [https://cultura.uol.com.br/cenarium/2024/08/16/441_indigenas-poderao-usar-foto-com-cocar-

[na-urna-decide-tre-am.html](#) . Acesso em 1/9/24.

DALLARI, Dalmo. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DA SILVA, Priscila Elisabete - **O Conceito De Branquitude: Reflexões Para O Campo De Estudo. In Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil / Tânia Mara Pedroso Müller, Lourenço Cardoso**. - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2017.

DE PAULA, L. R. **A participação indígena em eleições municipais (1976 a 2016): uma sistematização quantitativa preliminar e alguns problemas de investigação**. Resenha&Debate, v. 2, 2017.

DE PAULA, Luís Roberto. **Jogando Com As Identidades? Um Perfil Multidimensional Das Candidaturas E Dos Mandatos Indígenas Conquistados Nas Eleições De 2018 E 2022 E Uma Tipologia De Modalidades De Legitimidade Indígena Na Arena Político-Partidária Nacional**. Mórula Editorial, 2022. Disponível em https://morula.com.br/wp-content/uploads/2023/01/EleicoesParticipacaoIndigena_06JAN.pdf

DE LIMA, Venício A. **Comunicação e Cultura: as ideias de Paulo Freire**. Ed. UnB. 2011

DERRIDA, Jacques. **A Escritura e a Diferença**. Trad. Maria Beatriz da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1995.

DIZARD, Wilson. **A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação**. 2. ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2000, p.25.

Durazzo, Leandro Marques. **Cosmopolíticas Tuxá: Conhecimentos, ritual e educação a partir da autodemarcação de Dzorobabé**. Tese. UFRN. Natal. 2019.

DOS SANTOS SOARES, A. M. P. . **Mulheres Originárias: Reflexões com movimentos de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de feminismos indígenas**. Cadernos De Campo Da USP. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v30i2pe190396>. (2021)

DUSSEL, E. **Europa , modernidade e eurocentrismo**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 1–34, 2005.

DUSSEL, E. D. **Filosofia na América Latina: filosofia da libertação**. São Paulo: Loyola, 1977

ELLWANGER, Joel Henrique. **Beyond diversity loss and climate change: Impacts of Amazon deforestation on infectious diseases and public health. Além da perda de diversidade e das mudanças climáticas: Impactos do desmatamento da Amazônia nas doenças infecciosas e na saúde pública**. 17 de abril 2020 <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32321030/>

ESPÍRITO SANTO, Paula do; Figueiras, Rita. **Comunicação eleitoral**. In Conceitos de Comunicação Política, 77-89. LabCom Books, Covilhã. 2010.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: [s.n.].

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Ubu Editora, 2008.

FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Nota Técnica A Conjuntura Demográfica Indígena Paraense no Censo 2022**. Site Fapespa, 2024.

Disponível em:

<https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Nota-Tecnica-%E2%80%93-A-Conjuntura-Demografica-Indigena-Paraense-Versao-Publicacao.pdf> . Acesso em julho 2024.

FAUSTINO, Deivison. **Frantz Fanon, A branquitude e a racialização: aportes introdutórios a uma agenda de pesquisas**. Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil / Tânia Mara Pedrosa Müller, Lourenço Cardoso. - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2017

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro. Zahar, 2010.

FERREIRA, Gerson Luiz Scheidweiler. **O Direito à Comunicação e as Mulheres Na Política: ações de redistribuição e reconhecimento para o incentivo à eleição de mulheres no Brasil**. Tese de doutorado. Brasília. 2021

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou extensão?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Paz e Terra, 1967. pg 108

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural Para A Liberdade E Outros Escritos**. Editora Paz E Terra S.A. 5a Edição. 1981

FUNAI. Gov.Br. **Dia Internacional da Biodiversidade: cerca de 80% da biodiversidade mundial encontra-se em Terras Indígenas**.

<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dia-internacional-da-biodiversidade-cerca-de-80-da-biodiversidade-mundial-encontra-se-em-terras-indigenas> Publicado em 22/05/2023.

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Balanco: Funai retoma missão de proteger os povos indígenas e trabalha para fortalecer estruturas e ações**. Disponível em:

<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/balanco-funai-retoma-missao-de-protger-os-povos-indigenas-e-trabalha-para-fortalecer-estruturas-e-acoas> ACESSO EM 2023

GALILEU - Um Só Planeta - **Eventos climáticos extremos agravaram 58% das doenças infecciosas**

<https://revistagalileu.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2022/08/eventos-climaticos-extremos-agravaram-58-das-doencas-infecciosas.html#:~:text=Estudo%20constatou%20que%20desastres%20como,na%20transmiss%C3%A3o%20de%20Covid%2D19&text=Eventos%20clim%C3%A1ticos%20extremos%2C%20como%20inunda%C3%A7%C3%B5es,material%20na%20vida%20das%20pessoas>. 10 AGO 2022

GASCHÉ, J. **Niños, maestros, comuneros y escritos antropológicos como fuentes de**

contenidos indígenas escolares y la actividad como punto de partida de los procesos pedagógicos interculturales: un modelo sintáctico de cultura. IN: GASCHÉ, J.; BERTELY, M.; PODESTA, R. (Coord.). Educando en la diversidad: investigaciones y experiencias educativas interculturales y bilingües. Quito: Abya-Yala, CIESAS, IIAP, 2008.

GOMES, Neusa Demartini. **Formas persuasivas de comunicação política.** 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p.59.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, [1984] 2019. pp. 237-258

GUAJAJARA, Sonia; Ribeiro Santana, Carolina; Lunelli, Isabella Cristina. **“Índio Integrado” e “Índio Aculturado”: O uso desses padrões de criminalização de lideranças indígenas pelo judiciário brasileiro.** Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, Vol.14, N.02, 2023, p.1247-1281. DOI: 10.1590/2179-8966/2023/75104| ISSN: 2179-8966

HARARI, Teresa. **Políticas para adiar o fim do mundo: (re)imaginando políticas públicas a partir da presença indígena no Congresso Federal brasileiro.** Dissertação de Mestrado, FGV/EAPSP, 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/32140?show=full>

HARARI, Teresa. **“Vai Ter Menire Mebêngôkre Na Política”: Histórias E Reflexões Sobre A Campanha Político-Partidária De Maial Kaiapó Para A Câmara Dos Deputados No Estado Do Pará.** In Participação indígena em eleições: desafios técnicos e políticos no processo eleitoral brasileiro. Mórula Editorial, 2023. E-book. Disponível em: https://morula.com.br/wp-content/uploads/2023/01/EleicoesParticipacaoIndigena_06JAN.pdf

IBGE - Agência de Notícias.Censo 2022. **Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal.** 07/08/2023 10h00 | Atualizado em 27/10/2023 12h02. Disponível em: [\[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal \]](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal)

INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos) e Common Data Coletivo Científico para o desenvolvimento. **Perfil dos Eleitos Nas Eleições de 2022.** Brasília, DF. 2022.<https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Eleicoes-2022-Perfil-dos-Eleitos-1.pdf>

IRA SHOR, Paulo Freire. **Medo E Ousadia. O Cotidiano do Professor.** tradução de Adriana Lopez; revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira. Coleção: Educação e Comunicação. Vol. 18. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986

ISA - Instituto Socioambiental, Povos indígenas no Brasil : 2017/2022 / editores responsáveis Fany Ricardo, Tatiane Klein, Tiago Moreira dos Santos. 2. ed. São Paulo, SP. 2023

ISAGUIRRE-TORRES, Maso, 2023. **As lutas por justiça socioambiental diante da emergência climática.** <https://www.scielo.br/j/rdp/a/yDkqJkpnpdHnQHZcF395Zkk/#> . <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2023/73122>

IUBEL, Aline Fonseca. **Transformações políticas e indígenas : movimento e prefeitura no alto rio Negro. 2015.** Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de

São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em:
<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7663>.

JEWITT, C., Bezemer, J., & O'Halloran, K. **Introdução à multimodalidade**. Nova York: Routledge. 2016

JECUPÉ, K. W. **A Terra dos Mil Povos: história indígena do Brasil contada por um índio**. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 1998.

KALTENBACHER, M. **Perspectivas na análise da multimodalidade: desde os inícios no estado da arte**. Revista Latinoamericana de Estudos do Discurso, 7(1), 31-57. 2007.

KERNELL, S.. **Going Public: New Strategies of Presidential Leadership**, Washington, CQ Press. 1997

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Cobogó, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRESS, G. **Multimodalidade: Uma abordagem semiótica social à comunicação contemporânea**. Londres: Routledge. 2010.

KUMARUARA, Luana. **Kirimbawa: forte e valente - Articulação de mulheres indígenas do baixo Tapajós**. Dissertação de mestrado em antropologia (UFPA). 2022.

KYRILLOS, G M. **Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade**. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, N28(volume 1): e56509. 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/zbRMRDkHJtkTsRzPzWTH4Zj/?format=pdf&lang=pt>

LIMA, A. C. DE S. **Povos indígenas no Brasil contemporâneo: De tutelados a “organizados”?** Development, p. 60–80, 2010.

LIMA, A. C. DE S. **Sobre tutela e participação: Povos indígenas e Formas de Governo No Brasil, Séculos XX/XXI**. Mana: Estudos de Antropologia Social, v. 21, n. 2, p. 425–457, 2015.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo**. Revista de Antropologia, São Paulo, Brasil, v. 55, n. 2, 2013. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2012.59301. Disponível em:
<https://revistas.usp.br/ra/article/view/59301>. Acesso em: 24 jul. 2023.

LONGHINI, Geni Daniela Núñez. **Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude**. Tese. Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 2022.

LOPEZ, L. E. **Interculturalidad, educación y política em América Latina: perspectivas desde el sur. Pistas para una investigación comprometida y dialogal**. IN: **Interculturalidad, Educación y Ciudadanía**. Perspectivas latinoamericanas. LÓPEZ, L. E. (Ed.). Bolivia:FUNPROEIB Andes, 2009.

- LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Movimento Indígena e o Desafio das Parcerias e Gestão Pública**, , 2003.
- LUCIANO, Gersem José dos Santos. **O Índio Brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de Hoje**, Brasília, v. 1, 2006.
- LUGONES, María. **Colonialidade e Gênero**. Tabula Rasa. Bogotá-colômbia, N9: 73-101. Julho-dezembro, 2008.
- LUGONES, M. **Multiculturalism and Publicity**, *Hypatia*. v.15, n.3. Summer 2000.
- LUGONES, M. **Indigenous movement and decolonial feminism**. Março. 2014.
- LUGONES, M. **Radical Multiculturalism And Women of Color Feminisms**. Journal of Critical And Religious Theory, 68-80. 13, n.1, 2014. Disponível em <https://jcr.org/archives/13.1/lugones.pdf> Acesso em fev 2025.
- LUGONES, María. **Rumo ao Feminismo Descolonial**. Estudos Feministas. Florianópolis 22 (3): 935-952, setembro-dezembro/ 2014.
- LUNELLI, Isabella Cristina. **Estado intercultural de direito: contribuições da antropologia jurídica latino-americana para o direito à autonomia indígena**. 2019. 330f. Tese (Doutorado em Direito, Política e Sociedade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2019.
- MACHIN, D. **Introdução à análise multimodal** . Londres: Bloomsbury. 2016
- MALDONADO-TORRES, N. **Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas**. In: Joaze Bernardino- Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel (Orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Coleção Cultura Negra e Identidades. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p.27-52.
- MALTA, Márcio Telles De Souza. **A Presença Da Mulher Indígena No Instagram: Um Estudo Sobre As Postagens De Célia Xakriabá E Sônia Guajajara Na Campanha Eleitoral De 2022**. Dissertação. Mestrado em Comunicação e Sociedade. Universidade Federal do Tocantins. 2024.
- MAPBIOMAS. **Perda De Vegetação Nativa No Brasil Acelerou Na Última Década**. (Online) Disponível em: < <https://brasil.mapbiomas.org/2023/08/31/perda-de-vegetacao-nativa-no-brasil-acelerou-na-ultima-decada/> >
- MAZZON, José A. **Formulação de um modelo de avaliação e comparação de modelos em marketing**. 1978. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MIGNOLO, Walter. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 32 N° 94, 2017. p. 1-18. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf>
- MINAYO, M.C.S. . **O desafio do conhecimento**. 14ª. Ed. São Paulo: Hucitec. 2015.

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS. **Candidaturas indígenas terão cota de recursos eleitorais e de tempo de rádio e TV, decide TSE**

<https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2024/02/candidaturas-indigenas-te-rao-cota-de-recursos-eleitorais-e-de-tempo-de-radio-e-tv-decide-tse> .2023.

MUNDURUKU, D. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**, 2012.

MORA, C., et al. **Over half of known human pathogenic diseases can be aggravated by climate change**. Nat. Clim. Chang. 12, 869–875 (2022). Revista científica Nature Climate Change. Over half of known human pathogenic diseases can be aggravated by climate change. <https://www.nature.com/articles/s41558-022-01426-1#Sec11> 2022.

MIRAS, Júlia Trujillo. **De terra(s) indígena(s) à terra indígena: o caso da demarcação Krikati**. 2015. 140 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. BRASIL 2 45- **Construindo uma potência ambiental**. Volume 1—Propostas para a Política Ambiental Brasileira em 2023–2024. <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2022/05/2045—VF.pdf>

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Índios, eleições e partidos**. Aconteceu – Povos Indígenas no Brasil, 1982. São Paulo: CEDI, 1983, p. 96-97. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=-1AtDgAAQBAJtDggtQBt&BRpsourcegbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em:

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Urbanização e tribalismo. A integração dos índios Terena numa sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000721943>

OLIVEIRA, Bruno Pacheco de; LIMA, Antonio Carlos De Souza. **Pleitos eleitorais e cidadania indígena no Brasil: o presente e o futuro**. In: Participação indígena em eleições: desafios técnicos e políticos no processo eleitoral brasileiro de 2022 / organização Ricardo Verdum, Luis Roberto de Paula, Antonio Carlos de Souza Lima. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

OLIVEIRA, F. **Triangulação metodológica e abordagem multimétodo na pesquisa sociológica: vantagens e desafios**. Ciên Soc Unisinos. 51(2). 2015.

ONU NEWS. **Reportagens humanas**. <https://news.un.org/pt/story/2019/08/1683741>

OYÈWÚMI, O. **Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. CODESRIA Gender Series, v. 1, p. 1–8, 2004.

OYÈWÚMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021

PANKARARU, Paulo Celso de Oliveira. **O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e os direitos indígenas**. In: Povos indígenas e a Lei dos “Branços”: o direito à

diferença. Araújo, Ana Valéria (org). [s.l.] Ministerio da Educação, 2006.

PANKARARU, Paulo Celso de Oliveira, **Povos indígenas e o reconhecimento da autonomia**. In: **Fortalecimento dos povos e das organizações indígenas**. São Paulo: FGV Direito, 2019.

PEREIRA, Marcus Abílio and Maria Alice Silveira Ferreira. **“Ainda Invisíveis? Eleições 2018 e a Questão Indígena no Twitter.”** *Revista Sul-Americana de Ciência Política* (2018).

PANKE, Luciana. **Verbetes Comunicação Eleitoral**. In: SOUZA, Cláudio André; ALVIM, Frederico; BARREIROS NETO, Jaime; DANTAS, Humberto (Org.). *Dicionário das Eleições*. Curitiba: Editora Juruá, 2020. p. 178-179.

PANKE, Luciana; PIMENTEL, Pedro. **Questões conceituais sobre comunicação política, eleitoral e governamental**. In: PECCININ, Luiz Eduardo (Org.). *Tratado de Direito Eleitoral*. 1 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. p. 71-87.

PAULA, Luís. **Jogando com as identidades?: um perfil multidimensional das candidaturas e dos mandatos indígenas conquistados nas eleições de 2018 e 2022 e uma tipologia de modalidades de legitimidade indígena na arena político-partidária nacional**. 2022. Mórula Editorial.

PEREIRA, Carolina Canhassi; Barros de Carvalho Júnior, Antônio Raimundo. **A participação política dos índios: uma tentativa de inclusão**. *Resenha Eleitoral Volume 24, n. 2*. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, SC. 2020. Disponível em https://www.tre-sc.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/pasta_de_arquivos/resenhas/resenha-24-2

PERUZZO, Cicilia Maria K. **Cidadania, comunicação e desenvolvimento social. In Relações Públicas Comunitárias: A Comunicação numa perspectiva dialógica e transformadora**. Margarida Maria Krohling Kunsch, Waldemar Luiz Kunsch. Summus Editorial, 2007.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Joenia Wapichana denuncia violência política de gênero (on-line)**. 16/03/2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/joenia-wapichana-denuncia-violencia-politica-de-genero>. Acesso: 10, fev., 2024.

PORTAL GOV. BR. MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS. **Expoentes indígenas da política pedem mais candidaturas para ampliar base no Congresso**. Publicado em 02/05/2024 15h32. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/notas-oficiais/2024/05/expoentes-indigenas-da-politica-pedem-mais-candidaturas-para-ampliar-base-no-congresso> . Acesso: jun 2024.

PORTAL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Candidaturas indígenas aumentam em cidades com terras demarcadas**. 02/07/2024 <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Julho/candidaturas-indigenas-aumentam-em-cidades-com-terras-demarcadas> . Acesso: 03, julho, 2024

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*.

Perspectivas latino-americanas. CLACSO, 2005. Disponível em:
https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf

REGO, André de Almeida. **Trajetórias de vidas rotas: terra, trabalho e identidade indígena na província da Bahia (1822-1862)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Bahia. 2017.

RIBEIRO, Djamila. Programa Roda Viva. **Djamila Ribeiro sobre relação entre linguagem e opressões sociais**. Canal Youtube. 9 de nov. de 2020.
<https://www.youtube.com/watch?v=RBB-QnP3Yw0> .

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. [s.l.] (Feminismos Plurais). Pólen livros, 2019.

RIBEIRO, Florbela Almeida. **Resistências Tenetehara: modos de fazer política de um povo tupi do Maranhão. 2023**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2023.
 doi:10.11606/T.8.2023.tde-28072023-174400. Acesso em: 2024-08-30.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador. Edufba, 2004.

RUFINO, M. P. **A sociedade junto ao Estado: política indígena, voto e eleições**. Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia, v. 55, n. 1, 27 fev. 2023.

SAMPAIO, Paula Faustino; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira (Orgs.) **Povos Indígenas, Gênero e Violências: histórias marginais**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. E-book

SAMPAIO, Paula Faustino. **Indígenas mulheres entre colonialismos e resistência de longa duração - séculos XX e XXI**. Teresina: Cancioneiro, 2021.

SANTOS, Adison F.; Costa, Vania Maria Torres. **Nunca Mais Um Brasil Sem Nós: Análise Narrativa Do Discurso De Posse Da Ministra Sônia Guajajara**. In: Anais do VI Encontro de Pesquisa em Comunicação na Amazônia. Anais...Belém(PA) PPGCOM UFPA, 2023.

SANTOS, A. B. **Colonização, quilombos. Modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Karine et al. **O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo**. TEMAS LIVRES. Ciênc. saúde coletiva 25 (2). Fev 2020.
<https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.12302018>

SCHILD, Joziléia Daniza Jagso Inácio Jacodsen. Joziléia Kaingang. **Articulação das Mulheres Indígenas no Brasil: em movimento e movimentando redes**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2023.

SILVA, E. C. DE A. **Atuação Da Bancada Ruralista Contra Os Direitos dos Povos Indígenas.**

Vukápanavo : Revista Terena, v. 1, n. 1, p. 20–30, 2018.

SMITH, L. T. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas.** Trad. Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito.** Curitiba: Juruá, 1998. p.99.

SOUZA LIMA, Antônio C. **Um grande cerco da paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil.** Petrópolis, Vozes: 1995.

SURVIVAL. **Povos isolados do Brasil. 2022.** Disponível em:
<https://www.survivalbrasil.org/povos/isolados-brasil> . Acesso em:

SUSUI, Ariene. **Candidaturas indígenas crescem, mas enfrentam o racismo e a velha politicagem.** Repórter Brasil. 25/09/2024. Disponível em:
<https://reporterbrasil.org.br/2024/09/eleicoes-2024-candidaturas-indigenas-racismo-velha-politicagem/> . Acesso: 30.09.24.

TERENA, L. E.; Duprat, D. **O genocídio indígena atual.** Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), p. 1–7, 18 mar. 2021.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE-PA). **“Guia Originários: Sua língua, seu voto, sua representatividade”. Projeto Exercendo a Cidadania**”. 2024. Disponível no link:
<https://encurtador.com.br/QVNH5> . Acesso: 29.09.2024.

TUPINAMBÁ, Nice. **Nice Tupinambá - site oficial.** Disponível em
<https://www.nicetupinamba.com/nice-tupinamba> . Acesso em 10 de maio de 2023.

TUXÁ, A. F.; Tuxá, F. C. **Eu vi dois peixinhos: o reencontro do povo Tuxá com suas águas encantadas.** In: Souza, André Luís Oliveira Pereira de et al. (org.). Povo Tuxá das águas do Opará. 1. ed. Paulo Afonso/BA: SABEH, 2020. p. 21–46.

TUXÁ, Felipe Tuxá e Dinamam Tuxá. **Vote parente, vote! A participação indígena no sistema eleitoral brasileiro (2020).** Disponível em:
<https://apiboficial.org/2020/11/11/vote-parente-vote-a-participacao-indigena-no-sistema-eleitoral-brasileiro/>

TV ABA - 12 de jul. de 2023. **Gersem Baniwa (UnB) - lançamento A Reconquista do Território.** Youtube. Disponível em
<https://www.youtube.com/watch?v=14TB4b5WT1I&list=PLrqSUafHHXYy4q-oY9Q65qmlJoRhVQ1zZ&index=3>

TUZZO SA, Braga CF. **O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese.** Rev Pesqui Qual. 4(5):140-158. 2016.

VERDUM, Ricardo. **É possível criar um partido indígena no Brasil?** Nota Técnica, n. 94, INESC, 2004. Disponível em:
https://www.academia.edu/4682442/%C3%89_poss%C3%ADvel_criar_um_partido_ind%C3%ADgena_no_Brasil . Acesso em:

VERDUM, Ricardo; de paula, Luís Roberto (Orgs.). **Antropologia da política indígena: experiências e dinâmicas de participação e protagonismo indígena em processos eleitorais municipais (Brasil-América Latina)**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2020. Disponível em:

<http://laced4.hospedagemdesites.ws/wp-content/uploads/2020/06/PoliticaIndigena.pdf>.

Acesso em:

VERDUM, Ricardo (org.); PAULA, Luis Roberto de (org.); LIMA, Antonio Carlos de Souza (org.). **Participação indígena em eleições: desafios técnicos e políticos no processo eleitoral brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: Editora Mórula, 2022. 176 p.

WAPICHANA, J. B. DE C. **Terras indígenas: a casa é um asilo inviolável**. In: Povos indígenas e a Lei dos “Branços”: o direito à diferença. Araújo, Ana Valéria (org). [s.l.] Ministério da Educação, 2006.

WERÁ, K. **A arte do Bem-Viver. Conversa com Daniel Munduruku**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wJS1YbT-Lhg>>.

WERÁ, Kaká. **A Terra dos mil Povos**. 2a edição. Peirópolis. 2020.

<https://pt.scribd.com/document/449287560/A-TERRA-DOS-MIL-POVOS-pdf>

WESLEY, Elena. **"É a sociedade que tem que se integrar aos indígenas"**, diz Márcia Kambeba. data_labe, Ecoa. (on-line). 11, ago., 2020. Disponível em:

<<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/08/11/e-a-sociedade-que-tem-que-se-integrar-aos-indigenas-diz-marcia-kambeba.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 10, fev., 2024.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução: José Arthur Giannotti. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

XAKRIABÁ, C.; Rodrigues, Ana Paula. **A política e a poética de Célia Xakriabá: três discursos da primeira deputada indígena eleita por Minas Gerais (2022)**. *Mana*, v.29, n.2, e2023030, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-49442023v29n2e2023030>.pt:

ZAGHETTO, S. **História de Oiapoque: com o arquivo e as memórias de Rocque Pennafort**. Brasília: Senado Federal, 2019.

AMADO, Luiz. **Vukápanavo O Despertar Do Povo Terena Para Os Seus Direitos: Movimento Indígena E Confronto Político**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

FUX, Luiz. **Multiculturalismo no direito eleitoral: o direito à diferença e ao reconhecimento como filtros interpretativos para a qualificação jurídica do cacique de aldeia indígena como autoridade política**. Revista Brasileira de Direito Eleitoral [recurso eletrônico], Belo Horizonte, v. 8, n. 14, jan./jun. 2016. Disponível em:

<<https://dspace.almg.gov.br/retrieve/106175/Luiz%20Fux.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

XAVIER DA SILVA, Marcelo. **O Ministério Público Eleitoral e os Povos Indígenas**. Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União, [S. l.], n. 62, p. e-6201, 2024. Disponível em:

<https://escola.mpu.mp.br/publicacoescientificas/index.php/boletim/article/view/802>. Acesso em: 2 ago. 2024.

SANTANO, A. C. **Uma Abordagem sobre os Direitos Políticos dos Indígenas no Marco das Normativas Internacionais e Brasileira**. Resenha Eleitoral, Florianópolis, SC, v. 23, n. 2, p. 11–34, 2019. DOI: 10.53323/resenhaeleitoral.v23i2.29. Disponível em: <https://revistaresenha.emnuvens.com.br/revista/article/view/29>. Acesso em: 2 ago. 2024.

SEGATO, Rita L. **Aníbal Quijano y la Perspectiva de la Colonialidad del Poder**. In.: SEGATO, Rita. La Crítica de la Colonialidad en Ocho ensayos y una Antropología por Demanda. Buenos Aires: Prometeo, 2015

SOUZA, Marcelo; Urquiza, Antonio. **Peculiaridades Do Alistamento Eleitoral E Do Direito Ao Voto Do Eleitor Indígena**. Revista Direitos Humanos e Democracia. Ano 10, Nº19. jan/jun 2022. Disponível em <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia>

SCHILD, Joziléia Daniza Jagso Inácio Jacodsen (Jozileia Kaingang). **Articulação das Mulheres Indígenas no Brasil: em movimento e movimentando redes / Joziléia Daniza Jagso Inácio Jacodsen Schild**; orientadora, Evelyn Schuler Zea, coorientador, Juliana Salles Machado, 2023. 204 p.

PORTAL TSE. **Candidaturas indígenas terão direito à distribuição proporcional de recursos e de tempo de antena. Presidência da Corte fará estudos para regulamentar o tema e analisará a possibilidade de implementação em 2024 ou 2026**
<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Fevereiro/candidaturas-indigenas-terao-direito-a-distribuicao-proporcional-de-recursos-e-de-tempo-de-antena-decide-tse> 27/02/2024 20:54 - Atualizado em 27/02/2024 22:19

ZOPPI, M. **A parte, o partido e a divisão dos Kaxinawá**. [s.l.] Universidade Federal do Rio de Janeiro - MN/UFRJ, 2012.

ZOPPI, M. **Os Huni Kuin na política dos Brancos: eleições, missão e chefia**. Mana, v. 25, n. 2, p.551–586, 2019.